



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E  
ARTES - CCHLA  
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS  
HUMANOS - NCDH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E  
POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDH**



**MATHEUS RODRIGUES**

**IDENTIDADES (TRANS)VIADAS: existências banidas e a luta contra as violações naturalizadas, um estudo na cidade de Campina Grande – PB**

**JOÃO PESSOA - PB  
2021**

**MATHEUS RODRIGUES**

**IDENTIDADES (TRANS)VIADAS: existências banidas e a luta contra as violações naturalizadas, um estudo na cidade de Campina Grande - PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luziana Ramalho Ribeiro.

**JOÃO PESSOA – PB  
2021**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

R696i Rodrigues, Matheus.

Identidades (trans)viadas: existências banidas e a  
luta

contra as violações naturalizadas, um estudo na cidade  
de Campina Grande ? PB / Matheus Rodrigues. - João  
Pessoa, 2021.

121 f.

Orientação: Luziana Ramalho Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Identidade. 2. Transexual. 3. Banimento. 4.  
Violações. 5. Direitos Humanos. I. Ribeiro, Luziana  
Ramalho. II. Título.

UFPB/CCJ

CDU 34

	<p>Universidade Federal da Paraíba - UFPB  Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHLA  Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos - NCDH  Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos,  Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH</p>	
---	---	---

**ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRANDO MATHEUS RODRIGUES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS/CCHLA/UFPB**

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, por meio de plataforma pública de videoconferência, seguindo os mesmos preceitos da defesa presencial estabelecidos pelo regulamento da UFPB, realizou-se a sessão de defesa de Dissertação do mestrando **Matheus Rodrigues**, matrícula 20191019864, intitulada: **IDENTIDADES (TRANS)VIADAS: EXISTÊNCIAS BANIDAS E A LUTA CONTRA AS VIOLAÇÕES NATURALIZADAS**. Estavam presentes os professores doutores: Luziana Ramalho Ribeiro(Orientadora/PPGDH/UFPB), Antonio Manoel Elíbio Junior (Examinador interno/PPGDH/UFPB) e Regina Coelli Gomes Nascimento Regina Coelli Gomes Nascimento (Examinadora Externa/UFCG). A Professora Luziana Ramalho Ribeiro, na qualidade de Orientadora, declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente, em seguida passou a palavra ao mestrando Matheus Rodrigues, para que no prazo de trinta (30) minutos apresentasse a sua Dissertação. Após exposição oral apresentada pelo mestrando, a professora Luziana Ramalho Ribeiro concedeu a palavra aos membros da Banca Examinadora para que procedessem à arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o mestrando Matheus Rodrigues respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a sessão foi suspensa pela Orientadora, que se reuniu secretamente, de forma remota, apenas com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer: A Banca Examinadora considerou a DISSERTAÇÃO:IDENTIDADES (TRANS)VIADAS: existências banidas e a luta contra as violações naturalizadas, APROVADA e a s sugestões da banca seguem em anexo. A seguir, a Orientadora apresentou o parecer da Banca Examinadora ao mestrando Matheus Rodrigues, bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora, e deu por encerrada a sessão. E, para constar eu, Ahyanna de Souza Monteverde, assistente em administração do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, lavrei a presente Ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora, em testemunho de fé. João Pessoa, 15 de Setembro de 2021.

*Luziana Ramalho Ribeiro*

*Regina Coelli Gomes*

*Antonio Manoel Elíbio Junior*

	<p>Universidade Federal da Paraíba - UFPB          Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHLA          Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos - NCDH          Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos,          Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH</p>	
---	---	---

### RELATÓRIO FINAL DA ORIENTADORA

Eu, Luziana Ramalho Ribeiro, orientadora do trabalho final do mestrando **Matheus Rodrigues**, matrícula: 20191019944, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH, Linha de Pesquisa 03- Territórios, Direitos Humanos e Diversidades Socioculturais, após exame da vida acadêmica do mencionado aluno, tenho a relatar: A integralização do Curso foi feita em 26 (vinte e seis) meses, mediante prorrogação admitida pelo Colegiado do PPGDH, portanto, cumprindo o estabelecido pela Legislação vigente na UFPB.

Quanto ao desempenho acadêmico, constata-se que o mestrando cursou 24 (vinte e quatro) créditos da Estrutura Curricular a que está submetido e foi aprovado no Exame de Capacidade de Leitura na seguinte Língua Estrangeira: Inglês.

Na apresentação da Dissertação, intitulada **IDENTIDADES (TRANS)VIADAS: EXISTÊNCIAS BANIDAS E A LUTA CONTRA AS VIOLAÇÕES NATURALIZADAS**, realizada no dia 15 de Setembro de 2021 às 16h (dezesesseis horas), por meio de plataforma de videoconferência online, o mestrando obteve conceito **APROVADO**, tendo a Banca Examinadora sido formada pelos docentes:

	DOCENTE	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO
<b>Orientadora</b>	Luziana Ramalho Ribeiro	Doutora	UFPB
<b>Examinador Interno</b>	Antonio Manoel Elíbio Junior	Doutor	UFPB
<b>Examinadora Externa</b>	Regina Coelli Gomes Nascimento	Doutora	UFCG

Diante do exposto, considerando que o referido mestrando, dentro do prazo regimental, satisfaz todas as exigências do Regimento Geral da UFPB, do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação “Stricto Sensu” da UFPB e do Regulamento do PPGDH, está apto a obter o Grau de MESTRE EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, a ser conferido pela Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, 15 de Setembro de 2021.

  
**Prof. Dra. Luziana Ramalho Ribeiro**  
**Orientadora Final do Trabalho**

Dedico a todas as pessoas transexuais, por suas lutas cotidianas reivindicando o direito de existir, suas demandas tão necessárias, pelas vozes que ainda se fazem silenciadas e pelo mais profundo desejo de que as discriminações sejam superadas.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Euda, por ser a maior de todas as inspirações, pela sua constante presença e apoio incondicional durante cada momento da minha vida. Te agradeço por me dar forças para vencer as dificuldades diárias, por me fazer acreditar que dias melhores virão. Te agradeço pelo seu infinito amor. Eu não poderia ser mais abençoado e grato a Deus por ser filho de um ser humano tão extraordinário. Te amo e admiro infinitamente.

À Emma, minha filha, por ter revolucionado a minha vida. Sem você e o privilégio da rotina que construímos durante esses últimos 3 anos e meio, sem o elo inexplicável de amor que você reascendeu na minha alma e sem o desejo de evoluir a cada dia que você me proporciona em sua presença, eu não chegaria até aqui. Te amo para todo o sempre.

À minha estimada orientadora, Luziana, não só pelo cumprimento de seu papel profissional com maestria, mas principalmente por acreditar em mim desde o começo, por me reerguer com suas mensagens inspiradoras quando eu duvidei da minha capacidade, também pela figura materna e amiga que constantemente buscou me encorajar. Em razão do seu trabalho eu pude ter uma excelente experiência acadêmica, devido a sua paciência, apoio incondicional e todo amor emanado. Obrigado por seus gestos de humanidade, empatia e sensibilidade, você com toda certeza faz parte da construção do novo homem que considero ser hoje, minha eterna gratidão.

Ao meu pai e irmãos, por serem grandes incentivadores, cada um à sua maneira, em me ajudarem a chegar aonde estou hoje. Amo muito vocês.

Aos meus amigos e amigas André, Dani, Ícaro, Iann, João, Louise, Mariane e Thiago. Sem vocês eu não poderia ter encontrado tanta leveza, sorrisos, afeto e forças para vencer o período de Pandemia e chegar até aqui. Gratidão por me darem o privilégio de ter cada um em minha vida.

À todas as pessoas trans que aceitaram participar da construção dessa Dissertação, que me deram um voto de confiança e o privilégio em poder ecoar suas vozes por todo esse texto. Muito obrigado a equipe do Centro LGBT Luciano Bezerra, por todo o apoio que vocês me deram, todo meu respeito e gratidão a vocês.

## RESUMO

As disparidades constatadas entre os indivíduos cisgêneros e os que não se adequam ao padrão estabelecido socialmente, como o caso dos/das transexuais, demonstradas nos âmbitos legal e social, refletem em suas experiências de opressão. A forma como a sociedade é organizada estabelece uma estrutura de violência em que pessoas transexuais terão de lidar com a falta de respeito à sua dignidade no acesso aos direitos e à inserção social. Considerando esses pressupostos, este estudo analisou as repercussões do direito ao nome social e da retificação de nome e de gênero para o/a transexual, sob a ótica dos Direitos Humanos, como mecanismos atenuadores dos processos discriminatórios. Os objetivos que motivaram essa pesquisa foram: Analisar, em um recorte histórico, a vida dos/das transexuais e descrever, através de uma linha do tempo, a maneira como a transexualidade foi percebida na sociedade, segundo o projeto de poder eugenista burguês, da antiguidade à modernidade; Discorrer sobre o papel dos Direitos Humanos e dos meios protetivos direcionados a essa minoria, no âmbito nacional, afetada pela violência, tecendo sobre a atuação dos Direitos Humanos no cenário global, a partir dos dados sobre os processos de violência sofridos por pessoas transexuais; Apresentar os dados de violência contra pessoas trans no Brasil e o impacto dos discursos culturais nas ações de estereotipagem e de ódio contra pessoas trans; Investigar como se dão a aplicabilidade e a respeitabilidade do uso do nome social e da retificação de nome e de gênero, por meio de entrevistas realizadas com transexuais no Espaço LGBT Luciano Bezerra Vieira, ao compreender as distinções terminológicas sobre normatização do gênero, identidade e diferença, visando desconstruir estereótipos estabelecidos socialmente. Este estudo é pertinente devido ao fato de denunciar a violência e de conferir visibilidade aos transexuais, trazendo à tona a realidade de preconceitos vivenciados cotidianamente por esses indivíduos cuja condição de existência de vida é afetada nas mais diversas perspectivas possíveis. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, a partir do método indutivo, com revisão bibliográfica fundamentada em autores como Foucault (2018, 2019), Butler (2019), Miskolci (2012), Hall (2009, 2016), Bento (2006), entre outros, e utilizou a Constituição Federal (1988), o Código Civil (2002) e os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2018-2021). Foi realizada uma pesquisa de campo, com entrevista semiestruturada, no Centro Estadual dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia, localizado no Município de Campina Grande - Paraíba. Os sujeitos entrevistados foram os/as transexuais atendidos pelo Espaço, que visam realizar os procedimentos de retificação e/ou de documentação do nome social. Os resultados gerais mostram que a realidade de violações cotidianas relativas as pessoas transexuais está contornada por aspectos estruturais de uma sociedade segregadora, que impede o acesso a direitos basilares dignificadores, bem como perpetra a ausência de um processo transexualizador de qualidade e revela a baixa inserção social nos espaços coletivos que seguem perpetuando discursos de desumanização àquele que rompe com a normatividade.

**Palavras-chave:** Identidade. Transexual. Banimento. Violações. Direitos Humanos.

## ABSTRACT

The disparities found between cisgender individuals and those who do not fit the imposed social behavior, such as the case of transsexuals, demonstrated in the legal and social spheres, reflect on their experiences of oppression. The way society is organized establishes a structure of violence in which transgender people will have to deal with the lack of respect for their dignity in accessing rights and social inclusion. Considering these assumptions, this study analyzed the repercussions of the right to a social name and the rectification of name and gender for the transsexual, from the perspective of Human Rights, as mitigating mechanisms for discriminatory processes. The objectives that motivated this research were: to Analyze, in a historical perspective, the lives of transsexuals and describe, through a timeline, the way in which transsexuality was perceived in society, according to the project of bourgeois eugenic power, of the antiquity to modernity; Discuss the role of Human Rights and protective means aimed at this minority, at the national level, affected by violence, to make considerations about the performance of Human Rights in the global scenario, based on data on the processes of violence suffered by transsexual people; Present data on violence against trans people in Brazil and the impact of cultural discourses on actions of stereotyping and hate against trans people; To investigate how the applicability and respectability of the use of the social name and the rectification of name and gender occur, through interviews carried out with transsexuals in the Espaço LGBT Luciano Bezerra Vieira, when understanding the terminological distinctions on the normalization of gender, identity and difference, aiming to deconstruct socially established stereotypes. This study is relevant due to the fact that it denounces violence and gives visibility to transsexuals, bringing to light the reality of prejudices experienced daily by these individuals whose living conditions are affected in the most diverse possible perspectives. The research was a qualitative approach, exploratory in nature, using the inductive method, with a literature review based on authors such as Foucault (2018, 2019), Butler (2019), Miskolci (2012), Hall (2009, 2016), Bento (2006), among others, and used the Constitution, the Civil Code and data from Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (the National Association of Transvestites and Transsexuals - ANTRA). A field research was carried out, with semi-structured interviews, at Centro Estadual dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia (the State Center for LGBT Rights and Fighting LGBTphobia), located in the city of Campina Grande - Paraíba. The interviewed subjects were transsexuals assisted by the Espaço, who aim to carry out the procedures for rectification and/or documentation of the social name. The general results show that the reality of daily violations related to transsexual people is circumvented by structural aspects of a segregating society, which impedes access to dignifying basic rights, as well as perpetrates the absence of a quality transsexualizing process and reveals low social insertion in collective spaces that continue perpetuating discourses of dehumanization to those who break with normativity.

Key-words: Identity. Transsexual. Banishment. Violations. Human Rights.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ADO</b>	Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por Omissão
<b>AIDS</b>	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>ANTRA</b>	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CIS</b>	Cisgênero
<b>CC</b>	Código Civil
<b>CNS</b>	Conselho Nacional de Saúde
<b>COVID-19</b>	Coronavírus Disease - 2019
<b>CPF</b>	Cadastro de Pessoa Física
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>GLS</b>	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
<b>LGBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
<b>LGBTQIA+</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e outros
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PB</b>	Paraíba
<b>RG</b>	Registro Geral
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>STJ</b>	Supremo Tribunal de Justiça
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TRANS</b>	Transexuais
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UNFE</b>	Nações Livres & Iguais
<b>UNICEF</b>	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - De que forma você soube do direito ao uso do nome social e da retificação?.....	58
Quadro 2 - Qual a percepção que você tem acerca do uso do nome social e da retificação, em relação as suas expectativas e à realidade concretizada?.....	64
Quadro 3 - Como você vê a aceitabilidade e a respeitabilidade por parte da sociedade no uso do nome social?.....	70
Quadro 4 - Caso você já faça anteriormente o uso do nome social, antes do processo de retificação, como você percebeu a diferença na inserção social antes e depois do uso dele?....	75
Quadro 5 - Que conquistas legais ainda precisam ser alcançadas para melhorar a qualidade de vida do/da trans?.....	80
Quadro 6 - Como você tem observado a divulgação de informações a respeito desses direitos para os/as transexuais que não sabem sobre a existência deles?.....	86
Quadro 7 - O que, em sua opinião, poderia melhorar por parte da sociedade e dos poderes públicos para que mais pessoas trans exerçam esses e outros direitos?.....	92

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 A TRANSEXUALIDADE HISTORICAMENTE: superação(?) dos processos de desumanização dos sujeitos</b> .....	16
1.1 A EUGENIA COMO PROJETO DE PODER BURGUESES: sentença de morte dos inaptos.....	21
<b>2 O AMPARO DOS DIREITOS HUMANOS NA HUMANIZAÇÃO DOS SUJEITOS: um caminho ainda em implementação na realidade transexual</b> .....	28
2.1 ÍNDICES DE VIOLAÇÕES NO BRASIL.....	32
2.2 CULTURA, “VERDADE” E PODER NOS DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA PESSOAS TRANS.....	41
2.3 SEXUALIDADE E IDENTIDADE DESPADRONIZADAS: terminologias do universo trans.....	45
<b>3 PELOS CAMINHOS PERCORRIDOS: da escuta atenta ao significado das falas, dos silêncios e dos sentidos</b> .....	53
3.1 CONHECENDO O UNIVERSO E A AMOSTRA DA PESQUISA.....	56
3.2 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	58
3.3 CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104
<b>APÊNDICES</b> .....	109

## INTRODUÇÃO

Com as céleres mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, vêm se proliferando diferentes discursos referentes à sexualidade e ao gênero, os quais, muitas vezes, não são coerentes com ideias que realmente se traduzam em práticas sociais vigentes, criando uma considerável abjunção entre o que é veiculado e o que se expressa no mundo fático.

São notórias as disparidades constatadas entre os indivíduos cisgêneros<sup>1</sup> e os que não se adequam ao padrão estabelecido socialmente, como é o caso dos/das transexuais. Esses distanciamentos são demonstrados nos âmbitos jurídico, político, social e econômico, visto que, enquanto a pessoa cis reafirma suas garantias fundamentais, através de uma cobrança direta aos órgãos públicos e de direitos humanos para efetivar sua dignidade, essas aplicações não são vistas em relação aos que não se enquadram em seu gênero biológico nem colaboram para manter as práticas normalizadoras impostas pela cultura na nossa sociedade, refletidas nos transexuais e em suas experiências de opressão.

A forma como a sociedade é organizada, ao convencionar entre o que é masculino e feminino, estabelece uma estrutura de violência contra as pessoas transexuais que terão que lidar com todas as esferas sociais direcionadas a um molde já estabelecido historicamente, sem respeitar sua dignidade no acesso aos direitos e à inserção social. O não pertencimento ao corpo biológico repercute como uma reivindicação inaceitável para os grupos hegemônicos, detentores das identidades historicamente e culturalmente mais aceitas, qualificando o sujeito trans como alguém doente, que precisa de tratamento, que tem disfunções cognitivas ou até mesmo, como dito pelo ignorante senso comum religioso, que precisam de alguma ‘cura espiritual’ para reverter suas identidades.

A esse respeito, Bento (2008, p.18) explicita que “a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”. Esse conflito se dá com a naturalização das relações e dos comportamentos heterossexuais como atributos inerentes à existência humana, que humaniza quem ocupa o espaço aceito na representação de gênero, bestializa e coloca como doente todo aquele que é diferente.

---

<sup>1</sup> Indivíduo que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu e as características formadas a partir dele (VILELA, 2020).

Até quando a pessoa trans modifica o seu corpo, ela terá de atender às características de masculinidade ou feminilidade, tanto sob o ponto de vista físico quanto de sua personalidade. Isso reafirma a estrutura hegemônica fomentada pela ideia de como o homem e a mulher devem se comportar para fazerem parte do núcleo social. Tendo em vista isso, as garantias conquistadas por pessoas trans e os debates trazidos nos últimos anos, assim como a despatologização da transexualidade, são engrenagens na construção de um novo maquinário social que, gradativamente, busca dignificar existências até então banidas do *ethos*<sup>2</sup> social.

Assim como as pessoas trans, outras identidades ultrapassam as noções binárias da sociedade. Quando vemos travestis que, socialmente, apresentam-se como mulheres, mesmo se identificando com o seu sexo biológico ou nas representações artísticas do cenário drag, que vem ganhando o mundo, percebe-se um confronto direto com as simplificações identitárias convencionadas.

Quanto à travestilidade, existem demarcações que a diferenciam da transexualidade. Muitas vezes, no senso comum, propaga-se a ideia de que travestis e trans são identidades que andam de ‘mãos dadas’, porém a pessoa travesti divide seu corpo em características masculinas e femininas, sem necessitar da cirurgia de transgenitalização para desfrutar de condições para a sua existência, comparado a visão de masculinidade ou feminilidade que o procedimento proporciona as pessoas transexuais na construção do corpo ‘ideal’.

Referente às cirurgias de redesignação sexual, popularmente conhecidas como “mudança de sexo”, essas passaram a ser oferecidas gratuitamente pelo SUS apenas a partir do ano de 2019. Todavia, mesmo com essa conquista, os dados apontam que durante o período da Pandemia da COVID-19, os procedimentos caíram mais de 60%, comparados ao mesmo período em 2019. De acordo com as informações do DataSus, em 2019, foram realizadas 37 cirurgias, comparadas a apenas 15 em 2020 (CASTRO, 2021).

Entretanto, o Ministério da Saúde não explicou as motivações relacionadas a diminuição da realização do procedimento de redesignação, corroborando com a política de apagamento das pessoas LGBTQIA+, em especial das pessoas trans, pelo atual governo, ao ignorar suas existências.

---

<sup>2</sup> Expressão criada na Grécia antiga que discorre sobre as práticas norteadoras dos comportamentos humanos e a relação do homem com a sociedade, enxergando-o como sujeito “ético” e moral digno de dividir os espaços civilizatórios (PINI, 2015).

Dessa forma, mesmo com a escolha em realizar ou não a cirurgia, as pessoas transexuais acabam por se esbarrarem no universo da prostituição de seus corpos. Devido à constante discriminação, muitas ainda com características do seu sexo biológico, sem a chamada “passabilidade”, ganham espaço unicamente nas ruas, sujeitas a todos os tipos de violência para poder sobreviver.

Ressalta-se ainda, o fato de que muitas trans profissionais do sexo optam por não realizar o procedimento cirúrgico devido ao órgão sexual masculino ser necessário para atender determinado público em seu trabalho, revelando a hipocrisia de uma sociedade que procura instituir padrões dos corpos unificados em um só sexo, ao mesmo tempo em que buscará na prostituição atributos, tanto masculinos quanto femininos.

Na experiência transexual, existe um constante sofrimento pela não completude da experiência humana e a busca por reescrever a história das identidades, uma narrativa que, para a maioria das pessoas trans não é possível de ser superada, como visto nos constantes casos de transfeminicídios pelo nosso país. Considerando isso, Bento (2008 p.17) assevera que “A existência de um único corpo dificulta pensarmos na existência da transexualidade, experiência identitária resultado da medicalização das condutas”.

Esse único corpo é uma concepção idealizada antes do nascimento do ser humano, pois existem projeções a serem cumpridas de acordo com o sexo biológico daquele sujeito. Toda a individualidade de uma nova existência é castrada para corresponder a aspectos comportamentais antecipados. Conforme Butler (2019), quando se interpela a sexualidade do bebê, constrói-se um conjunto de expectativas acerca do que ele fará como menino ou menina, associando símbolos, objetos e ações que irão fixá-lo naquela identidade por toda a vida.

Esses denominadores serão definidos pela dominação masculinista, como indica Bourdieu (2002), de forma que qualquer impasse quanto às normas de gênero gerará discordância e ataques, como acontece com as pessoas trans, principalmente quando na experiência em sociedade das mulheres trans afetas pela violência de gênero direcionada a figura feminina, percebendo a inferiorização atribuída a mesma enquanto corpo subalterno ao masculino.

Com base nesses pressupostos, o presente estudo enfoca os impactos do direito ao nome social e à retificação de nome e de gênero como garantias atenuadoras dos processos discriminatórios referentes as(aos) transexuais da cidade de Campina Grande – PB, bem como das cidades circunvizinhas, como instrumentos potencializadores da

inserção social e geradores de melhorias na condição de existência do/da trans ao minimizar a violência moral e social, até a violência física propriamente dita, para que, através do uso do nome social ou da retificação de nome/gênero em sua certidão de nascimento e sua respeitabilidade no cotidiano dos/das transexuais por parte dos órgãos públicos e dos agrupamentos sociais, as ideias tácitas e estabelecidas, que, até então, só existem formalmente, efetivem-se em diálogos e práticas concretas.

Portanto, pretendeu-se responder aos seguintes questionamentos: O direito ao nome social e de retificação de nome e de gênero é um meio solidificador para suprimir a violência moral, a social e a física praticadas contra o/a transexual? Na prática, os/as transexuais estão sendo tratados como sujeitos do Estado de Direito em equidade de prerrogativas inerentes a sua cidadania como qualquer cidadão? Como esses sujeitos vêm percebendo o acesso ao direito ao nome social e à retificação em sua realidade e nas relações sociais cotidianas?

O interesse pela temática surgiu na graduação, quando eu participava de projetos de pesquisa e extensão com grupos vulneráveis, em que foram realizadas atividades de campo, objetivando um resultado efetivo na sociedade, por intermédio de rodas de diálogos com os sujeitos. Graças a esses momentos e a minha própria experiência de ser rejeitado socialmente por ser homossexual, decidi construir a minha trajetória acadêmica, buscando estudar e discutir, dentro e fora da universidade, sobre as demandas de pessoas que, por terem individualidades fora dos padrões considerados “normais”, acabam sendo transformadas em alvos de ódio e violência.

Nesse sentido, propus, no trabalho de conclusão do Curso de Direito, discutir sobre o uso do nome social e o direito à redesignação sexual que, até então, eram as garantias mais atuais para os sujeitos transexuais. Porém, para o Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, seria necessário ampliar e atualizar a discussão, visto que novos direitos, como o de retificar o nome e o gênero, foram adquiridos. Assim, se fez oportuno submeter o estudo para a linha de pesquisa sobre Territórios, Direitos Humanos e Diversidades Socioculturais, em acordo com suas problemáticas sobre diversidade, diferenças socioculturais, construção dos Direitos Humanos e cidadania, questões essas que estão inseridas nas reivindicações das pessoas trans.

Dessa forma, este estudo é pertinente, porque denuncia a violência e confere visibilidade aos transexuais, trazendo à tona a realidade marcada pelos preconceitos vivenciados cotidianamente por esses indivíduos, o que afeta a condição de existência de

sua vida nas mais diversas perspectivas possíveis. A relevância do objeto de estudo demonstra-se pela necessidade urgente de atribuir eficácia não só legal, como também nas práticas expressas na sociedade. Além disso, poderá contribuir para que o meio acadêmico e os profissionais da Área de Direitos Humanos e Políticas Públicas possam compreender bem mais a transexualidade e os aspectos a serem superados que se veem na contramão dos diversos tipos de violência e a ampliação das discussões tecidas, a partir da Teoria Queer, no que tange ao reeducar cultural, ao papel da Constituição e da Justiça Brasileira e aos Direitos Humanos como norma, que visam perfectibilizar meios protetivos para esses sujeitos, o que, certamente, incorrerá em ganhos enriquecedores para a história de luta do/da transexual. Para responder as questões levantadas e cumprir os objetivos do estudo, foi realizada uma pesquisa de campo, em Campina Grande, com os sujeitos transexuais do Espaço LGBT – Luciano Bezerra Vieira<sup>3</sup>.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, consistiu em analisar as repercussões do direito ao nome social e à retificação de nome e de gênero para o/a transexual, sob a ótica dos Direitos Humanos, como mecanismos atenuadores dos processos discriminatórios, considerando que os resultados obtidos nas entrevistas viabilizassem a construção de uma hipótese sobre a temática paralela aos questionamentos levantados. Para isso, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar, em um recorte histórico, a vida dos/das transexuais e descrever, através de uma linha do tempo, a maneira como a transexualidade foi percebida na sociedade, segundo o projeto de poder eugenista burguês, da antiguidade à modernidade;
- b) Discorrer sobre o papel dos Direitos Humanos e dos meios protetivos direcionados a essa minoria, no âmbito nacional, afetada pela violência, tecendo considerações sobre a atuação dos Direitos Humanos no cenário global, a partir dos dados sobre os processos de violência sofridos por pessoas transexuais, reunidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA;
- c) Apresentar os dados de violência contra pessoas trans no Brasil e o impacto dos discursos culturais nas ações de estereotipagem e de ódio contra pessoas trans;

---

<sup>3</sup> Respeitado ativista pela luta dos direitos LGBTQIA+, das lutas populares contra o racismo e violência de gênero e em defesa dos direitos humanos na Paraíba. Por muito tempo liderou o Movimento Espírito Lilás (MEL) e se tornou símbolo nacional por sua atuação em prol de justiça social à grupos vulneráveis. Como reconhecimento a sua trajetória, seu nome está eternizado no primeiro Centro de referência LGBTQIA+ localizado em Campina Grande (CÁSSIA, 2018).

d) Investigar como se dão a aplicabilidade e a respeitabilidade do uso do nome social e da retificação de nome e de gênero, por meio de entrevistas realizadas com transexuais no Espaço LGBT Luciano Bezerra Vieira, ao compreender as distinções terminológicas sobre normatização do gênero, identidade e diferença, visando desconstruir estereótipos estabelecidos socialmente.

Dada a complexidade da temática proposta e aos significados atribuídos ao objeto de estudo, cuja compreensão da dinâmica das relações sociais em que se encontra inserido traduz-se em aspectos da realidade que não podem apenas ser quantificados, a pesquisa é de abordagem qualitativa, com caráter exploratório, buscando analisar, compreender, constatar e explicitar a precisão das relações entre o local e o global, a partir do método indutivo, na tentativa de generalizar a explicação do tema, do particular ao mais amplo, conforme esclarecem Prodanov e Freitas (2013).

Minayo (2007) afirma que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Corroborando o pensamento dos autores mencionados, a pesquisa consistiu em um percurso investigativo que se iniciou com uma revisão bibliográfica, a partir de referências teóricas já analisadas e publicadas em meios escritos e eletrônicos, como os pressupostos teóricos de Foucault (2018, 2019) sobre a sexualidade; os de Butler (2019), a respeito do binarismo da sociedade; os de Miskolci (2012), com a Teoria Queer; os de Hall (2009, 2016) e Silva (2009), que tratam das questões de identidade e das diferenças; os de Bento (2006, 2008), sobre o corpo trans; os de Boa Ventura de Sousa (2003), no referente ao fascismo social; os de Carvalho (2019), Diwan (2007), Goés (2015), Marques (1994) e Rodrigues (2020), a respeito da eugenia; os de Vieira e Paiva (2009), que discutem sobre gênero e a fixação de uma identidade normalizadora; os de Bourdieu (2002), sobre os processos de dominação masculina, entre outros autores, como Guerra (2017), Sá (2017), Monteiro (2017), Rodrigues (2020) e Beltrão (2014), que dialogam diretamente com a temática. Também foram consultadas a Constituição - CF (1988), o Código Civil - CC (2002), as normas e as leis referentes aos transexuais, além dos indicadores apontados pela ANTRA e portais de notícias sobre dados estatísticos da realidade de violências sofridas pelos sujeitos objetos do estudo.

Após a etapa de revisão bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo, por intermédio da entrevista semiestruturada, que foi gravada, visando a reflexões livres feitas

pelos sujeitos do estudo, com questionamentos abertos pré-determinados que prezassem pela subjetividade e pela individualidade das experiências dos entrevistados (MINAYO, 2009).

O universo da pesquisa foi o Centro Estadual dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia (Espaço LGBT – Luciano Bezerra Vieira), localizado no Município de Campina Grande, Paraíba. Os sujeitos entrevistados foram tanto os/as transexuais atendidos pelo Espaço, quanto outras pessoas trans que residissem na cidade e tivessem buscado fazer os procedimentos de retificação e/ou de documentação do nome social.

Considerando que a proteção do participante da pesquisa é a razão fundamental das Normas e das Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas que envolvem seres humanos, incluindo as Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, foram respeitadas todas as questões éticas.

Assim, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE foi obtido depois que os participantes estavam devidamente esclarecidos sobre todos os possíveis benefícios e riscos acerca dos procedimentos realizados e fornecidas todas as informações pertinentes à pesquisa. A realização da entrevista, depois do aceite do Comitê de Ética, ocorreu com uma amostragem de dez transexuais atendidos pelo Centro LGBT de Campina Grande. O TCLE foi devidamente assinado pelos sujeitos entrevistados.

Posteriormente, as falas foram gravadas e os relatos e respostas obtidas para a análise transcritos. Não foram considerados como parâmetros na formulação da entrevista os referentes à classe social/fatores de subsistência, à etnia ou ao gênero para separar os sujeitos, com o fim de evitar a categorização das experiências dos entrevistados, um viés amplamente criticado pela Teoria Queer, levando apenas em consideração o foco de interesse nos procedimentos formais de retificação e de uso do nome social.

Nesta pesquisa, a análise das informações obtidas nas entrevistas se deu à luz da Análise de Conteúdo proposta por Bardin, que a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (2011, p.48).

Segundo Bardin (2011, p.135), “o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia para a leitura”. Portanto, analisar um tema incide em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja frequência tenha sentido para o objetivo analítico proposto. Esse autor considera que, operacionalmente, a análise temática desdobra-se em três etapas: a de Pré-Análise, a de exploração do material e a de tratamento dos resultados obtidos e da interpretação.

A Pré-Análise é a etapa que consiste em escolher o material a ser analisado, elaborar ou retomar as hipóteses e os objetivos iniciais da pesquisa, reformulando-as de acordo com as informações coletadas, e elaborar indicadores que orientem a interpretação final. Essa etapa se constitui das seguintes tarefas: proceder à leitura flutuante do conjunto das comunicações, que visa ao contato exaustivo com o material deixando-se impregnar por seu conteúdo; constituir o corpus, ou seja, organizar o material de forma que possibilite responder as seguintes normas de validade: exaustividade; representatividade; homogeneidade e pertinência; formular as hipóteses e os objetivos, visando determinar a unidade de registro, a unidade de contexto, os recortes, a forma de categorização, a modalidade de codificação e os conceitos teóricos que banalizarão a análise.

A exploração do material consiste em codificar as informações. Por fim, no que diz respeito ao tratamento dos resultados obtidos e à interpretação, os resultados brutos são submetidos a operações estatísticas simples ou complexas que possibilitam pôr em evidência as informações obtidas. A partir de então, são realizadas as inferências e as interpretações previstas no quadro teórico ou se abrem novas pistas sobre as dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material.

Para tanto, o presente estudo foi dividido em três capítulos que dialogam com os objetivos traçados para a pesquisa. No primeiro capítulo, discutiu-se a transexualidade dentro da narrativa histórica de violências que retrata os processos de descriminalização e desumanização das pessoas trans advindos desde o século XV, destacando o registrado na Alemanha durante a invasão das forças nazistas, até o analisado nas relações sociais contemporâneas inseridas no projeto eugenista burguês que propaga o genocídio generalizado daqueles vistos como diferentes.

Em seguida, no segundo capítulo, discorreu-se sobre os aparatos normativos em nível internacional que atuam, desde a formalização dos direitos humanos no pós-

segunda guerra, em conjunto com as leis em nível nacional, direcionadas as pessoas trans enquanto sujeitos marcados por índices de violências alarmantes provenientes de aspectos culturais que normalizam os discursos de ódio e categorizam as experiências individuais, relegando as despadronizadas em espaços de esquecimento.

Por fim, no terceiro capítulo, parte-se da trajetória percorrida durante a realização da pesquisa de campo, considerando as dificuldades que o período de Pandemia da COVID-19 propiciou, seguida da apresentação do universo da pesquisa, destacando a amostra e a construção do instrumento de coleta utilizado, findando com a codificação das falas dos sujeitos da pesquisa e a discussão dos resultados obtidos por intermédio do tratamento das respostas obtidas, investigando a resoluta da problemática central escolhida.

## **1 A TRANSEXUALIDADE HISTORICAMENTE:** superação(?) dos processos de desumanização dos sujeitos

Desde a antiguidade há registros da existência de pessoas transexuais. Elas passavam pela mobilidade entre os gêneros masculino e feminino perante vários núcleos da sociedade, em que respeitosos líderes e reis, como Luís XV, tinham como membros de seus grupos sociais e militares de confiança sujeitos cujos comportamentos já denotavam uma ideia precedente do que viria a ser o conceito de transexualidade que, até então, não tinha uma definição objetiva sobre o que significava um indivíduo ser despadronizado como identidade social existente. Assim, mesmo considerando as diferenças exteriorizadas, o/a trans era “aceito(a)”, em determinados espaços, como cidadão pertencente a sociedade francesa, tendo até a proteção do Rei (BENTO, 2008).

Posteriormente, no Século XVII, segundo o isomorfismo defendido pelos cientistas, o corpo era um só que se dividia em dois gêneros, e a vagina era vista como um pênis invertido. Entre os órgãos femininos, o útero era entendido como o escroto feminino, os ovários eram os testículos, e a vulva, um prepúcio, fazendo com que a mulher fosse fisiologicamente um homem invertido que tinha dentro dela os órgãos do sistema masculino.

Só depois do Século XVIII foi que as diferenças anatômicas e fisiológicas entre os sexos foram consideradas científica e politicamente importantes, e novos olhares sobre a sexualidade e o gênero foram surgindo (BENTO, 2006).

Nesse sentido, a autora enuncia que:

A descoberta do corpo sexuado é um momento de atribuição de sentido para as várias surras, insultos e rejeições familiares. Ter um/a pênis/vagina e não conseguir agir de acordo com as expectativas, ou seja, não conseguir desenvolver o gênero 'apropriado' para seu sexo, é uma descoberta vivenciada com grande surpresa para alguns/algumas (BENTO, 2006, p.97).

Durante o Século XX, depois dos anos 50, foram discutidos novos saberes médicos que possibilitaram um diagnóstico específico sobre a experiência identitária. Como não existia um exame que pudesse, de forma objetiva, determinar a transexualidade de uma pessoa ou não, os operadores da Saúde e da Justiça adotaram procedimentos que abarcavam o campo subjetivo e o abstrato no estudo das identidades, a partir de análises da mente humana, porque, quando se definia um transexual como fisiologicamente doente, contribuía-se para limitá-lo à existência que surge no próprio indivíduo, como fonte primária dos seus próprios conflitos, excluindo a análise atual e a verossimilhante da experiência identitária (BENTO, 2008).

Quando a Medicina se deparava com uma pessoa hermafrodita, precisava estabelecer o sexo que predominaria de acordo com a genitália, apagava a existência da outra e inseria aquela pessoa nas identidades binárias para que não se fomentasse qualquer ambiguidade sobre sua sexualidade, considerando que a heterossexualidade se materializaria no pênis ou na vagina completos dentro dos corpos designados, quando, na verdade, estava circunscrita nas repetições sistematizadas de padrões comportamentais.

No último século, devido às políticas totalitaristas presentes nas guerras e às conquistas travadas no processo de transformação da sociedade, houve várias ações diretas de ataques a pessoas transexuais. Um dos momentos mais conhecidos nesse contexto foi o da Segunda Guerra Mundial, que se tornou um parâmetro histórico no tocante às violações de direitos individuais e ao desrespeito à dignidade humana.

A imposição pelo isolamento público e a desolação da vida privada eram os fundamentos que tratavam a vida humana como supérflua e sem valor e viabilizavam a ideia de criar campos de concentração para reunir todos os que se distanciavam do padrão supremacista imposto pelo partido nazista idealizado por Adolf Hitler (LAFER, 2015).

O avanço da Alemanha nazista impactou as conquistas dos cidadãos que apresentavam uma vivência da sexualidade não rotineira – heteronormativa – que é um sustentáculo do modelo de sociedade, que impedia expressões que rompessem com a ordem sexual hétero, considerada natural e reguladora das relações entre as pessoas.

Assim, os sujeitos que atualmente são denominados de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexuais, assexuais e outros (LGBTQIA+) não seriam reconhecidos em sua existência abjeta e desfigurada, por não se enquadrar nos processos reprodutivos de um casal hétero que exerça, livre ou compulsoriamente, sua sexualidade heteronormativa (MISKOLCI, 2012).

Até antes da chegada das forças comandadas por Hitler, via-se um país que respeitava os/as transexuais e sua participação nos bairros de Berlim, com apoio de cientistas e médicos que “normalizavam” a homossexualidade e o intitulado “travestismo”, visto que ainda não havia uma nomenclatura para a transexualidade durante a República de Weimar<sup>4</sup>.

Foucault (2018) discute sobre as condutas que constroem o sujeito, quando ele é estigmatizado como monstro, um ser disfuncional, oposto ao natural e que precisa ter sua anormalidade corrigida e disciplinada para perpetuar uma estrutura de sociedade que limita a sexualidade à copulação hétero, caso contrário, deve sofrer uma intervenção pelo caráter “patológico” de sua não normalidade.

O Instituto de Pesquisas Sexuais, dirigido pelo médico Magnus Hirschfeld, foi responsável por idealizar carteiras de identificação para os indivíduos transexuais não sofrerem preconceito pelos estabelecimentos de Berlim ao se verem obrigados a usar suas identidades biológicas. A influência do respeitado médico fez com que a sociedade passasse a olhar com tolerância esses grupos sociais não padronizados (JOHAN, 2018).

Todavia, com a chegada e o avanço dos fascistas na Europa, a ideia de que os homossexuais e os transexuais desestabilizavam o avanço social foi implantada e disseminada por todo o continente, fazendo, de forma gradativa, com que os cidadãos comesçassem a excluir cada vez mais os grupos minoritários, estimulados pelo poder do Estado e mecanismos de repressão.

---

<sup>4</sup>No ano de 1919 se estabeleceu na Alemanha a chamada ‘República de Weimar’, comandada pelo primeiro chanceler Friedrich Ebert. Esse foi um período de reestruturação política alemã marcado pelo pós-primeira guerra mundial, na tentativa de reerguer a economia e a organização política do país (PINTO, 2021).

Com o advento de Hitler ao poder, o instituto de Magnus foi destruído, e uma caça aos LGBTQIA+ se iniciou em Berlim. Considerados como uma raça inferior e “antialema”, centenas de transexuais foram mortos nos campos de concentração. Até os aliados de Hitler, cuja sexualidade não normativa foi exposta, foram assassinados (EDITORS, 2018).

A própria Constituição alemã, na época do regime, teve um parágrafo editado para que pessoas fossem submetidas a até dez anos de prisão, caso existisse alguma evidência de seu comportamento despadronizado/”degenerado”. Por causa disso, muitos tiveram que se esconder ou criar uma falsa identidade heteronormativa para proteger sua vida e sua dignidade.

Estima-se que 60% das pessoas LGBTQIA+ levadas aos campos de concentração foram assassinadas. Elas eram isoladas e usavam uniformes que as destacavam das demais, portanto, eram os principais alvos de torturas, experimentos cruéis, humilhações e trabalhos forçados.

A maior parte das vítimas fatais eram homossexuais e pessoas trans, já que não tinham função reprodutiva para o regime nazista e eram vistos como aberrações. No fim, os dados indicam que mais de 100 mil pessoas LGBTQIA+ foram presas e cerca de 15 mil levadas aos campos de concentração, um extermínio direcionado e silenciado no pós-guerra (QUINTANA; FIGUEIREDO, 2020).

Também, foi durante os períodos de guerra que os papéis de gênero, até então estabelecidos, foram confrontados: grupos de mulheres se formaram para lutar nas guerras armadas. Elas abandonavam os espaços domésticos até então impostos a elas, para cumprir tarefas para as quais só os homens eram designados. Esse fator ultrapassou as barreiras do tempo e hoje, muitas mulheres estão orgulhosas nas lutas armadas enfrentando o patriarcado nos campos de batalha por todo o mundo, renunciando a falsa noção de uma ‘natural’ aptidão para a maternidade, assim como muitas fizeram contra as invasões nazistas ao abandonar seus lares.

Com o fim da Segunda Guerra, aconteceu, na cidade alemã de Nuremberg, o julgamento realizado contra o partido nazista e seus influentes representantes de grandes hierarquias sociais alemãs da época. Um documento intitulado ‘Carta de Londres’ estabeleceu categorias que condenavam crimes contra a humanidade, crimes de guerra e contra a paz.

Todos os que descumprissem algum tratado internacional e atingissem a vida privada de civis, matassem, escravizassem e perseguissem com base política, religiosa ou étnica, estaria violando esse acordo internacional. Ressalta-se que os juízes do Tribunal Internacional falavam várias línguas e proporcionaram uma tradução simultânea para o mundo acompanhar (BROICH, 2017).

O resultado do julgamento de Nuremberg foi um marco na evolução da história que, a partir de então, durante a redemocratização de países sob regimes autoritários, como os que viveram as políticas fascistas pela Europa, encontraria organizações para amparar qualquer ser humano que fosse vítima de degradação física ou mental, tanto nacionalmente quanto em território estrangeiro.

Esse julgamento mostrou que, mesmo em regimes autoritários com alto controle e poder exercido sobre a sociedade, existem fatores essenciais acima de qualquer ideologia ou projeto político que se traduzem na proteção à dignidade dos sujeitos.

No caso das pessoas LGBTQIA+, vítimas do fascismo social, tanto no nazismo quanto nos regimes fascistas europeus, essas garantias são constantemente violadas por ideias que se perpetuam até os dias de hoje e flertam com os princípios fascistas.

Segundo Santos (2003), o fascismo social envolve poder, dominação e exploração dos mais vulneráveis. Mais do que uma representação política por si só é, principalmente, civilizatório, focado nas dinâmicas sociais e nos grupos pertencentes a esse contexto.

Esse fascismo social se concretiza como resposta a uma não aceitação das demandas e das reivindicações daqueles que são marginalizados, que buscam melhorar a qualidade de sua vida e dividir os espaços privilegiados para garantir um tratamento isonômico. Assim, o resultado do julgamento garantiu que as tantas vidas LGBTQIA+ perdidas durante o nazismo pudessem ter alguma mínima justiça feita sobre seus corpos.

Depois que o Tribunal Internacional condenou o partido nazista e estabeleceu a gravidade histórica causada à humanidade, foram acordadas políticas internacionais que estabeleceram os Direitos Humanos como uma medida afirmativa necessária para o cenário mundial, na qual todos os países que estivessem de acordo com as políticas estipuladas, atuassem no apoio a uma sociedade que respeitasse a dignidade humana acima de qualquer outro interesse. Essas garantias se firmaram com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), da Corte Internacional de Justiça, também intitulada de Tribunal de Haia, e em 2002, da Corte Penal Internacional, para julgar crimes de guerras, de genocídios, contra a humanidade, entre outros.

Apesar de todo esse aparato legal internacional, ainda existem grupos neofascistas contemporâneos que utilizam a experiência transexual para justificar o ódio e fomentar o fascismo social, por meio da promoção de ideias de superioridade e a busca pela homogeneização da nação, para que os vistos como ameaças à religião e à família “tradicional”, considerados como sujeitos desviantes, sejam eliminados.

Isso se perpetua até hoje no Brasil, com a falsa impressão de democracia e de liberdade para todos, apoiada na Constituição, já que o atual presidente segue pregando arbitrariedades que ameaçam a segurança LGBTQIA+, fortalecendo preceitos eugenistas que sobreviveram ao tempo ratificados pela classe burguesa, fazendo com que muitos dos que se identificam com ele se unam a essas ideias supremacistas e apoiem o retrocesso do que foi conquistado até aqui, repetindo a história de horror e de morte com pessoas trans (QUINTANA; FIGUEIREDO, 2020).

### 1.1 A EUGENIA COMO PROJETO DE PODER BURGUEÊS: sentença de morte dos “inaptos”

A política eugenista advinda dos regimes fascistas pela Europa foi a chave para a criação de ideais excludentes, fundamentadas no preceito de construir uma sociedade pura e homogênea. Depois do transcurso do Iluminismo e com a força das revoluções industriais, a hegemonia da classe burguesa dominante estava em risco pelo levante de outros grupos sociais, como, por exemplo, os trabalhadores. Para frear e aplicar uma política higienista na sociedade, usou-se o discurso científico embasado na biologia, como tentativa de preservar o poder burguês (DIWAN, 2007).

Sob essa ótica, a humanidade alcançaria o seu ápice quando só os dotados das melhores características pudessem se reproduzir entre si, enquanto os destoantes desse perfil deveriam ser eliminados, justificados pela suposta hereditária de inferioridade. Usando de preceitos darwinistas numa perspectiva social, a ideia era de que só o cidadão burguês tivesse o direito de gerar uma nova vida bem-sucedida (DIWAN, 2007).

Com o aval da pseudociência eugenista, aliada aos poderes públicos, os vistos como ‘degenerados’ seriam extirpados graças às imposições de esterilizar e impedir que outras pessoas aumentassem sua linhagem. O processo eugenista alemão foi inspirado em conceitos difundidos nos Estados Unidos, em palestras científicas sobre a sobrevivência da raça, entretanto se intensificou durante o período em que Hitler esteve no poder, porque

cerca de seis milhões de pessoas foram assassinadas nos ataques higienistas, com mais de 400 mil esterilizações compulsórias.

Também foram feitas diversas eutanásias, durante o período da Segunda Guerra Mundial, em pessoas “diagnosticadas” com “problemas mentais”, muitos dos quais eram LGBTQIA+, feministas, judeus e inimigos do regime nazista, que estavam com as faculdades mentais perfeitas, mas, simplesmente por estarem fora do perfil ariano, seriam executados nas câmaras de gás por torturas, ao terem suas necessidades básicas de acesso à alimentação e à higiene retiradas ou até mesmo por injeções letais. Assim, mais de 270 mil pessoas passaram por esses processos, segundo o levantado no Tribunal de Nuremberg (DIWAN, 2007).

Acreditava-se que as ideias eugenistas ficariam no passado junto com as atrocidades da Alemanha nazista, porém seus preceitos ecoaram indiretamente nos comportamentos da sociedade europeia, indicada como um modelo de organização e de bem-estar social, de maneira sutil e sem violências objetivas, mas em que perpetuavam práticas de ódio perpetradoras da divisão de raças.

A construção do conceito de ‘raça’ só passou a ter uma conotação negativa a partir do Século XVIII, quando se tornou um sistema classificatório e hierarquizador da origem das pessoas, categorizando-as como boas e puras, se fossem brancas, ou “amaldiçoadas” e impuras, se não fossem de linhagem europeia. Tal termo foi muito utilizado nos processos de colonização, em que se tinha contato direto com povos indígenas ou negros e os classificavam como uma raça inferior que não alcançaram o suposto bem sucedido processo evolutivo do homem europeu (GOÉS, 2015).

Durante o Iluminismo, muito se discutiu sobre o que fundamentava a escravidão, considerando que alguns teóricos a endossavam utilizando o conceito de raça, sugerindo que as próprias características físicas do homem negro seriam apontadas como fatores que legitimariam sua submissão ao branco, visto como superior. Portanto, os iluministas utilizavam essas diferenças para construir como ciência uma hierarquia cultural considerando as etnias do Oriente. Alguns defendiam a ideia de miscigenar diferentes povos, sem propor inclusão e igualdade, mas buscando a possibilidade de que as características europeias se fizessem presentes nos genes miscigenados das futuras gerações, as quais teriam a inteligência, a força e a ‘superioridade’ do gene burguês (GOÉS, 2015).

Segundo este autor, em alguns casos, como os pregados pelas filosofias de

Voltaire, David Hume e Emanuel Kant, não haveria qualquer possibilidade de socialização e relação entre povos etnicamente opostos, porque, para eles, seria um ato de construir gerações inferiores e sem potenciais, degradando os aspectos positivos da raça vista como a ideal no processo de hegemonização da sociedade e construção de um mundo perfeito, tendo em vista os pressupostos burgueses que disseminam a falsa ideia de que existem humanos que, naturalmente, têm aptidão para comandar e ser detentores do poder, enquanto outros deveriam se subalternizar devido à sua necessidade natural de ser controlados para que possam fazer parte da sociedade, pois estão em estado de inércia na evolução do homem e são bestializados pela cultura de que dispõem, construindo um paradigma científico cuja referência seja unicamente o homem branco.

Para validar os discursos eugenistas foram organizadas escolas especializadas na questão da racialização dos povos, utilizando-se o argumento “científico” na tentativa de provar uma suposta diferença fisiológica que as etnias tinham entre si. Fatores como o clima e a localização geográfica dos ancestrais de cada sociedade seriam determinantes para a ideia de raça e possibilitariam formar sujeitos que trouxessem um legado genético de maior ‘qualidade’ que outros.

O homem branco, com sua cultura dita mais aprimorada, civilizatória, intelectualmente e moralmente elevada, deveria exercer poder e subjugar as raças chamadas de degeneradas, que estavam ‘atrofiadas’ pela mistura ética de seus genes, como os povos negros, indígenas e latinos. Nessa lógica, o burguês, intitulado de “raça teotônica” ou “nórdico loiro”, teria, historicamente, vencido as guerras travadas e conseguido estabelecer uma estrutura social mais sólida graças ao seu dom biológico de aptidão para sobreviver (GOÉS, 2015).

Antes mesmo das políticas nazistas, a eugenia já era uma prática pré-concebida no pós-primeira guerra, na busca por manter o perfil nórdico. Entre os defensores de uma raça hegemônica, estava o alemão Ernest Haeckel, que, com seu pensamento racializado, entendia que a predominância de uma raça seria favorável ao processo evolutivo da humanidade. O homem europeu seria o responsável por permitir que a vida humana fosse propagada com sucesso durante a linha do tempo (CARVALHO, 2019).

Esse pensamento de Haeckel estava ligado diretamente ao exercício das crenças, em que o Cristianismo, como uma vertente dominante, corroborava a superioridade do europeu, considerando a representação de Jesus Cristo moldada com um padrão branco, loiro, olhos claros e traços delicados, em que a pureza e as qualidades se ligavam

diretamente a sua pele branca. Essa postura divergia de outros teóricos, que enxergavam a religião cristã como um ponto dificultador da evolução. Nesse sentido, o progresso viria com a ciência a serviço do homem ariano, muitos dos quais apoiaram a chegada do nazismo e suas políticas higienistas, considerando a possibilidade de terem seus ideais aplicados na sociedade, e a humanidade teria mais chances de se unificar. Conseqüentemente, a desigualdade separaria os fortes dos fracos (CARVALHO, 2019).

Nessa perspectiva, o homem “impuro”, visto como inferior, ao ser aniquilado através das guerras, garantiria um mundo em equilíbrio, tendo em vista que a ciência genética foi deturpada para servir de base fundamentadora da campanha nazista, convencendo ideologicamente a sociedade de que uma Alemanha higienizada seria fundamental para a prosperidade do país. Entretanto, apesar das proporções que o nazismo teve, a doutrina eugenista inicialmente foi discutida em escolas de outros países com os estudos sobre genética de Fritz Lenz, Eugen Fischer e Erwin Baur, importantes teóricos norte-americanos.

Essas escolas inspiraram a lei de esterilização alemã, cuja premissa era de patologizar os indivíduos por seus genes miscigenados, colocando-os no mesmo patamar de pessoas com doenças hereditárias graves. Depois de enquadrá-los como doentes, eles deveriam ser executados para não gerar lotações hospitalares, o que foi parte da premissa de extermínio ao povo judeu (GOÉS, 2015).

Segundo o autor, essas escolas também serviram de premissas para a lei de proteção e honra do povo alemão, que proibia a união matrimonial entre pessoas ditas puras e etnias diversas. Isso afetava diretamente as decisões individuais da sociedade e os poderes do Reich dificultariam legalmente as uniões miscigenadas, o que implicava uma esterilização sutil e sem ações mais violentas.

Foi graças as escolas dos Estados Unidos, apoiadas nas políticas escravagistas, que a eugenia social obteve status de ciência. Acerca disso, entende-se que:

Apesar de a eugenia ter se originado na Europa, foi a partir do sucesso dos investimentos dessas instituições nos EUA que o movimento eugenista europeu obteve reconhecimento. Conforme demonstra Edwin Black (2003), os EUA estavam prontos para a eugenia, antes que a eugenia estivesse pronta para os Estados Unidos. Isso porque, nesse país, a prática de extinção dos “insignificantes” data do fim da escravidão, a partir da consolidação das instituições de cariz racista, como a Ku Klux Klan, e outras ações de perseguição aos “delinquentes” e “criminosos” (GOÉS, 2015 p.45).

Também nos Estados Unidos, inserido no movimento eugenista, estava o cientista Charles Davenport, que traçava linhas genealógicas de sua família e apoiava o combate aos levantes dos trabalhadores no país, acompanhando o pensamento europeu. Graças à importância direcionada aos seus estudos pela elite fascista do país, grandes financiamentos foram realizados ao seu trabalho, colocando seus discursos no centro das palestras sobre a eugenia social no país.

Na Europa, os cientistas eugenistas instigavam a sociedade a adotar políticas de não miscigenação, catalogando severamente a hereditariedade dos vistos como indesejáveis para que os políticos de extrema direita do país atuassem com medidas preventivas a favor do eugenismo. Esse fato foi sucesso, porque foram criadas leis que proibiam que pessoas de etnias diferentes se casassem, e a esterilização de mulheres foi imposta por poderosos que flertavam com os ideais de Charles. A tese defendida era de que todas as doenças, deficiências e comportamentos não padronizados surgiriam de pessoas não brancas, portanto, sua reprodução teria que ser impedida (CARVALHO, 2019).

Depreende-se que, sob a ótica do darwinismo social apadrinhado pelas escolas burguesas racistas, os mais aptos das espécies seriam os homens brancos, enquanto os demais estão em estado de imperfeição e primariedade no desenvolvimento humano. Esses argumentos são balizados nos estudos de anatomia, frenologia e etnografia, que fundamentam a racialização dentro da visão colonialista, de dominadores e subordinados de tal modo, criando uma rede de apoio global entre os países que aderiram aos projetos racistas das escolas burguesas como mecanismo de controle e de manutenção das relações de poder no Ocidente.

Para alguns teóricos, como Malthus, que trata da teoria das desigualdades, a existência do homem pobre seria um fator de desequilíbrio no planeta por causa da quantidade de recursos limitados que a natureza tem a oferecer e que deveriam ser direcionados às classes com mais estabilidade social. Assim, os poderes públicos deveriam aplicar políticas de natalidade para que a pobreza não se expandisse, similarmente às ideias de esterilização que a Alemanha nazista praticava (CARVALHO, 2019).

Outro influente eugenista foi o inglês Francis Galton, entusiasta dos estudos de Charles Darwin, considerado o pai dessa vertente como ciência e principal teórico dos estudos sobre “o melhoramento genético da sociedade”. Ele foi o primeiro cientista a usar

a expressão “eugenia”. Para ele, o homem ideal aquele não fosse “degenerado”, fato que só seria possível com a eliminação de todos os que não tivessem as características aptas e bem-sucedidas. Em suas obras, ele discutia sobre evolução humana, com base nas pesquisas feitas em plantas e animais, para “cultivar uma raça melhorada”, para evitar que a população considerada impura crescesse (MARQUES, 1994).

Galton também utilizou como objeto de estudo a cultura africana e as diferenças sociais entre ela e a europeia. Essa era uma suposta prova de que a genética africana levaria a comportamentos “fracos”, comparados com os do homem branco, resultantes da realidade de extrema pobreza, culpabilizando diretamente as etnias, e não, a exploração e a escravidão formalizadas pela Europa durante gerações. Até mesmo as emoções seriam um fator hereditário, e os “não civilizados” trariam caos social por causa de seu descontrole, criando a criminalidade e os comportamentos tidos como desviantes, como a prostituição, por exemplo (MARQUES, 1994).

Naquele período, na Inglaterra, a sociedade estava em transformação, no auge da revolução industrial e das visíveis desigualdades entre o proletariado e a burguesia. O trabalhador era demonizado como um sujeito não apto a ascender socialmente, a ser explorado em sua jornada de trabalho e a ter uma vida indigna, imersa em pobreza. Esses seriam fatores escritos na linhagem daquela pessoa (CARVALHO, 2019).

De maneira mais agressiva do que a eugenia estudada nos Estados Unidos e na Inglaterra, na Alemanha, as leis raciais criadas por Hitler se traduziram no conhecido Holocausto de diversas minorias, assim como várias práticas contemporâneas de violência e extermínios sociais das quais muitos grupos vulneráveis são vítimas. A ideia de uma ‘super’ raça ariana se perpetuou nas políticas higienizadoras do nosso século, para as quais o perfil de homem branco, cisgênero e heterossexual culminaria no sucesso da humanidade, enquanto os demais seriam sinônimos de atraso à sociedade.

Existia um claro temor da elite de perder seus status, por isso usaram, e ainda usam, o que Galton propunha para não permitir que aqueles em estado de submissão ascendam, nada diferente do que se percebe na sociedade do Século XXI, reafirmadora de preceitos deturpados e ideologicamente falsos para controlar as massas.

Como sistema de controle social, a eugenia impacta diretamente nas relações binárias da sociedade, intervindo na vida privada das pessoas, para enquadrar as identidades e as sexualidades. Mesmo sendo, historicamente, um movimento teórico repudiado pela sociedade no pós-segunda guerra, existe toda uma estrutura política que

propaga e valida um denominador privilegiado dado aos vistos como “aptos”. Os sujeitos LGBTQIA+ são, desde sempre, colocados na esfera da inferioridade pela eugenia social, apesar de, em tese, o discurso biológico ter sido superado (RODRIGUES, 2020).

No Brasil, a ‘degeneração’ ainda é associada diretamente as minorias desviantes das práticas cisgêneras, fazendo da política eugenista uma projeção atual. O “Outro” representa um terreno perigoso para as relações de competitividade na sociedade, e a iminente eliminação desse “oponente” reestabelece o equilíbrio natural ofertado aos privilegiados e impede a propagação de sentimentos temerários por essa elite. Considerando isso, Rodrigues (2020, p.38) assevera:

Penso que noções como cooperação e solidariedade são completamente enfraquecidas nas relações entre os sujeitos, uma vez que essa racionalidade aponta para o outro sempre como um perigo. O olhar de cada sujeito, portanto, é treinado, condicionado, para não ter empatia e humanidade, mas para fazê-lo se sentir aterrorizado com a aproximação do outro, que pode lhe vencer.

Essas práticas individualistas se traduzem em uma organização da sociedade que naturaliza a violência contra esse ‘competidor’, chegando até mesmo a não permitir entre aqueles dentro dos padrões desejados o sentimento de indignação para com os linchamentos das vidas LGBTQIA+.

O próprio Estado colabora para a higienização eugenista reivindicada pelas inseguranças de seu povo, quando não age com celeridade nas demandas de grupos vítimas de violência e fecha os olhos ao genocídio contra homossexuais ou transexuais periféricos, feitos pelas mãos da própria população (RODRIGUES, 2020).

O autor considera que a cooperação da população é essencial para o ato punitivista não partir de uma política pública, sem explicitar o quanto o Estado é inerte e conivente com os linchamentos. O papel dos linchadores de cumprir a higienização retira a culpa das mãos da estrutura cultural preconceituosa reafirmada pelas leis dirigidas apenas ao “cidadão de bem”, que, ao eliminar o “bandido”, cumpre o papel da polícia genocida do nosso país. Desse modo, o bandido ganha esse status não por infringir as normas objetivamente, mas apenas por ser uma existência sem valor aos olhos da eugenia.

O próprio poder de matar é transferido do Estado para o povo, para que seja mantida a ‘qualidade’ do grupo, permitindo que, através da força, apenas os ‘aptos’ sejam protegidos e tenham uma vida valorosa, porquanto são agentes purificadores do *ethos* e heróis da burguesia, exemplificados naquele sujeito pobre ou da classe média que é

enaltecido pela elite por fazer o ‘trabalho’ dela (RODRIGUES, 2020).

Decerto que, na sociedade existe um desejo latente de vingança, constantemente inflamado, em que se gera satisfação pela sensação de ordem estabelecida através do ato de matar seus ‘inimigos’. Esse desejo parte da própria condição de abandono em que as pessoas se encontram e afeta sua dignidade a ponto de desumanizá-las (RODRIGUES, 2020). Portanto, a lógica é: se ‘eu’ não tenho status de existência privilegiada, logo serei o algoz da existência de quem ‘suja’ o meu espaço. Portanto, meu único suposto ‘privilégio’, que é o de ter acesso àquele grupo e ter direito de ser detentor daquele ‘lugar’ de abandono não esteja ameaçado por uma figura que o Estado burguês abomina como sujeito inapto.

A vida das pessoas trans ocupa esse espaço de inaptidão, sobretudo porque não constitui família dentro do modelo burguês. Elas são traduzidas como ‘contaminadoras’ do estado de pureza, e isso contribui para que a violência eugenista seja a única solução restaurativa para que o grupo social não lide com um corpo ‘descartável’, sem significado nas leituras binárias da sociedade e vetor de ruptura do que aprendemos, compulsoriamente, como certo e errado.

De tal modo, em contraponto aos processos de discriminação, veremos no capítulo a seguir que os Direitos Humanos apresentam-se como ponto de partida para a formalização de leis, do cenário internacional ao local, que constroem novos paradigmas na realidade de negativas mapeada pelos índices de violações que pessoas transexuais se deparam corriqueiramente e as fazem, enquanto sujeitos que rompem com os padrões culturais, vítimas dos discursos de ódio proferidos.

## **2 O AMPARO DOS DIREITOS HUMANOS NA HUMANIZAÇÃO DOS SUJEITOS: um caminho ainda em implementação na realidade transexual**

A construção dos Direitos Humanos tem um longo percurso histórico que remonta a civilizações antigas e perpassa grandes eventos históricos, como a Revolução Francesa do Século XVIII. Contudo, é inegável que a internacionalização dos Direitos Humanos está estritamente ligada aos principais problemas da atualidade, que são a democracia e a paz.

A priori, entende-se que a proteção dos Direitos Humanos é a instrumentalização das bases constitucionais formadoras da democracia, assim como, paralelamente, a paz

garante que cada Estado internacional proteja prontamente os seus indivíduos com os direitos reconhecidos em sua plenitude humana (BOBBIO, 2004).

Camargo, Rodrigues e Silva (2018, p. 18) definem os Direitos Humanos como “o conjunto de normas vinculantes estabelecidas através de acordos internacionais que contém valores essenciais para a proteção da dignidade ou da vida digna de qualquer indivíduo na comunidade que vive”.

Uma das maiores materializações do pensamento contemporâneo sobre os Direitos Humanos se deu quando a Carta das Nações Unidas, criada em 1945, durante a Conferência de São Francisco foi formalizada. Isso que proporcionou a criação do maior órgão de proteção humana até então, a ONU, com a finalidade de preservar a paz, guardar e vigiar os Direitos Humanos e condicionar o desenvolvimento econômico-social das nações aliadas.

A partir de então, começou o intitulado ‘Direito Internacional dos Direitos Humanos’, que reconhece todo e qualquer ser humano, independentemente da cultura que comunga, de sua natureza ou de seus aspectos interpessoais, como a identidade de gênero, das nacionalidades e das especificidades de cada um, merecedor de igual amparo e respeito (CAMARGO; RODRIGUES; SILVA, 2018).

Em 10 de dezembro de 1948, foi proclamada a Declaração Universal de Direitos Humanos, trazendo uma série de garantias fundamentais para a coletividade, sem que seja necessário algum requisito fisiológico, etnológico ou pessoal para que o indivíduo goze desses direitos (BRASIL, 2017). Seu principal objetivo era de unificar as nações com um ideal de paz pertencente a todos os Estados-membros, totalizando, até então, 50 países, cujos esforços partiram da necessidade de educar a respeito da liberdade de cada um e de aplicar ações progressistas, tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

Graças aos novos horizontes oferecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, os tempos sem guerras se solidificaram, e a conduta de uma ética universal foi naturalizada entre os povos, o que garantiu que liberdade e igualdade fossem fatores unidos e que direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais fossem estabelecidos de maneira que os Direitos Humanos fossem indivisíveis e invioláveis (GUERRA, 2017).

Sobre o caráter universal e inerente a todos os seres humanos que a Declaração de 1948 fomenta, Alves disserta:

A Declaração de 1948 se baseia no reconhecimento da ‘dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis’ como ‘fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo’. Para que os Estados a título individual e em cooperação com as Nações Unidas, cumpram plenamente o compromisso de promover o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais, assumido ao assinarem a Carta de São Francisco e recordado no preâmbulo da Declaração, ‘uma compreensão comum desses direitos e liberdades’ é reputada ‘Da mais alta importância’. (ALVES, 2013, p. 22).

Ressalte-se, entretanto, que, apesar desses avanços históricos, alguns indivíduos não percebem em suas vidas a aplicação das garantias fundamentais e, em muitas circunstâncias, são discriminados dentro da própria nação e enxergam uma parcialidade na implementação dos Direitos Humanos e suas liberdades, razão por que buscam comunidades que possam inseri-los e ampará-los, como meios de autoproteção e autoconstrução, como é o caso da luta da população LGBTQIA+ pelos Direitos Humanos, desde a esfera internacional até a nacional, onde, muitas vezes, o pactuado pelas convenções mundiais não consiste em uma realidade prática, até mesmo por resistência da sociedade, com seus fundamentos culturais e religiosos.

É possível observar uma longa história sobre as discussões acerca da orientação sexual, do gênero e da identidade, como componentes essenciais da vida de cada um em suas relações privadas, que devem ser respeitados sem atuação arbitrária ou abusiva por qualquer cidadão ou autoridade pública (GUERRA, 2017).

No que tange a Declaração dos Direitos Humanos, sua aplicabilidade e a desigualdade sexual ainda observada na coletividade, Oliveira enuncia:

No entanto, na realidade, enfrentamos sérios problemas acerca dos direitos sociais, evidenciando que um dos princípios fundamentais, a Dignidade da Pessoa Humana, não foi efetivamente concretizado. Com efeito, não é possível enxergar a categoria de cidadão naquele que não dispõe da própria dignidade, de uma vida digna. Assim, existe uma grande distância, um paradoxo entre o que está escrito nas Declarações e o que há de concreto, pois não basta apenas estar inserido nos textos internacionais e na maioria das constituições dos países ocidentais, sendo fundamental a ação do Estado, para realizá-los. (OLIVEIRA, 2007, p. 363).

Nos territórios internacionais, graças às conquistas formalizadas pelos Direitos Humanos, já eram constatados avanços legais na vida dos/das transexuais, a exemplo de vários países da Europa, onde, há muitos anos, já não era necessária a mudança de sexo para alterar os registros de identidade, pois podiam ser requeridos os documentos sem a

realização prévia da cirurgia de redesignação sexual, medida que, até pouco tempo, o Brasil ainda não adotava, pois, diferentemente do que ocorria em outras nações desenvolvidas, no território nacional, o transexual só podia alterar seus dados e registros depois da cirurgia vulgarmente chamada de “mudança de sexo”.

Só em 2018, o Brasil passou a permitir a alteração registral dos transexuais sem necessidade de prévia cirurgia. Dessa forma, enquanto nacionalmente ainda se verifica muita resistência em relação à proteção e à respeitabilidade dos transexuais, e se nota seus direitos evoluírem de forma gradativa, existem países desenvolvidos que já adotam políticas públicas para esses sujeitos há algum tempo.

Segundo a ONU, a violência contra transexuais e travestis é recorde no Brasil e expõe uma realidade de violência brutal na vida desses sujeitos. Em contraponto a isso, nos últimos anos, vêm sendo vistas lutas por avanços nas políticas para transexuais, principalmente com iniciativas privadas e internacionais de combate a doenças sexualmente transmissíveis e pelo fim da discriminação (ONU BR, 2016).

De acordo com a ONU, as políticas nacionais serviram de auxílio para que fossem instituídas na África do Sul novas perspectivas sobre identidade de gênero, Direitos Humanos e orientação sexual. Depois, em parceria com países da América do Sul, como o Chile, o Uruguai e a Colômbia, foram lançadas diretrizes e resoluções sobre o combate à discriminação dos LGBTQIA+.

Foi também em meio às negociações internacionais que o Brasil participou, em junho de 2011, da sessão de instituição da resolução 17/19 sobre “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero”, criada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, o primeiro organismo intergovernamental que adotou políticas protetivas para os grupos minoritários relacionados à questão de gênero e sexualidade. A partir daí, o papel brasileiro nos debates sobre respeito às sexualidades se solidificou. A resolução preconiza que:

O direito à igualdade e não discriminação são princípios fundamentais dos direitos humanos, consagrados na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos tratados internacionais de direitos humanos. As palavras da abertura da Declaração Universal dos Direitos Humanos são inequívocas: ‘Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos’. A garantia de igualdade e não discriminação oferecida pelo direito internacional dos direitos humanos se aplica a todas as pessoas, independentemente de sexo, orientação sexual e identidade de gênero ou ‘outra situação’ (UNFE, 2011, p.1).

A ONU Brasil (2017) trouxe uma campanha intitulada “Livre & Iguais”, visam promover a igualdade de direitos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, Queers, intersexuais e outros. Essa foi uma iniciativa inédita e com caráter global, em que a orientação sexual e a identidade de gênero são os principais fatores que constroem desigualdades sociais, diminuindo a atuação cívica e Direitos Humanos das pessoas LGBTQIA+ (UNFPA, 2017).

Visando encontrar formas mais efetivas de combater LGBTQIA+ fobia, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu criminalizar a homofobia e a transfobia, equiparando esses crimes ao de racismo, de acordo com o texto da lei 7.716/89 a qual destaca o termo “preconceito”. Assim, a ampla interpretação do termo abarcaria outros grupos sociais vítimas de sistemáticas inferiorizações, garantindo dessa maneira, punições para os seus agressores segundo a norma em questão. Por isso, como não existe uma legislação específica para tratar desse tipo de violência, o STF precisou agir considerando a omissão do Poder Legislativo em estabelecer medidas adequadas que se calavam para agradar ao conservadorismo da sociedade (GONÇALVES, 2020).

## 2.1 ÍNDICES DE VIOLAÇÕES NO BRASIL

O Brasil é o país onde mais ocorrem homicídios contra transexuais e travestis em todo o mundo, razão pela qual o indicativo de expectativa de vida de um indivíduo transexual não ultrapassa os 35 anos, visto que, cerca de 70% dos crimes motivados por transfobia são contra pessoas de 16 até 29 anos, embora a média de vida do brasileiro seja considerada em torno dos 75 anos (ANTRA, 2020).

Um caso que se destacou no Brasil, devido a brutalidade e a divulgação massiva, foi o assassinato da transexual Dandara. A jovem foi torturada em diversas sessões, e as filmagens comprovaram o ódio pela forma como ela se identificava, fato instigado pela própria população moradora dos arredores do crime, em Bom Jardim, bairro de Fortaleza, no Ceará. Entre os treze assassinos, os adultos respondem por homicídio doloso triplamente qualificado (O POVO, 2017). A frieza dos assassinos revela a face de uma sociedade marcada por injustificáveis preconceitos reforçados por políticas e grupos sociais que, muitas vezes, sequer fazem parte dos de seus executores.

O ponto de partida consiste na representação social da família, sua base e constituição, formada pelo homem “macho”, que precisa reproduzir um padrão de masculinidade, e pela mulher “fêmea”, que é responsável pelos cuidados da casa e dos filhos. A própria sociedade ratifica esses comportamentos legitimando as relações de dominação que são simbolizadas pelos aprendizados perpetuados nas famílias, as quais são vetores de submissão e de poder da ordem masculina no campo privado (BOURDIEU, 2002).

Mesmo com a quebra histórica desse paradigma patriarcal e do levante de outras minorias, a transexualidade ainda soa como um grande tabu em relação as questões de gênero, até mesmo por ser uma pauta global mais recente, que ganhou repercussão midiática sobre suas demandas na última década.

Os indivíduos trans foram inviabilizados em diversos momentos das mudanças históricas e, só agora, no auge das discussões sobre o tema, puderam trazer suas reivindicações para a sociedade. Antes, o movimento LGBTQIA+ era chamado de GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), demonstrando que até mesmo as minorias não tinham consciência da importância de dar voz ao grupo dos/das transexuais e reforçando a categorização, que é objeto de crítica da Teoria Queer, como um fator excludente das possibilidades de identificação.

Em nosso país, a sociedade continua a legitimar o transfeminicídio. Apesar de todas as garantias conquistadas e que construíram um sustentáculo positivista para proteger a dignidade humana, também considerando todas as campanhas e denúncias nacionais, ainda se vê um cenário de desrespeito e invalidação das lutas LGBTQIA+, principalmente na experiência social das pessoas trans que passam por processos de menos aceitabilidade, em virtude dos preceitos conservadores da sociedade.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) divulga dados anuais sobre o mapa de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras. No tocante aos últimos 4 anos (2017-2020) foram registrados 641 casos de homicídios motivados por transfobia, sendo 25 desses no estado da Paraíba, localidade dos sujeitos do estudo em questão, posicionando o estado em 8º lugar nos valores absolutos de homicídios nesses últimos anos. O dossiê mais atual foi lançado em janeiro de 2021 e integra os dados referentes aos homicídios registrados em 2020. Com números alarmantes, o Brasil segue em 1º lugar no ranking de países em que mais se matam pessoas trans em todo o mundo.

Os dados denunciam 175 assassinatos apenas em 2020, todos contra mulheres trans e travestis, números esses que ecoam a presença da violência de gênero enquanto agravante para a experiência das pessoas transexuais e travestis. Tal fator revela a não potencialização para a realidade dos homens transexuais, considerando sua identidade de gênero. Ressalta-se que esta média de assassinatos não considera as subnotificações, devido à ausência de apoio governamental para a elaboração dos dados.

Em relação ao perfil das vítimas foram considerados os indicadores de idade, localidade, gênero e raça, quando possível identificá-las, indicando os perfis mais vulneráveis a violência. Quanto a idade, as vítimas tinham em média entre 15 e 29 anos, ocorrendo um aumento dos casos entre os 15 e 18 anos, delineando que o extermínio transfeminicida está cada vez mais presente na juventude trans (ANTRA, 2021).

A maioria das vítimas, 71% delas segundo o indicado pela Associação, foram assassinadas em espaços públicos, algumas dessas se encontravam no momento em situação de rua e cerca de 72% das assassinadas trabalhavam enquanto profissionais do sexo. Aspectos esses, constatadores do estado de maior vulnerabilidade devido aos poucos espaços de trabalho que mulheres trans e travestis são relegadas a ocupar. No que diz respeito ao gênero e a raça, as mulheres trans e travestis compõe todo o mapa de 2020, além de em sua maioria serem negras ou pardas, somando 78% do total que vivem em espaços periféricos de suas cidades.

A esse respeito a ANTRA (2021 p.10) ressalta que:

Veremos, ainda, que o aumento da violência denuncia o reflexo da perseguição de setores conservadores do Estado às pautas pró-LGBTQIA+ e a campanha de ódio contra o que eles chamam de “ideologia de gênero”, que é um nítido ataque à existência das pessoas trans. Além disso, também é preocupante a associação de grupos anti-trans que têm se organizado em uma agenda global para impedir a conquista de novos direitos, cassar direitos conquistados e avançar com a manutenção do cissexismo.

O mapa da violência de 2020 ainda revela que quase 95% da população trans entrevistada denunciou alguma violência de gênero sofrida em seu cotidiano, também alegam durante o atual período de Pandemia da COVID-19, sobre a crescente falta de inserção no mercado de trabalho, baixo acesso a saúde, educação, segurança e moradia. Comparado ao ano anterior ocorreu um aumento de 43,5% das mortes em números absolutos.

Quanto ao estado com a maior taxa de homicídios, São Paulo se encontra no topo dos índices com um total de 29 assassinatos, um aumento de quase 40% ao mesmo período no ano anterior, em seguida encontram-se os estados do Ceará, Bahia e o Rio de Janeiro. Por conseguinte, os dados revelam a crescente nas regiões Nordeste e Sudeste que concentram quase 80% dos casos registrados. Na Paraíba os números são de 5 homicídios registrados em 2020, colocando-a em nono lugar na lista de estados que mais matam pessoas trans e travestis no Brasil. Entretanto, a Paraíba é um dos poucos estados do Nordeste que possui delegacia para atendimento especializado em casos de crimes cometidos contra pessoas trans ou travestis (ANTRA, 2021).

Considerando o aumento dos casos de assassinatos na região Nordeste, bem como a presença de seus estados em posições preocupantes nos índices de violência, conforme os dados apresentados, faz-se necessário considerar a localidade como demarcadora da experiência de violência vivida pelas pessoas trans, tendo em vista que está associada a uma série de problemáticas locais perpetradas pela cultura machista, em especial a difundida pela figura do homem nordestino. Dessa forma, existe paralelamente as violências generalizadas por todo o país, também referente ao enfrentamento do constructo envolvendo o “ser masculino”, como um fator norteador do cotidiano dos homens, segundo padrões patriarcais que coloquem toda figura feminilizada em estado de inferiorização, inclusive quando o homem cisgênero é relegado a esse espaço.

Para tanto, Albuquerque (2003) discute o estado de violências contra os corpos que não reproduzem esteriótipos masculinos, com suas condutas e agires que não seguem o ideal binário, os quais passam a serem caracterizados como ameaças para a existência do patriarcado, considerando que a “desvirilização” atinge as aptidões, supostamente, biológicas do gênero masculino, em suas “habilidades” de comando, proteção e domínio.

Assim, analisando regionalmente o ideário do “cabra macho” nordestino, fruto de uma série de eventos históricos coloniais contextualizados na fome e seca vividas, formaliza-se na figura dos cangaceiros e sertanejos como aquele homem que: lidera; exerce controle ao feminino, ‘possuindo’ a esposa como objeto; jamais realizando atividades domésticas ou permitindo que a mulher esteja em igualdade em qualquer perspectiva que apenas a sua “natureza” e porte físico permite, aquele que é rústico, para a atividade laboral pesada cotidiana à realidade de aridez e dificuldades no sertão.

Essa identidade forjada é transferida para o discurso das elites de todo o país e se torna símbolo de resistência da masculinidade contra os avanços feministas e LGBTQIA+

em todo o Brasil, através da desconformidade com o progressismo e seus princípios de não dividir os espaços masculinos com aqueles que deveriam vir a se submeter a virilidade do “cabra macho”. As mulheres que passaram a ocupar cargos políticos, a ter voz sobre suas reivindicações por igualdade nos espaços coletivos, a atingirem atributos físicos e estéticos que até então eram denominadores do universo masculino, a desempenharem funções que apenas o homem tinha acesso, viriam, por essas razões, a transgredir a estrutura da família patriarcal, ao transportar suas características de “sujeito dominado” para outros homens (ALBUQUERQUE, 2003).

Em vista disso, o autor argumenta que, quando a pessoa homossexual, transexual ou travesti, que aos olhos do machismo ocupa o mesmo espaço subalterno da mulher e possui características, teoricamente, “feminilizadas”, passa a reivindicar seu espaço de igualdade e equidade na coletividade, acaba por torna-se mais um bloqueio no projeto eugenista guiado pelo “homem virinil”, pretendo a eliminar outros homens que não adotem os estereótipos das dominações masculinistas.

Discurso esse que se fortalece pelo aparato midiático na manutenção dos estereótipos, perfazendo por difundir como um parâmetro identitário a ser seguido, que invisibilize a narrativa do diferente. Destarte, essa mesma mídia será aquela que prestará desinformação na maneira que retrata a realidade de violências vividas pelas pessoas transexuais. De tal modo, referente a forma como a mídia trata os casos de assassinatos, a realidade perdura no apagamento das identidades das vítimas e na contínua narrativa de desrespeito a dor vivenciada cotidianamente pelas pessoas trans e travestis que seguem resistindo e sobrevivendo ao seu extermínio.

Conforme os dados apresentados pela ANTRA (2021), 14% dos casos midiáticos não respeitaram a identidade de gênero das vítimas, cerca de 15% não trouxeram informação alguma sobre as vítimas, necessitando da atuação da sociedade civil em defesa das pessoas trans e travestis, além do fato de que, em quase 50% das reportagens, foram expostos documentos com o nome morto do registro de nascimento da vítima, reforçando outra forma de violência quanto ao gênero, em não respeitar seu nome social.

Contestando as discriminações difundidas pelos grandes veículos de mídia, a ANTRA (2021, p.58), evidencia que:

Nas notícias da mídia, vemos uma prevalência nos dados dos assassinatos de pessoas identificadas como sendo travestis, que aparece em 77% dos casos, diretamente relacionadas a marcadores como o território onde ocorreu o assassinato, contexto e classe social, raça e ocupação. Apesar da importância desses marcadores para a identificação dos casos, a mídia tem uma tendência de classificar as identidades a partir de tais elementos, muitas vezes de forma equivocada, racista, classista e estereotipada. Há, também, matérias que expõem fotos explícitas de cadáveres mutilados, o que é uma violação da imagem daquela pessoa, já brutalmente assassinada. Esse modo de exposição também viola as famílias e suas dores.

Decerto que, desde as eleições presidenciais de 2018, com a materialização dos discursos de extrema-direita aliados a grupos cristãos fundamentalistas, dos quais são recorrentemente fomentados em oposição às políticas sociais dos governos anteriores, os casos de violências contra LGBTQIA+ cresceram consideravelmente, apoiados pela narrativa do atual presidente que, com sua política manipuladora e mentirosa, criou uma rede de ódio contra trans e travestis do ambiente privado ao coletivo. Graças, também, a essa validação da violência, o dossiê trouxe o seguinte dado:

Traremos, ainda, dados inéditos sobre pesquisa realizada por ocasião do mês de enfrentamento da LGBTQIA+fobia no mundo, em que 99% das pessoas LGBTQIA+ participantes afirmaram não se sentirem seguras no país. Dessa forma, concluímos que, durante o ano de 2019, vimos aumentar a violência direta no dia a dia das pessoas trans. Em levantamento recente, a Revista Gênero e Número, revelou um aumento de 800% das notificações de agressões contra a população trans, chegando ao grave número de 11 pessoas agredidas diariamente no Brasil (ANTRA, 2020, p.12).

Esses são dados alarmantes, que simbolizam o desrespeito às normas internacionais de proteção à vida humana, graças ao poder alienador vindo de discursos religiosos baseadas em uma moralidade deturpada, que se sobrepõe a norma e legaliza um estado de bestialidade contra aquelas vidas vistas como insignificantes.

Devido a Pandemia da COVID-19, a violência e o abandono do Estado ficaram mais evidentes, mesmo com a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) que o STF julgou para criminalizar a homofobia, a equiparando ao crime de racismo. A precariedade no atendimento das demandas de travestis e transexuais resultou em uma alta exposição ao Coronavírus, visto que esses sujeitos continuaram nas ruas, muitos se prostituindo para sobreviver, e a maioria sem o acesso ao benefício emergencial implementado pelo Governo Federal, conforme alertado pela ANTRA, vez que, mais da metade das transexuais questionadas sobre suas necessidades no momento da quarentena

declarou ser do grupo de risco. Porém, devido a subnotificação na divulgação de dados sobre a Pandemia pelo Governo, muitas dessas pessoas que morreram por causa desse vírus ou que estiveram em estado de vulnerabilidade não foram localizadas nem amparadas, ao tempo em que o número de assassinatos aumentou, considerando o mesmo período do ano passado (ANTRA, 2021).

Apesar de todas as intervenções necessárias, o Estado continua sem criar políticas públicas que dignifiquem e protejam a vida das pessoas transexuais e travestis, que rompam com o genocídio apartado pelas bancadas religiosas e nos poderes públicos e lhes propiciem saúde e bem-estar durante a Pandemia e depois dela.

Enfatizam-se os danos causados a trajetória de poucas garantias conquistadas pelas pessoas LGBTQIA+, por intermédio da atuação retrógrada da bancada evangélica aliada ao atual Governo, cujas ações buscam incansavelmente construir narrativas inverídicas na tentativa de mobilizar a sociedade cristã e criar comoções populares contra o avanço pelo combate à discriminação.

Entretanto, em meio a todas as negativas com que os sujeitos transexuais se deparam nos grupos sociais, é fato que todos os pertencentes a esse grupo são sujeitos de direitos como qualquer outro cidadão e dispõem do princípio da dignidade humana. Segundo Guerra,

a dignidade é atributo que deve ser preservado e garantido a toda e qualquer pessoa humana, sem qualquer tipo de discriminação, possuindo conotação universal. Logo, reconhecer o princípio da dignidade da pessoa humana significa dotar o indivíduo de um valor supremo, que o torna sujeito de direitos que, inerentes a sua condição humana, devem sempre ser observados pelo Estado (2017, p. 209).

A Constituição brasileira de 1988 veio como um grande sustentáculo para os direitos fundamentais. Em seus primeiros artigos, constam várias garantias existenciais e pertencentes a todo e qualquer cidadão do território nacional. Já em seu preâmbulo, a CF/88 indica que um dos valores supremos do Estado Democrático de Direito é a igualdade permitida em nossa sociedade pluralista e sem preconceitos.

No art. 1º, especificamente no inciso III, é referenciada a dignidade do ser humano como uma das bases definitivas para a nação, e no art. 3º, inciso IV, é estabelecido que um dos objetivos da República Federativa do Brasil é de promover o bem comum, sem qualquer tipo de preconceitos ou discriminações, o que inclui a questão da identidade de gênero. O caput do artigo 5º traz a ideia de igualdade, conjuntamente com a liberdade, o

direito à vida, à segurança e à propriedade para todos os brasileiros, sem nenhuma distinção. Mais adiante, seus incisos reafirmam que nenhum cidadão brasileiro poderá ser tratado de forma desumana ou sofrer algum tipo de tortura, como no caso de Dandara, que teve essas garantias violadas.

Com o fito de implementar a dignidade humana dos/das transexuais, vale salientar que os direitos os quais eles necessitam que sejam efetivados ultrapassam aqueles expostos constitucionalmente, repercutindo também na vida civil deles. Entre as conquistas necessárias observa-se a referente ao nome social e da retificação na certidão de nascimento dos transexuais.

O nome social nada mais é do que o nome identitário que pessoas transexuais ou de qualquer outro gênero usam em contraponto ao registrado oficialmente em cartório depois do nascimento, visto que o indivíduo trans não se vê refletido e abraçado por um nome escolhido na entidade familiar, por isso a retificação é tão necessária. Nessa acepção,

uma pessoa trans, ao portar documentos cujo nome não espelha a sua aparência física, irá passar por diversos constrangimentos. Atos que para pessoas cisgêneras (aquelas que, como já dito anteriormente, se identificam com o gênero designado ao nascer), são simples e cotidianos, para as pessoas trans são sempre acompanhados de uma grande angústia, como: ir ao médico, ao cinema, abrir uma conta no banco, participar de uma entrevista de emprego ou ir em estabelecimentos que exijam documentos para a liberação da sua entrada (MONTEIRO, 2017, p.77).

Ao terem acesso a um nome social e retificar suas identidades, concretiza-se o que é normatizado no art. 16 do Código Civil de que ter nome, prenome e sobrenome é um direito fundamental para todos os indivíduos da nação. E como o nome social se refere ao modo como a pessoa trans se identifica de fato, sem que haja identificação com o nome estabelecido no ato de seu nascimento, caberá, ainda, o reconhecimento do nome social sob a ótica do Direito Civil no ato de retificar o registro civil.

O nome social e sua retificação garantem que o/a transexual possa se identificar em qualquer núcleo da sociedade, ser individualizado da forma como deseja e identificado pelo Estado, pela família e pela sociedade. O nome é responsável por designar as pessoas e distingui-las em qualquer povo ou cultura. O direito a um nome social, como direito da personalidade, não se origina do nascimento da pessoa, já que ninguém nasce com um nome fixo e pré-estabelecido, mas se adquire depois do nascimento, quando se garante o direito a uma identidade pessoal (BELTRÃO, 2014).

A regulamentação que garante aos transexuais o direito ao nome social tem como base o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, sancionado pela Presidente Dilma Rousseff, que estabelecia a obrigatoriedade de órgãos e autarquias federais de atender ao requerimento da pessoa travesti ou transexual. Todavia, só no ano de 2017, no mês de julho, foi que o Decreto foi atendido. Agora, em documentos oficiais, cadastros, serviços e fichas em todas as searas do país, o nome transcrito será o nome social que o transexual utiliza para se identificar.

No ano de 2018, o direito ao nome social recebeu um novo panorama positivo que agregaria mais vitórias ao histórico da luta dos/das transexuais no país. Assim, graças a uma decisão inédita dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e ao previsto pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), baseado no julgamento da ADI 4.275, passou-se a garantir que os trans podem mudar seu gênero e incluir o nome social no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sem a necessidade de fazer a cirurgia de mudança de sexo (RITCHER, 2018).

Nesse contexto, o voto do relator da 4ª turma do STJ, o Ministro Luís Felipe Salomão, em relação as mudanças documentais sem a obrigatoriedade da cirurgia de redesignação sexual, indica o seguinte:

Assim, a exigência de cirurgia de transgenitalização para viabilizar a mudança do sexo registral dos/das transexuais vai de encontro à defesa dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos – máxime diante dos custos e da impossibilidade física dessa cirurgia para alguns –, por condicionar o exercício do direito à personalidade à realização de mutilação física, extremamente traumática, sujeita a potenciais sequelas, como necrose e incontinência urinária, entre outras, e riscos (BRASIL, 2017, p.1).

Esse julgamento veio em consonância com outro importante sustentáculo legal erguido no histórico de lutas das pessoas trans, que foi o projeto de lei João Nery, em homenagem ao primeiro trans que passou pelo processo de redesignação no país. O projeto, de autoria dos, até então, deputados Jean Wyllys e Erika Kokay, estava em trâmite desde 2013 e só recentemente, em 2018, foi formalizado legalmente, graças ao julgamento anterior do STF, que tomou a frente do Congresso e permitiu que qualquer pessoa trans pudesse mudar seus documentos sem a obrigatoriedade da transgenitalização (MONTEIRO, 2017).

Também, em 2018, o Conselho Nacional de Justiça publicou o Provimento nº 73/2018, possibilitando a retificação não só do nome, como também do gênero no registro de nascimento, elevando os avanços que até então se resumiam ao uso do nome social, que podem agora se estender a mudança de gênero no principal documento do cidadão brasileiro. O interessado pode requisitar em cartório de registros civis a alteração do nome e do gênero, que inclui os indicativos nominais do gênero oposto àquele com que o indivíduo transexual se identifica, como, por exemplo, Júnior, Neto etc.

A pessoa também pode exigir gratuidade do ato se não tiver as condições de subsistência necessárias, segundo orientação prévia da Defensoria Pública. O próprio cartório fará um ofício para que possam ser solicitados todos os novos documentos com a retificação, como CPF, Passaporte, Carteira de Trabalho, entre outros (ANTRA, 2018).

No Município de Campina Grande, esse procedimento é auxiliado pela equipe do Centro Estadual dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia (Espaço LGBT – Luciano Bezerra Vieira), com a participação ativa de advogado, psicólogo e assistente social. Todo esse grupo é formado de indivíduos LGBTQIA+, que dão suporte direto aos transexuais e suas demandas de retificação do registro civil ou apenas uso do nome social. Por meio dos atendimentos, o Centro possibilita que os/as transexuais de Campina Grande e de regiões circunvizinhas tenham direitos no que concerne à questão da retificação (SECOM PB, 2018).

Esse é um caminho de quebra da normatividade e da exclusão de gênero enraizadas a partir dos processos de binaridade e heterossexualização que foram construídos, até então, como pilares de violência e discriminação, garantindo que a dignidade dos sujeitos seja efetivada por intermédio das políticas públicas existentes, porquanto esse um dos princípios basilares indicados e ratificados pelos Direitos Humanos para o exercício da cidadania dos/das transexuais (BUTLER, 2019).

## 2.2 CULTURA, “VERDADE” E PODER NOS DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA PESSOAS TRANS

A unidade cultural de uma sociedade se forma com a construção de seus signos, que atribuem sentido às formas de comunicação, sejam oral ou visual. É deles a simbologia norteadora das expressões e das condutas em determinado contexto histórico. Assim, quando um grupo de pessoas compartilha as mesmas ideias e dá sentidos

específicos a cada coisa, criando significados para elas em determinado espaço, forma-se um circuito cultural que estabelece diretrizes para o coletivo. Porém, quando “outro” rompe com essas atribuições, cria um estado de alteridade no grupo social e passa a ser estereotipado (HALL, 2016).

Cada momento da história e os seus sujeitos partícipes constroem uma gênese específica que fundamenta os discursos que é hegemônica e retroalimenta um sistema de poder atribuidor de sentidos, eliminando deste modo, tudo o que esteja além do convencional. A produção do conhecimento que se aplica aos sistemas de poder ganha, portanto, status de “verdade” e é usada para disciplinar as práticas e as condutas da sociedade (HALL, 2016).

Dessa forma, os sujeitos são controlados por uma política geral reguladora e punitivista, a partir de um “regime de verdade” que, mesmo não sendo absoluto, torna-se um mecanismo de controle que opera na sexualidade e na identidade de cada um. De maneira que é posto, antagonicamente, o que é visto como verdadeiro e o que é tido como falso formulados segundo os “responsáveis” por construir a verdade em determinado contexto social (FOUCAULT, 2019).

Na experiência de pessoas LGBTQIA+, existem contínuas ações violentas de controle de sua existência, desde o momento em que são produzidos discursos nos meios de comunicação sobre seus corpos, como também nas leis, na Medicina e nos estudos da sexualidade, fazendo com que os efeitos e os sentidos gerados pela representação de sua “diferença” na sociedade sejam alvos constantes do regime de verdade, desconstruindo e extinguindo as identidades para manter os discursos binários ditadores do que é certo ou errado (HALL, 2016).

De tal modo, ao mesmo tempo em que a “diferença” é a base para produzir a linguagem e a cultura, na construção das diversas identidades e sexualidades, é também um espaço de ameaça à sociedade, consistindo em indutora de conflitos e divisões. Portanto, como mecanismos impeditivos do ‘estado de caos social’, surgem as negativas e as agressões, formalizadas pelos estereótipos para quem é classificado como “diferente”, vez que está oposto às crenças detentoras dos significados produzidos pela “verdade” estabelecida. Quanto à estereotipagem, Hall refere:

Assim, qual é o diferencial de um estereótipo? Esses se apossam das poucas características “simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” sobre uma pessoa; tudo sobre ela é reduzido a esses

traços que são, depois, exagerados e simplificados. Então o primeiro ponto é que a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença”. Em segundo lugar a estereotipagem implanta uma estratégia de “cisão” que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável (2016, p.191).

É, portanto, a partir do ato de validar e replicar um estereótipo que todos os que são vistos como diferentes têm sua participação social extinguida, pois ele fecha as pessoas em um universo próprio e limitado e tira seu pertencimento à realidade que deveria ser de todos. Exemplo disso é o que foi observado na experiência identitária de pessoas transexuais, pois, graças aos discursos de ódio, eles acabam simbolicamente eliminados para que a ordem social normativa prevaleça, sem a presença de quem é visto como pervertido, anormal e doente.

A presença de um/uma trans pulveriza os laços imaginários da narrativa de um mundo puro, ideal e culturalmente preservado, o que resulta para a vida deles/delas em um exílio social, com as ações sistemáticas de transfobia, que vão da violência moral, quando expulsa e classifica, de uma maneira específica, uma experiência identitária, até as violências físicas propriamente ditas por coerção e medo. A existência trans está em constante subordinação na hierarquia de desigualdade e da violência social (HALL, 2016).

Ao mesmo tempo em que detém dados recordes de violência contra pessoas trans, o Brasil também é um dos países que mais consomem pornografia com pessoas transexuais e travestis, como indica o relatório levantado pelos principais sites de conteúdo pornô em território nacional. Os dados do último ano indicaram que houve aumento de mais de 167% no consumo desse tipo de pornografia, principalmente pelo público masculino. Mesmo com a ascensão conservadora no país e a avalanche de movimentos de perseguição às pessoas trans e travestis, existe, paralelamente, um caráter fetichista em lidar com o visto como “diferente” e exótico (BENEVIDES, 2020).

Isso mostra que existe, no espaço anônimo das pessoas, um sentimento de hipersexualização e fetichismo para com os corpos trans, em contraponto aos discursos públicos de desprezo e de ódio que as próprias pessoas consumidoras desse tipo de conteúdo utilizam enquanto satisfazem sua vida sexual privada bebendo de um desejo ilícito (HALL, 2016).

Certamente, tudo o que é representado de maneira diferente dentro de uma linha imaginária do ideal é visto como fantasioso, torna-se objeto de prazer, e o perigo que ele

representa é, ao mesmo tempo, a emoção de satisfazer a um desejo secreto e “sujo”. O ódio, portanto, é um disfarce para olhar o “estranho” e poder apreciar o proibido.

Considerando as discussões em questão, observa-se que as pessoas LGBTQIA+ têm um histórico, no decorrer da linha do tempo descrita, de discriminação e exclusão social. Portanto, é preciso implementar diversas políticas para que esses sujeitos tenham sua dignidade efetivada e seja percebida a eficácia do que foi conquistado pelos Direitos Humanos, desde sua formalização, visando proteger as garantias fundamentais inerentes a todos os seres humanos.

Decerto que, a cada novo ano, os Direitos Humanos e os movimentos adjacentes a ele vêm se mostrando como um grande aliado das classes mais vulneráveis, abarcando novas normas e garantias para que a sociedade, mesmo que de forma coercitiva, inclua as minorias em seu cotidiano e, até mesmo, entenda que é necessário respeitar e acolher o que é diferente dos seus ideais enraizados.

Esses avanços demonstram que, independentemente do contexto social e da forma como os grupos políticos se apresentam para as novas gerações, com seus conflitos e divisões, deve existir um amparo legal concreto, que possibilite um estado de igualdade e de bem-estar para cada indivíduo, respeitando suas individualidades e lhes proporcionando dignidade, tendo em vista que o dever do Estado de Direito é completo, e seus fundamentos são cumpridos ao abraçar todos aqueles que dividem o território de uma mesma nação.

O alcance para uma nova narrativa vem sendo construído graças ao trabalho de associações como a exemplo da ANTRA, que monitora a violência contra trans e travestis por todo o país, denuncia-a aos órgãos internacionais e investe em cartilhas que orientam pessoas LGBTQIA+ sobre como proceder em casos de violência, bem como promove educação acerca de questões de saúde pública, como a prevenção de doenças, com recomendações de órgãos internacionais, em conformidade com a ONU, recomendando a proteção em casos de violências motivadas pela identidade de gênero ou orientação sexual (ANTRA, 2020).

Tais procedimentos visam transformar as normas e as teorias existentes sobre direitos LGBTQIA+ em práticas sociais que, no contexto atual, são o maior desafio a ser superado pelos(as) transexuais. Uma sociedade reeducada e que entenda a participação de sujeitos transexuais como um ato político a ser adotado, livre de noções hipócritas e contraditórias, é fundamental para constituir novas perspectivas na vida dessas pessoas

que, mesmo dotadas de leis nacionais e internacionais, ainda encontram resistências na coletividade guiada pelas noções conservadoras nos discursos culturais sobre gênero, identidade e sexualidade.

### 2.3 SEXUALIDADE E IDENTIDADE DESPADRONIZADAS: terminologias do universo Trans

Entender a transexualidade e suas particularidades ainda é uma questão complexa para os pensamentos incutidos em nossa sociedade, visto que, em uma cultura enraizada nos tradicionalismos e na moralidade que castram a mutabilidade e intervenções que dão sentido aos corpos, através das transformações sociais históricas, debater e, principalmente, aprender sobre questões da normatização do gênero, da identidade e da diferença é um verdadeiro tabu (GOELLNER, 2017). Essa é uma situação complexa, que vai do campo pessoal de cada sujeito transexual até o meio social e seu cotidiano, como cidadão dotado de direitos.

Segundo Foucault (apud SPARGO, 2017), a sexualidade se molda a partir das experiências do ser, portanto, não é um fator primário da vida humana, ainda que na sociedade se reafirme a dualidade no entendimento dos sexos, categorizando-os em masculino e feminino e pré-estabelecendo modelos comportamentais com base nessas identificações opostas.

Para Butler (2019), tudo o que quebra os padrões desses dois opostos torna-se um ponto de fragilidade para os conceitos normatizados pertencentes a um regime sexual controlador que, como resposta, faz com que a sociedade renegue e exclua os sujeitos que não se identificam com seu corpo biológico, tendo como principais justificativas os fundamentos religiosos, valorativos e biológicos que contornam a formação do ser humano.

Os padrões de gênero são os responsáveis pela criação de um contínuo processo de terrorismo contra o corpo divergente deles. A própria infância é construída com linhas norteadoras para chegar ao padrão heterossexual como o seu ponto culminante, para que os sexos se façam completos e bem-sucedidos. A todo momento, a família e outras instituições estão proibindo e controlando os comportamentos para que a criança não entre no espectro de rejeição social nem tenha uma identidade transviada.

O binarismo entre o que é dito masculino e feminino traz a ideia de que o gênero está diretamente ligado ao sexo. Isso faz com que o sujeito seja representado em sua esfera social limitado à sua natureza originária e que a maneira como ele poderá se posicionar terá de ser de acordo com seu aparelhamento genital, apresentado no nascimento, o que impede que corpos masculinos e femininos ultrapassem as definições e os significados culturais do corpo sexuado e sua pluralidade (BUTLER, 2019).

Saliente-se que, segundo apontam Vieira e Paiva (2009), só com os movimentos de liberdade sexual foi que as mulheres começaram a ter direitos sobre seus corpos, sem que fossem identificadas como um desdobramento do homem. Com esse novo olhar, nas discussões sobre gênero, foi permitido pautar outras naturezas sexuais, adentrar a questão da orientação sexual e entender que sexo e identidade de gênero não são sinônimos e têm especificidades próprias que as divergem.

No recorte atual do movimento feminista, alguns grupos ainda excluem as mulheres trans, sob o pretexto de que elas ainda fomentam o patriarcado em ‘furtar’ para si o *status* de mulher, normalizando apenas as identidades cisgêneras. O processo de fixação de uma identidade majoritária e hierarquizada que se privilegia em detrimento das demais seria o ponto de partida para a manifestação dessa normalização, deixando mais evidentes as particularidades da identidade e da diferença. A concepção social de “normalização” busca, de forma arbitrária, eleger uma identidade que molde as outras de acordo com seus parâmetros.

Nesse sentido, Silva (2009) argumenta que todas as características que constroem um ideal positivo serão atribuídas a essa identidade normalizadora, considerando que outras que não a tenham como um norte comportamental devem ser vistas como anormais e negativas. Portanto,

a identidade normal é ‘natural’, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como ‘A’ identidade. Paradoxalmente são as outras identidades que são marcadas como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo ‘ser branco’ não é considerado uma identidade étnica ou racial. É a sexualidade homossexual que é ‘sexualizada’, não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional a sua invisibilidade (SILVA, 2009, p. 83).

Os sistemas de poder são comandados pelos sujeitos que estão à frente das representações de identidades e atribuem sentidos a elas, fazendo com que sejam determinadas por seus significados culturais e atribuídas pelo meio social hegemônico.

Na experiência transexual, não existe, necessariamente, a reprodução do padrão de atração hétero, em que o sujeito trans fará o processo de redesignação sexual, buscando se enquadrar no sexo oposto ao seu biológico, por ter como objetivo relacionar-se com alguém do seu sexo de ‘origem’ que seja heteronormativo.

Muitos transexuais se identificam como gays ou lésbicas e acabam sendo ainda mais destituídos do status de normalidade por não estarem dentro de um padrão transexual. Desejar fazer a transgenitalização significa alcançar bem-estar com a própria imagem, acima da necessidade de reproduzir uma relação heterossexual.

A esse respeito, Hall (2009) assevera que as discussões sobre identidade cabem a todos os processos modernos e suas novas perspectivas. Assim é rompido o que até então foi estabelecido por muitas populações culturais como um termo fixo que não se aplicaria às demandas de uma sociedade globalizada e em constante renovação. Dessa forma,

as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’ (HALL, 2009, p. 108-109).

Assim, evoca-se a noção de que a identidade representa uma disposição construída a partir de um espaço vazio entre os indivíduos e pela divisão social, que não se ajusta à interpretação de todos e não engloba grupos que se fazem obrigados a assumir o ideal, antes concretizado pela maioria definida hierarquicamente. A não aceitação da identidade e das diferenças gera violações aos direitos das pessoas, as quais não deveriam ser discriminadas e desrespeitadas em suas singularidades pelo simples fato de não se enquadrarem nos padrões identitários definidos como “normais”.

A ideia de repensar os moldes e os estereótipos de gênero também foi discutida pela Teoria Queer, como vertente crítica aos sistemas de binariedade visualizados desde os processos de educação que categorizam as experiências individuais e utilizam o poder biopolítico para formar as identidades, até mesmo ao usar a diversidade como categoria de tolerância, e não, de entendimento da diferença do outro.

Segundo Miskolci (2012), o Queer não busca a ideia de libertação através do confronto, mas de recusa do valor moral estabelecido a partir da reestruturação cultural e

social oriunda de um poder disciplinador que cesse as violências, tanto contra quem é visto como dentro dos padrões e necessita cumprir um comportamento obrigatório, como para quem é visto como abjeto e vive constantemente fugindo dessas injustiças.

Tal teoria, teve seu surgimento nos Estados Unidos na década de 60, junto ao emergir dos movimentos sociais que lutavam pelos direitos civis, cujos grupos historicamente violentados reivindicavam, a exemplo dos movimentos negro, feminista e, posteriormente, o movimento pela visibilidade e direitos dos homossexuais. Assim, impulsionados pela necessidade de romper com a ordem social que os marginalizavam, parte dos novos movimentos buscavam inserir seus representantes dentro dos espaços políticos coletivos com intuito de acabar com o controle sobre seus corpos, desejos e sexualidade. Então, o Queer surgiu a partir da união de representantes dos diferentes movimentos, especialmente do movimento feminista, ao irem além das pautas individuais que cada causa demandava.

Inicialmente, seus primeiros pensadores discutiam sobre problemas de saúde pública que eram apagados das políticas governamentais, como, por exemplo, o percebido durante a epidemia de AIDS nos anos 80 que se fez um momento decisivo no crescimento das discussões Queers em contraponto ao conservadorismo. Entretanto, existia a necessidade de entender a epidemia de forma científica, além do ideário discriminatório difundido pelos detentores do poder que pregavam a existência da AIDS como punição aos gays por não cumprirem a norma que era tida como desejável. Fazendo, dessa forma com que o Estado não necessitasse trabalhar pela proteção de um grupo “corrompido” visto como “anormal”, podendo os relegar ao esquecimento (MISKOLCI, 2012).

Todavia, o movimento ganhou mais forças nas últimas décadas e permaneceu em sua missão de combater o poder biopolítico que tenta invisibilizar a pluralidade de experiências identitárias, mas que não se fez suficiente para permitir que a palavra Queer seguisse sendo como algo ofensivo, direcionada a aqueles que são “contaminadores”, “nojentos”, “desprezíveis” e abjetos, hoje uma expressão ressignificada e que ganhou atributos identitários positivos aos olhos das novas gerações.

Uma das principais reflexões atuais propostas pela teoria Queer parte do pressuposto de negação ao discurso sobre tolerância ao diferente. Dessa forma, Miskolci (2012) ressalta a importância de não corroborar com a farsa incutida na palavra diversidade, pois essa se mostra apenas marketing midiático na tentativa de conquistar públicos outrora excluídos, mas que dentro da sistemática capitalista passaram a ser

importantes consumidores. Para o Queer, a tolerância apazigua e depois cala, supostamente compreende e discute as demandas dos grupos vulneráveis utilizando de suas bandeiras e da palavra diversidade, mas que, no fim, essa dignidade forjada se expira e os discursos de ódio fomentados culturalmente se mantêm vivos.

De tal maneira, o Queer parte da necessidade em trazer à tona as vozes dos que foram apagados durante o curso da história e em criticar o que é culturalmente convencional, aquilo que usará da arma chamada “preconceito” para controlar as experiências de cada um. Também, vem como forte crítico a heteronormatividade e ao binarismo em pensar as coisas sempre em dois polos: O hetero e o homo; o homem e a mulher. Fator que faz com que muitos homossexuais busquem se enquadrar nesses espaços, reproduzindo a heteronormatividade, reforçando o *status quo* da sociedade preconceituosa, a mesma que expurga o que é diferente aos seus padrões (MISKOLCI, 2012).

Portanto, o agir do Queer vai além, ao não aceitar ser domesticado pelas normas sociais, considerando todas as suas contradições, arbitrariedades e seu caráter compulsório. Buscando superar a atribuição que foi dada a palavra “vergonha” e sua carga castradora a complexidade do universo de identidades. Até mesmo para aqueles vistos como normais, teoricamente opostos as pessoas em abjeção, que acabam por dividir os ambientes de opressão, são afetos às injustiças com marcadores próprios para sua realidade aparentemente “tolerada”, encontrando a necessidade de fazer ajustamentos, para que possam vir a serem inseridos e bem-sucedidos aos olhos de seus carrascos (MISKOLCI, 2012).

Na teoria Queer o masculino e feminino se fazem presentes em todos, independentemente do gênero, considerando que o que constituirá e o classificará corresponde as expectativas de uma determinada sociedade. Portanto, o ser sujeito vai além do conformismo binário e se encontrará presente no menino feminino ou na menina masculina, sujeitos que desmontam as categorias repressivas. Entretanto, a sociedade não os reconhecerá e os injuriarão constantemente, demarcando-os pela anormalidade e monstruosidade de suas existências.

O terrorismo cultural heterossexista acaba atingindo a todos, pois somos socializados a temer e experienciar a violência advinda do poder biopolítico, então, através do medo, nos reduzimos “voluntariamente” a adequação das categorias. O mesmo medo que começa no início da nossa narrativa enquanto seres sociáveis, no espaço escolar

com o seu currículo oculto, invisível aos nossos olhos e que serve como base para a experiência de abjeção.

Miskolci (2012) destaca alguns fatores que possam viabilizar o Queer no nosso sistema de ensino, primeiramente a necessidade de um diálogo crítico no processo de ensino, dando ênfase a busca por qualificar a todos em uma mesma linha de pensamento crítico, sem distinções de acordo com as experiências de cada um, e que possibilitem enxergar o diferente como parte natural da sociedade.

Os processos de violências, por mais sutis ou explícitos que possam ser, são reafirmados pela própria escola, na estrutura do aprendizado, no espaço em si, no que é ou não dito, cada mínima ação ou omissão da escola só reforçam as torturas praticadas. O fato de direcionar espaços a serem ocupados exclusivamente por meninas ou meninos, se dá como forma de intervenção da norma social nas experiências individuais, como por exemplo nos espaços de lazer, em que o campo de futebol será dominado pela figura masculina, enquanto a feminina ficará associada as brincadeiras que associem a mulher a maternidade e as atividades domésticas, ao brincar de casinha e de bonecas.

É do processo de abjeção que parte a necessidade de auto recusa, de apagar em si mesmo o que possa “contaminar” a sociedade, como é o caso da identidade de gênero não convencional, a que é repugnante e é tida como “obscena”. A partir do conceito de abjeção se compreende a raiz das injúrias e violências provenientes de ameaças coletivas que enxergam a experiência do Outro sob o seu olhar punitivo (MISKOLCI, 2012).

Dessa maneira, a punição se inicia no processo de associação de palavras pejorativas que referenciam os abjetos a uma carga negativa. O ser chamado de “gay” é lhe atribuir um espaço de inferioridade, sendo que o “ser gay” como sujeito que expressa sua sexualidade não deveria ser um problema para ninguém.

Entretanto, nenhum homem cisgênero e heteronormativo quer estar associado a essa palavra, pois saberá que está sendo inserido em um espaço de desprezo, que anula a sua masculinidade. Todo esse processo faz com que muitos daqueles que são apontados como “anormais” busquem meios de defender-se dentro da própria heteronormatividade, como é o caso de pessoas LGBTQIA+ que buscam pelo casamento civil, a adoção e construção de uma família dentro os moldes heteronormativos em que papéis serão desempenhados, na intenção de atender as expectativas e estarem minimamente aptos a serem tolerados na ordem hegemônica (MISKOLCI, 2012).

Portanto, o Queer partirá do estranhamento àquilo que é familiar e a repensar as normas da sexualidade. Entendendo que a sexualidade vai além de um discurso simplista subalternizador, pois envolve desejo, afeto, autocompreensão, imagem de si e do outro. Reconhecendo, pois, a diferença como algo inserido em nossa cultura, assim como suas “anormalidades” enquanto sujeitos que não corresponderão aos moldes desejados, levando em conta que todos possuem em si mesmos as figuras/arquétipos do “monstro humano”, do “incorrigível” e da “criança masturbadora”, apresentadas por Foucault (2018) durante seu curso no *Collège de France*, em 1974-1975, em sua obra “Os Anormais”, sejam sujeitos insubordinados que modifiquem a horizontalidade das expressões identitárias.

Para esse autor, o saber médico aliado as normativas jurídicas do século XIX, enquanto produtor de discursos que definiam banalmente o sujeito como delinquente, viriam a considerar características da personalidade e vivências de contextos específicos, como sendo fatores preexistentes ao crime. Partindo da necessidade em construir laudos que sugerissem ao infrator possuir uma natureza perversa, o diagnosticando em estado de insanidade. Esse indivíduo “anormal” que seria naturalmente corrompido e indisciplinável, constitui a figura do “monstro humano” incompatível com o existir em sociedade, pelo expressar de sua identidade tida como perversa.

Posteriormente, em sua obra é definida a figura do incorrigível, caracterizado pela insubordinação a organização social atribuída aos espaços coletivos. Tal sujeito não cumpre com as normas religiosas, educacionais e familiares, e por isso carece de intervenções chamadas “sobrecorreções”, que o subalternizem ao normatizado em determinados espaços para que, dessa forma, o permita ter “condições” em ser inserido nesses espaços, contanto que se destitua daquilo que demarca a sua “anormalidade”. Por fim, na figura da “criança masturbadora”, a qual externa seus desejos e prazeres através do onanismo, devido ao seu caráter de imoralidade e profanação ao espiritual, teria que ser alvo de constantes correções por parte de seu núcleo familiar, mesmo que esse esteja alienado ao poder biopolítico e dos saberes médicos (FOUCAULT, 2018).

Por conseguinte, as pessoas transexuais englobam em sua existência as figuras Foucaultianas julgadas como “degeneradoras” aos olhos do eugenismo que permanece remanescente nos discursos conservadores. Atentando para o caráter perigoso do sujeito degenerado e o que sua socialização representa, o processo de autoreconhecimento quanto ao gênero pertencente será entendido como delírio, em que cada nuance mais ínfima de

suas condutas, as patologizam e implicam na repressão derivada dos discursos de ódio marcadores da sua “anormalidade”.

Dessa forma, o fato de a pessoa transexual viver sob o estigma da “anormalidade” numa perspectiva ideológica, divisora da sociedade em grupos que criam tabus e adotam políticas adversas contra outros sujeitos, corrobora a disseminação de desinformações acerca dessa questão, dificultando a possibilidade de extinguir a transfobia e educar sobre as novas identificações apresentadas com embasamento teórico e científico na modernidade.

Esses tabus, ao mesmo tempo em que são repressivos para os/as transexuais, acabam por serem produzidos e provocados pelos próprios sujeitos repressores, que se posicionam como opostos necessários para a existência do outro, indicando um desejo principal em detrimento do subversivo nos discursos e na própria Lei (BUTLER, apud SALIN, 2015).

Nesse contexto, pensar na aplicação de direitos para o/a transexual, especificamente os do nome social e retificação de nome e de gênero, como garantias importantes para a vida dessas pessoas, não é só ter um olhar humanizado, como também justo, ao garantir direitos fundamentais para o bem-estar físico e mental desses cidadãos. Esses direitos, normalmente, são compartilhados por uma maioria e excluem grupos sociais historicamente marginalizados e alvos de incessantes violências, como as percebidas em território nacional, motivadas pelas diferenças que confrontam o que foi normatizado.

Diante dos direitos e garantias que estão postos, por intermédio das leis vigentes, bem como as discussões teóricas envolvidas, torna-se imprescindível buscarmos, junto aos atores sociais em questão, o que a realidade revela em suas experiências quanto ao acesso as reivindicações pleiteadas, a observância dos entes públicos no referente a aplicabilidade e respeitabilidade de tais normativas, bem como o poder de inserção atribuída a parte da sociedade cisgênera nos espaços coletivos, indicados nos resultados da pesquisa de campo.

**3 PELOS CAMINHOS PERCORRIDOS:** da escuta atenta ao significado das falas, dos silêncios e dos sentidos

Antes de serem analisadas as respostas obtidas nas entrevistas, são necessários alguns esclarecimentos quanto ao processo adotado para viabilizar a pesquisa de campo, durante o contexto de Pandemia a qual, até então, ainda nos encontramos.

O primeiro contato que tive, enquanto pesquisador, com o universo da pesquisa ocorreu ao final de 2019, ocasião na qual o coordenador responsável pelo Centro LGBT Luciano Bezerra era outra pessoa. Até esse momento, já havíamos conversado sobre o projeto de pesquisa e obtido um aceno positivo para a realização das entrevistas. Estávamos dialogando sobre o possível planejamento para que as entrevistas fossem realizadas no Centro, assim como proposto na metodologia inicial do projeto de pesquisa, em que seriam considerados como sujeitos aptos para participação as pessoas trans atendidas naquele Centro.

A ideia seria realizar a pesquisa no ano de 2020, todavia, com a chegada da Pandemia da COVID-19, fizeram-se necessários constantes adiamentos por questões de segurança, provocando percalços no que havia sido planejado para o cronograma da pesquisa.

Considerando isso, fizeram-se necessários diversos replanejamentos, acreditando-se numa possível atenuação da Pandemia. Haja visto, o que bem sabemos através dos dados indicadores, esse fato acabou por não acontecer em nosso país, induzindo-me, na qualidade de pesquisador, a considerar em utilizar como método a pesquisa documental, cuja sugestão foi apontada pela banca de qualificação, caso as possibilidades de viabilizar as entrevistas durante a Pandemia fossem nulas.

Era essencial considerar prioritariamente a segurança dos participantes da pesquisa, ponderando o fato de que a maioria das pessoas trans apresentam situação de vulnerabilidade, o que poderia incorrer numa negativa à exposição, visto que havia necessidade de preenchimento do TCLE, explicação dos tramites a serem seguidos no momento da entrevista, bem como sua realização, como havia sido planejado. Fatos esses que exigiriam contato físico e direto entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

Entretanto, mesmo com os entraves causados pela Pandemia, mantive-me obstinado em insistir pela metodologia idealizada na concepção da pesquisa com a realização das entrevistas semiestruturadas. Desse modo, em consonância com a atual coordenadora do Centro Luciano Bezerra, consegui realizar presencialmente as três primeiras entrevistas no início de 2021, com membros da equipe profissional do próprio Centro, seguindo os protocolos de segurança necessários.

Posteriormente, entre os meses de março e abril, viria a me deparar com o agravamento da Pandemia e não podendo mais me arriscar ou colocar em risco outras pessoas que viessem a ser entrevistadas, decidi então, que iria me desafiar a fazê-las remotamente. Superando algumas inseguranças sobre os problemas que o uso de um meio virtual pudesse trazer, como o fato de muitos entrevistados não terem acesso à internet de qualidade, ou até mesmo um celular e computador para que pudéssemos viabilizar a entrevista. Além de que, acreditava no fato da entrevista remota não permitir apreender de forma rica o discurso do/da entrevistado(a) ou que o preenchimento do TCLE se mostrasse outro impedimento.

Aos poucos, foram superados os entraves os quais me deparei, como a dificuldade de conseguir encontrar interessados(as) em participar da pesquisa, a necessidade em ampliar a participação para pessoas que não foram necessariamente atendidas pelo Centro de Campina Grande, considerando como aptas todas aquelas que buscaram atendimentos, informações e acesso aos direitos na Paraíba, também validando as falas dos que não tiveram acesso ao uso do nome social e/ou a retificação, até mesmo acolhendo a fala de um entrevistado que ainda estava na expectativa pelo acesso a estes direitos.

Ressalto que foi encontrada resistência para a realização das entrevistas por parte de algumas mulheres trans contactadas, que negaram participar e demonstraram insegurança, reflexo dos processos de violência e exploração vivenciados, deixando-as relutantes e na defensiva de confiar sua experiência de acesso aos direitos para o pesquisador.

As que aceitaram participar, apenas três no total, esclareceram a importância de que a pesquisa seja levada além do papel e não as resuma enquanto objetos da trajetória acadêmica. Diferentemente do que foi observado entre os homens trans, formados por sete entrevistados, considerando que todos os convidados a participar aceitaram prontamente. Assim, seguindo todo o protocolo técnico indicado nas resoluções do Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba, foi alcançada a meta inicial de dez entrevistas, sendo sete delas feitas online pela plataforma Google Meet.

Contudo, os entraves e dificuldades do percurso possibilitaram, para além dos ajustes necessários, mergulharmos no contexto dos atores pesquisados e focarmos ainda mais nas demandas apresentadas, sem perdermos de vista os significados do dito e do não dito, o explícito e o implícito, de modo a visualizar o universo que permeia suas subjetividades.

Segundo Cardoso (2004), o questionamento às limitações derivadas dos métodos da pesquisa, em sua aplicação puramente positivista, possibilitará que o pesquisador visualize a “verdade” dos discursos transmitidos, além da superficialidade em construir uma resposta objetiva ao que a temática enseja. Dessa forma, ao valorizar os discursos dos sujeitos participantes, permitindo absorver o processo em sua integralidade, considerando as nuances inconformistas das reivindicações encontradas nas falas, proporcionará maior riqueza textual e aproximação ao que a fala de resistência dos grupos em estudo traduz em suas realidades.

Portanto, a crítica referente a normativa teórico-metodológica parte de seu teor repressivo a atuação do pesquisador, que buscará atender a uma série de sistematizações sem envolvimento mais densos ao processo, o qual muitas vezes o fará ater-se em cumpri-lo em sua literalidade, perdendo os significados “ocultos” na profundidade das falas captadas. Para tanto, a autora propõe “aventurar-se antropológicamente” visando romper com o uso dos instrumentos de coleta de dados em uma ótica metódica, assimilando as subjetividades das falas de forma mais ampla e entendendo os discursos apreendidos tecidos externamente aos objetivos da pesquisa.

Sendo assim, as etapas formalizadas prezam por todo o conhecimento que o momento de alteridade entre vivências e relatos de vidas em contextos diferentes, muitas vezes distantes, proporcione a aproximação das partes com o envolvimento afetivo derivado do momento de contato, em um olhar não apenas restrito as técnicas empregadas pelo pesquisador, mas, sobretudo, enxergando os seus encontros particulares e as subjetividades superadas na construção da trajetória da pesquisa, que o faz aproximar-se dos(as) entrevistados(as), a partir dos laços emocionais construídos nas trocas discursivas (CARDOSO, 2004).

Nesse sentido, compreende-se que a relação entre pesquisador participante, observador e que usa das tecnologias para criar um espaço de maior segurança para os sujeitos da pesquisa, construirá uma intrincada relacionalidade na qual sua atuação, linguagens e tons, serão decisivos no desconstruir de medos e antipatias naturais dessa relação.

Portanto, coube ao pesquisador, enquanto “nativo” ao universo proposto, em conjunto a sua propriedade teórica e o que representa nesse espaço relacional, buscar, através da comunicação amigável pertinente as particularidades do(a) entrevistado(a) “estrangeiro(a)”, atender a uma experiência antropológica completa (ZALUAR, 2004).

### 3.1 CONHECENDO O UNIVERSO E A AMOSTRA DA PESQUISA

Quanto ao universo da pesquisa, o Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e Enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba – Espaço LGBT Luciano Bezerra Vieira, é organizado e coordenado pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, em Campina Grande/PB. O principal objetivo do espaço é atender a comunidade LGBTQIA+ da cidade, como também a de cidades vizinhas, ofertando uma série de serviços de capacitação e apoio as demandas das pessoas trans, por meio de eventos educativos que promovem informações acerca de direitos e garantias que estão apagados da narrativa cotidiana das pessoas não heteronormativas.

Os dados mais recentes, fornecidos pela coordenação do Centro, indicam que já foram atendidos(as) cerca de 250 usuários(as), que buscaram apoio quanto a retificação documental e uso do nome social, e estão cadastrados(as) em seu sistema virtual. Também, graças a uma série de atividades, seminários e campanhas educativas direcionadas ao público LGBTQIA+, a equipe do espaço pode atender a 2.472, segundo os dados divulgados até dezembro/2020.

A principal demanda procurada nos atendimentos é a referente ao tramites necessários para a realização da retificação, em seguida a busca por informações em casos de vítimas de violência, discriminação e intolerância relacionadas a sua identidade de gênero ou orientação sexual, trabalhando em consonância ao já então estabelecido pelos movimentos e entidades LGBTQIA+. A maioria das pessoas atendidas no Centro tem de 18 a 29 anos, se identificam pelo gênero feminino, são negras, estão em situação de vulnerabilidade extrema pela renda menor que a de um salário-mínimo e com alta evasão escolar, chegando sequer a completar o ensino médio.

Desse modo, o Centro Estadual de Referência dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais (LGBT) e Enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba – Espaço LGBT Luciano Bezerra Vieira em Campina Grande - PB, tem como missão:

A promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGBT, assim como, de enfrentamento à LGBTfobia, discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Uma de suas ações é fazer a articulação entre os serviços e atores

sociais, governamentais e não governamentais, para formação de uma Rede de Proteção e Garantia dos Direitos de LGBT. A rede tem o objetivo de qualificar o atendimento à população e elaborar estratégias de ações intersetoriais para o enfrentamento à LGBTfobia e a todas as formas de violações de direitos (Espaço LGBT Luciano Bezerra Vieira, 2021).

Conforme documento disponibilizado pelo Centro, entre os serviços oferecidos estão: Jurídico, para questões processuais e da vida civil da população LGBTQIA+, como é o caso do acesso aos direitos ao nome social e retificação documental, guiando ativamente os interessados em superar as problemáticas legais, indicando o procedimento a ser cumprido nos cartórios, a busca pela gratuidade, quando possível de cada documento; Psicológico, com acompanhamento individual aos casos de violência sofrida do espaço familiar até os espaços públicos, em suas mais diversas nuances, e também na orientação dada a familiares de pessoas LGBTQIA+ para que sejam educados quanto a experiência vivida por estes, promovendo um bem estar no núcleo familiar como um todo; Assistência Social, na elaboração de pareceres para acesso aos benefícios sociais e assistencialistas formalizados nas leis, a exemplo do Bolsa Família, cursos profissionalizantes do SENAI e SENAC, direcionamentos aos ambulatórios especializados no atendimento de pessoas travestis e transsexuais, que, a partir do SUS, tenham garantida a transição com dignidade e qualidade.

O Centro conta ainda com o trabalho de Agentes de Direitos Humanos que realizam ações para denunciar as violações no Estado da Paraíba, com visitas domiciliares juntamente com o advogado, buscando também o combate a LGBTQIA+fobia nas comunidades, educando e conscientizando sobre os preconceitos sofridos explicitamente ou velados na sociedade, assim como os direitos previstos para superar as discriminações.

São distribuídas cartilhas informativas, com contatos das delegacias especializadas em crimes de homofobia, do ambulatório de saúde integral para atendimento a travestis e trans, das ouvidorias, da Defensoria Pública do Estado, do disque denúncia de violências contra LGBTQIA+ e outros órgãos competentes. Enfatiza-se também o combate a doenças sexualmente transmissíveis, distribuindo camisinhas e educando quanto aos cuidados que devem ser tomados na prevenção de problemas de saúde.

### 3.2 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao final da trajetória da pesquisa de campo, para uma melhor compreensão dos resultados, foram elaborados quadros com as respostas de cada entrevistado(a), utilizando-se pseudônimos, escolhidos pelos participantes, para a identificação de suas falas, de forma a preservar a identidade de cada um(a). Ressalta-se que os pseudônimos apresentados, os quais compõem os quadros temáticos com as falas dos sujeitos, foram de escolha livre, de acordo com o desejo de identificação pessoal de cada um(a) para com o uso dos nomes fictícios, sem nenhuma interferência do pesquisador ou a necessidade de entender o porquê dos significados de suas escolhas.

A organização proposta se faz na sequenciação das falas em ordem alfabética, separando as questões para análise dos dados individualizada, considerando todas as respostas obtidas. Esta estruturação dialoga com a Análise de Dados de Bardin (2011), de forma a possibilitar o tratamento dos dados, e adequação das falas de acordo com o que demandam as questões, visando a coerência da escrita, a concatenação das ideias, bem como a apreensão dos aspectos mais profundos do conteúdo formalizado. Dessa forma, através da técnica de inferência proposta por Bardin, foram codificadas as mensagens brutas dos emissores, entrevistados(as), para a construção da evidenciação interpretativa do pesquisador receptor, permitindo o dimensionamento teórico-metodológico que fundamenta o estudo.

### 3.3 ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA DAS ENTREVISTAS

Quadro 1: De que forma você soube do direito ao uso do nome social e da retificação?

“Acho que foi em 2019, eu fiquei sabendo do Centro LGBT através de um amigo meu. Porque na verdade na época eu ainda não tinha feito essa questão da aceitação de que era trans e tudo mais. Quando eu vim para cá em busca de auto me conhecer através de algumas sessões com o psicólogo, tomei essa decisão de também querer retificar o nome. Para mim foi tudo tranquilo, eu tinha casado há pouco tempo, meu registro ainda estava atualizado, tirei as certidões, a gente foi no cartório e consegui tirar, acho que em 15 dias, por aí, ou uma semana, não me recordo, mas foi nessa faixa. Aí foi tudo tranquilo em relação a retificação.” (Bob)

“A questão do uso do nome social para a gente era o que já usávamos antes, o que muitas pessoas chamavam de apelido, algo até hoje referenciado por muitos dessa forma, porque não entenderam o uso do nome social. Porque o uso do nome social foi instituído há pouco tempo,

antes da aprovação da ADI 4.275 de 2018, o pleito legal não existia, só após ela veio e como consequência garantiu que pessoas trans, travestis, homens trans e mulheres trans pudessem requerer a alteração de nome e gênero sem que houvesse a necessidade de processos judiciais como ocorria anteriormente. Como em João Pessoa já estava além do resto do país, pois já tinha muitos projetos deferidos dentro dessa perspectiva, então ficou mais fácil para a juíza, na época, se basear e dar um parecer favorável, tanto da juíza quanto o do Ministério Público, e aí a gente tinha uma questão de só conseguir a alteração do nome, eles não concediam a alteração do gênero, alegando que não havia nenhuma legitimidade de uma pessoa e de considerar o seu sexo, porque o nosso país é muito sexista, então lê-se muito a pessoa enquanto um sexo, um corpo sexuado e genitalizado, esquecendo o ser humano enquanto um ser integral. [...] Aqui na Paraíba nós tivemos os primeiros processos deferidos em 2014, e Campina foi referência nesse caso porque só João Pessoa estava tendo essa prerrogativa de alteração de nome, ainda de gênero nenhuma, e aí ficamos naquela angústia em relação ao gênero, porque eu queria ter o gênero, mas não tinha nenhuma resolução, não tinha nenhuma lei, não tinha nenhum decreto. E aí mesmo sem a assinatura da ADI 4.275, a gente ainda conseguiu, nós fomos a primeira cidade, eu fui a primeira mulher trans da Paraíba a conseguir a retificação do gênero sem a necessidade da cirurgia de redesignação sexual ou transgenitalização, como queira, e também foram 6 meses só o processo, foi muito rápido, e depois mais duas colegas também conseguiram, e quando foi em 2018 aí houve a aprovação da ADI que facilitou muito, e no mesmo ano, acho que um mês depois o CNJ acaba regulamentando o uso do nome, a alteração de nome e gênero para pessoas trans em todos os cartórios do país, sem que houvesse a necessidade de processos judiciais e de laudos comprovando a sua identidade de gênero, ou seja, considerando o gênero como uma questão autodeclaratória, a autoafirmação do sujeito é o que conta e não mais o poder-saber médico que tá lhe dizendo o que você é ou o que você pode.[...] Mas, eu fiquei sabendo acho que foi pelo Facebook mesmo das páginas que eu sigo e peguei informações, tipo a do CNJ, acho que também pela ANTRA, que é a Associação Nacional da sociedade civil que funciona no Brasil, que elas fazem um mapeamento, um levantamento anual, trabalham exatamente nessa observação de violência contra a população trans, a negligência sofrida, o não acesso aos direitos sociais, e aí eu imagino que tenha sido pela ANTRA mesmo que eu sigo e eles são bem atuantes de tudo o que tá acontecendo no Congresso e eles estão sempre postando se é um retrocesso, postam se vamos reivindicar algo, se é um avanço, como é que acessa e quais os meios se toma para acessar determinado direito, então eu creio que tenha sido pela ANTRA mesmo”. (Clara)

“A forma que eu cheguei a conhecer esse serviço foi através de outros acompanhamentos que eu faço no ambulatório TT’s de João Pessoa, o Clementino Fraga. Ao conhecer o ambulatório,

uma ponte foi levando a outra. Quando eu cheguei até aqui eu não tinha retificado o meu nome, estava em processo, mas houve um pequeno erro na minha certidão por conta que estava no interior, onde eu fiz a retificação. O nome social já existia uma portaria estadual na qual dava direito a mulher transexual, que se identificava como trans ou travestis, ao uso do nome social nos órgãos do estado, os órgãos públicos. Mas, eu nem cheguei a usar o nome social, porque quando eu fui em busca do processo foi logo quando saiu o provimento do STF onde dava o direito a mulher trans ou travesti mudar o nome sem precisar de nenhum tipo de ação jurídica, dessa forma, assim que saiu esse provimento eu procurei o cartório da minha cidade e dei entrada na retificação de nome. [...] Eu já estava para entrar no processo da retificação também, quando era judicialmente, necessitava de um laudo, na qual atestava que a mulher trans necessitava passar pelo procedimento de retificação de nome para se sentir melhor na sociedade. Só que diante desse acompanhamento eu não esperei para fazer judicialmente, porque já existia aquela lei que é só chegar no cartório, se identificar, com base em um dossiê de documentação que é necessário para fazer essa mudança de nome. [...] Ao chegar no cartório eu me deparei com o valor da retificação, e fiquei muito abismada porque era um valor muito alto, era um valor de 180 reais para fazer essa retificação. Eu conversando com a dona, ela me conhece desde pequena, sabia da minha transexualidade, porque me identifiquei desde os 13 anos de idade, cheguei a tomar hormônio por conta própria, me automedicava, não tinha conhecimento da existência do ambulatório TT's, que foi criado depois. Aí a dona foi e me deu um auxílio, ela disse que iria cobrar 90 reais, e isso me deixou muito feliz porque era uma conquista, era uma vontade de eu ter esse nome, por conta que eu não era respeitada na minha cidade. Você imagina uma mulher trans, se declarar mulher trans em uma cidade com seis mil habitantes, pessoas muito machistas, fechadas, todos os órgãos públicos que eu ia tinha que ser chamada pelo meu nome antigo, no qual hoje eu não quero lembrar porque isso não faz mais parte da minha vida. E fui e dei entrada, com 15 dias a minha certidão estava pronta, só que ali naquela certidão, eu não tinha conhecimento, mas quando eu cheguei aqui pra trabalhar no espaço LGBT, eu vi um pequeno erro, que foi um erro feito pela dona do cartório, que foi colocar num parêntese, uma observação de margem, que eu mudei o prenome e o gênero, ela identificou praticamente que eu era uma trans, na qual hoje isso não é necessário porque expõe nós mulheres trans de um processo que a gente passou. Porque se passou a gente quer esquecer o passado, quem era aquela pessoa. Aí quando eu vim trabalhar aqui no espaço LGBT, identifiquei esse erro, liguei para o cartório e pedi para ela consertar, e aí hoje eu estou com a minha identidade consertada. Mas, é uma grande conquista hoje ter o nome retificado” (Claudia Raia)

“Sobre essas informações eu soube a um tempo através nas redes em si, através das minhas pesquisas. Eu sempre fui de pesquisar muito sobre o assunto, antes mesmo da minha própria autoaceitação, então eu soube que dava certo e que estava aberta essa possibilidade de iniciar esse processo do nome social em si e da própria retificação. O nome social eu consegui ter o acesso dele através do trabalho, apenas o nome social, porém eu tive algumas burocracias a mais que eu não esperava por não ter o nome retificado.” (Edgar)

“Bem, eu fiquei sabendo do processo do nome social e da retificação há alguns anos, que dava pra fazer pelo cartório e tudo mais, porém era pago e demorava alguns meses dependendo da situação, para poder fazer o processo. Eu fiquei sabendo por alguns amigos que fizeram nessa época e depois que veio o espaço LGBT Luciano Bezerra para cá, pra Campina, eles vieram e trouxeram também o direito para fazer a retificação gratuito e mais rápido o processo”. (Harry)

“Por um amigo meu, que eu conheci acho que a uns dois anos atrás e ele também é um menino trans. Só que quando eu me descobri eu não tinha muita informação, porque você não vê muito isso na mídia, a não ser que você vá atrás você não saberá muito o que é. Então a primeira pessoa que eu procurei para conversar foi ele, e aí ele me explicou todo o processo, quais eram as etapas, quais eram os meus direitos, e ele mencionou isso da retificação do nome. A partir daí eu fui pesquisando sobre isso no Youtube mesmo, eu pesquisei em vários canais e fui cada vez buscando mais informações sobre, até que eu fui ao Centro LGBT Luciano Bezerra e aí lá o psicólogo me informou todas as etapas, só que como eu não sou assumido para a minha família, eu infelizmente não pude dar continuidade”. (Inacio)

“Eu vim ter acesso mesmo através de uma outra trans, que era lá onde as meninas trabalham que são umas queridas, as do Centro LGBT Luciano Bezerra, aí ela me falou, mas eu já sabia que já estava trocando, mas eu nunca tive acesso a essas coisas, eu era bem afastada mesmo, bem excluída. Aí um dia eu tava falando com uma trans, a Morgana, ela foi e me falou e me indicou lá, aí ela perguntou se eu tinha vontade, disse que era bom, aí através dela que ela me indicou, eu fui”. (Isis)

“Quando eu comecei a pesquisar sobre a mudança, sobre a identidade de gênero como um todo, eu já via vídeos, porque eu me descobri a 5 anos atrás, então era uma coisa mais fora do Brasil, só que eu já via quando as pessoas davam início a mudança, uma das coisas principais era o nome, então assim, tem a escolha do nome e até onde você vai para fazê-lo valer. Agora assim, no meu tempo era muito difícil você conseguir, você tinha que entrar com um processo judicial e levava de três a cinco anos para você conseguir fazer essa mudança, mas eu vi mais em tutoriais na internet, essas pessoas que transacionaram a mais tempo, elas mostravam esse passo a passo dos direitos”. (Lucas)

“Eu fiquei sabendo depois que eu tive acesso ao espaço LGBT de João Pessoa, depois aqui também em Campina, através desses espaços LGBTs e do ambulatório. Eu já tive acesso aos dois direitos, retifiquei a minha documentação”. (Matheus)

“A partir da universidade. Desde que ingressei nela, eu comecei do primeiro ao oitavo período, que estou agora, fazendo trabalhos e discussões sobre a temática LGBT. A gata é militei mesmo! E aí nesse sentido a gente começa a acessar algumas informações, principalmente quando a gente ia começar a fazer os trabalhos e tudo mais. Eu não me lembro em qual período, mas eu acredito que já foi na Universidade que eu tive acesso a política de nome social e da retificação, claro que em um primeiro momento a gente acessa isso ainda muito naquela ótica da visão que se tinha sobre o processo transexualizador, no sentido de algo que era vinculado aos saberes biomédicos para validar ou não essa identidade e aí sim essa pessoa ter acesso a algumas políticas de forma a ser concedida e não como sujeitos de direitos, então esse primeiro contato ele vem dessa ótica. No caso do nome social, eu vejo como uma gambiarra política e jurídica, pra tamponar essa ausência de direitos que a população trans tem e aí também como eu estava comentando antes, a questão da validação pelo saber biomédico e que isso era um processo moroso, levava 2 anos você sustentando uma narrativa de sofrimento, de ojeriza ao próprio corpo para que pudesse então ser entendida enquanto uma pessoa trans, ou seja, ser trans estava diretamente associado a dor, ao sofrimento, para que você pudesse acessar alguns mecanismos de direito. Esse foi o primeiro contato que eu tive na academia.” (Pepita)

As falas apresentam indicadores que conferem o acesso à informação sobre o direito ao nome social e a retificação, de acordo com as experiências individuais dentro de um recorte socioeconômico e educacional presentes na vida de cada entrevistado(a). Sendo esses espaços ocupados viabilizadores decisivos na transmissão do saber sobre o direito garantido. Observa-se que, quando a vivência se dá em um espaço de extrema vulnerabilidade, a informação não chega até o seu público desejado como se propõe.

Se a pessoa trans tem uma condição de subsistência mais considerável em detrimento da realidade da maioria inserida na pobreza, ela, provavelmente, acessará a informação e saberá quais diretrizes deve seguir para reivindicar as garantias legais. Também deve ser pontuada a adversidade constatada por causa dos valores cobrados para a retirada da nova documentação, sendo um impasse na realidade financeira de quem a pleiteia.

Ademais, as respostas elucidam que muitos(as) apenas souberam dos seus direitos por meio dos diálogos na sociedade civil, pelo repassar a partir de um terceiro dentro de seu ciclo social. Enquanto outros que tem acesso as redes sociais e mídias diversas, souberam, de forma autônoma, identificar e localizar os portais de notícias, páginas e vídeos elucidantes que repassam essas informações, e assim, puderam percorrer um caminho de acesso ao nome social e a retificação, menos verborrágico e exaustivo, se comparado aqueles que muitas vezes sequer estão cientes de seus direitos.

Dentre as pessoas que acessaram as informações antes da regulamentação da ADI de 2018, depararam-se com um cenário mais complexo, moroso e burocrático, que ainda demandava judicialização e as faziam passar por uma série de constrangimentos, para ter acesso apenas a antiga, e não mais utilizada, carteirinha do nome social. Diferente da praticidade, celeridade e completude que a normativa vigente proporciona para aqueles que vierem a se identificar como sujeitos trans, não necessitando mais requerer o nome social, pois a retificação se mostra um direito mais hodierno e eficaz. Se formalizando, de tal modo, uma considerável vitória para a narrativa historicamente desfalcada da transexualidade.

Decerto que, o Centro Luciano Bezerra se fez fundamental por proporcionar o acesso às informações, além de orientar sobre os trâmites a serem seguidos. Mas, ainda se mostrou pouco conhecido principalmente para os que estão em processo de compreensão da sua transexualidade e inseridos nas zonas periféricas/menos favorecidas. Muitos chegaram a acessar esses direitos posteriormente ao seu atendimento no Ambulatório Clementino Fraga, que há 7 anos é o setor de saúde, na Paraíba, responsável pelos acompanhamentos hormonais e terapêuticos durante o processo de adequação corporal de como a pessoa trans se identifica.

Outro indicador a ser destacado é o de gênero, sendo um elemento basilar e caracterizador das vivências das pessoas trans, considerando o efeito percebido através das diferenças entre os sujeitos, que “performarão” identidades associadas aos padrões binários. Assim, demarcando sua experiência de formas distintas de acordo com a identificação de cada indivíduo. Tendo em vista que, as problemáticas visualizadas pelas mulheres trans não se mostram tão recorrentes na vida dos homens trans, quando falamos em violência de gênero e segregação (BUTLER, 2019).

Observou-se que os homens trans descreveram menos fatores deficitários em seu cotidiano e demonstraram poder acessar as informações sobre os seus direitos em um

período mais breve e de maneira mais sólida. Um indicador que retrata a reprodução dos padrões machistas e misóginos na realidade das mulheres trans, que além de terem de lidar com os processos excludentes advindos da transfobia, são marcadas também pelo sexismo, que as relegam a categorias invisibilizadoras, quando falamos do acesso à informação, meios de comunicação, mídias, escolaridade e empregabilidade.

Conforme é criticado por Butler (2019), os padrões sexistas remontam a uma sociedade reprodutora da “heterossexualidade compulsória”, que privilegia a identidade detentora do “falo”, fazendo com que a linguagem e os signos do universo masculino tenham poder determinante em relação aos espaços que cada sujeito poderá ser inserido. Por isso, todo ato corporal subversivo que transgrida com o que foi cristalizado pelo binarismo, fragilizará as expressões normatizadoras das identidades.

Desse modo, as discrepâncias retratadas são fatores determinantes na apropriação das informações, compondo uma percepção individualizada referente as convicções que cada entrevistado(a) dispõe sobre os direitos ao nome social e a retificação em sua realidade, como será observado no quadro a seguir.

Quadro 2: Qual a percepção que você tem acerca do uso do nome social e da retificação, em relação as suas expectativas e à realidade concretizada?

“Uma diferença grande, porque infelizmente é como se o nome social não fosse válido principalmente em questão de empregabilidade. Eu tive experiências com entrevistas que eu coloquei o nome social e ele foi recusado, isso aí foi muito frustrante. Nas empresas ainda é muito difícil que elas aceitem. Eu não tive uma experiência boa com o nome social, porque sempre tinha na maioria dos órgãos que eu chegava à questão de ser recusado, que teria que chamar alguém para autorizar para poder usar, era muito frustrante. No tempo em que eu usei o nome social eu não encontrei um lugar, a não ser aqui no centro LGBT. Claro que eu entendo que eu tinha o direito sim de ter um nome social, só que eu não tinha conhecimento de que eu podia reivindicar, e só o fato de você ser recusado acaba te fazendo recuar, em não querer ir lá, mesmo sabendo do direito. Após a retificação eu percebi uma mudança considerável, porque é como se fosse uma prova, a certidão é a prova, e com a certidão, com a documentação exata, você não precisa está provando que seu nome é aquele. É totalmente diferente quando você tá retificado, se torna bem mais fácil, claro que ainda tem algumas questões que são dificultosas, mas só o fato de não ter que ficar reivindicando o nome social, acho que já é um passo”. (Bob)

“Os locais que mais promovem a negação do uso do nome social são as escolas e as instituições públicas e privadas de modo geral, mas eu vou usar a escola como exemplo. A gente precisa politizar as pessoas, precisamos educar as pessoas socialmente, no sentido de que existe um direito, existe uma população que está tentando reivindicar-se socialmente a partir de um determinado lugar e que esse lugar de enunciado político precisa ser preservado, precisa ser respeitado e precisa ser legitimado, porque não é só você sancionar o uso do nome social ou uma lei que garanta você fazer isso ou aquilo e você não levar informação aos órgãos que de primeira mão estarão lidando com aquela população, como por exemplo as Universidades, que são lugares e instituições da manutenção do *status quo*. Porque ninguém quer falar das diferenças, apesar de que as diferenças mesmo que minimamente estão lá, as pessoas não querem ouvir, mas é lamentável porque muitas vezes por mais que seja um direito sempre dizem isso e aquilo para não o respeitar, são argumentos muito sexistas, muito transfóbicos, muito machistas, cis normativos, sem pensar no ser humano enquanto cidadão de direitos e isso acaba colocando muitas pessoas a margem desses espaços. Quem é que quer frequentar um local onde as pessoas não te respeitam? Que é a instituição de maneira geral, de maneira integral no seu todo. [...] Somos cidadãs e todas temos os mesmos direitos, segundo o princípio da isonomia todos somos iguais perante a lei e essa igualdade acaba sendo ceifada em quase todos os momentos da vida das pessoas trans quando se fala do nome, de respeito ao nome, de uso do banheiro, por exemplo, então assim são uma série de fatores que acabam afetando sobre a maneira e a permanência desses corpos e identidades em espaços que legitimam o poder, que demandam o poder e que acabam colocando todas em um limbo”. (Clara)

“Eu percebo que a gente teve grandes conquistas. Não só como a conquista da retificação do nome, como outras conquistas que estão vindo pra população LGBT. Como, por exemplo, a do casamento homoafetivo, a de doação de sangue que hoje é aprovada, também a de poder usar e exercer esse nome social legalizado na sociedade como uma mulher”. (Claudia Raia)

“O nome social em si teve uma certa burocracia com relação a Universidade no início, e até mesmo para o trabalho. A retificação eu ainda não posso falar muito sobre, pois não tenho ainda o nome retificado. Mas, para o nome social que eu esperava ser algo bem simples, foi até de certa forma burocrático, já que as pessoas e os profissionais no geral ainda não estão tão acostumados e não se atualizam quanto a essas questões. Por essa falta de informação acaba se tornando algo frustrante, apenas na utilização em si entre amigos e pessoas que conhecem que se faz algo tranquilo, só que quando se trata de incluir o nome social na Universidade, que é um direito, ou no crachá do trabalho, por exemplo, é algo mais complicado, acabou que eles se depararam como sendo um dos primeiros casos e aí fica naquela enrolação, não entendem qual é a solicitação que você tá gerando, mesmo você falando que é especificamente do nome social

e os profissionais acabavam entendendo que você estava querendo colocar um apelido ou mudar o sobrenome, e por essa falta de informação acaba sendo frustrante, uma burocracia a mais”. (Edgar)

“Eu acho bem importante o uso do nome social, tanto quanto a retificação. Porém, ainda é um tabu o uso do nome social em algumas situações, em alguns locais não aceitam e fazem do seu ponto de vista algo acima desse direito. Eu acho que foi certa a forma que fizeram, principalmente quando veio a ser gratuito. Porque foi uma coisa mais acessível, já que muita gente não tinha como retificar e acabava precisando pagar por todos os documentos, era uma coisa bem mais difícil pra fazer”. (Harry)

“Eu ainda não tive acesso a esses direitos, mas as minhas expectativas é de que serão um passo muito grande. Porque além da terapia hormonal eu acho que a retificação é um dos principais objetivos das pessoas trans, pra mim é uma liberdade, pois você ser chamado por um nome que você não se identifica é muito desconfortável. Assim, é como se fosse um reconhecimento, é como se fosse uma confirmação de que tudo aquilo que você almejava se tornou realidade, é um documento que tá ali na sua mão, você para e pensa: aconteceu, é a realização de um sonho mesmo!” (Inacio)

“ Eu achei melhor com o nome social, porque eu me sentia mal e tava o nome que escolheram pra mim, o nome que eu não escolhi, e isso me deixava triste, me deixava com autoestima baixa, eu não gostava. Aí agora o que mudou, eu acho assim, eu não fico mais com aquele receio de chamarem o meu nome de antes, fico mais em calma e mais em paz, porque na frente do povo quando chamavam eu ficava meio constrangida. Hoje em dia quando chamam eu não fico mais, eu posso mostrar a todo mundo e comprovar que o meu nome ficou como está hoje”. (Isis)

“São dois universos bem distintos, porque assim, antes existia uma carteirinha com o nome social e você poderia levar ela e apresentar, só que de um tempo para cá as pessoas não estão mais usando ela, a gente não consegue mais emitir. E eu já passei por uma situação recentemente que eu fui em uma médica da empresa, eu fui fazer um exame, e quando eu cheguei lá a moça não quis aceitar o meu nome social na recepção. Eu tive que abrir a lei e mostrar pra ela, para aí sim ela aceitar. Hoje em dia é muito mais tranquilo, tem muitos lugares que aceitam, e aí como eu já tô na transição, eu já chego falando o nome no documento e como eu quero ser chamado. Então já é bem mais aceitável assim, porque as pessoas têm muito essa visão de que no documento ainda tá feminino, mas quando olham pra aparência e eles entendem a situação, mas vez ou outra a gente acaba tendo um constrangimento ou uma dor de cabeça. Eu dei entrada nos documentos da retificação, mas aí no caso veio essa questão da Pandemia e teve esse atraso, e eu preciso de disponibilidade, porque no meu caso eu tenho uma questão

judicial também, o meu pai ele é adotado e o pessoal só veio reconhecer no cartório recentemente, então eu tô movendo um processo na justiça pra alterar o meu sobrenome, pra poder conseguir da entrada na retificação. Só que hoje em dia a retificação é muito simples, você consegue fazer ela em um mês”. (Lucas)

“Minha vida melhorou de diversas formas. Eu já usava o nome social em certos ambientes, mas sempre tinha aquela questão de ter que apresentar o documento em algum momento, gerando desconforto. No começo era mais pelas pessoas passarem a usar o nome que tava no documento anterior e depois por passarem a duvidar da minha identidade, acharem que eu tava com o documento de outra pessoa, já passei por essa também. Então facilitou a vida em sociedade, porém eu gostaria que o processo fosse mais simples. Porque pra tirar a certidão de nascimento até que foi fácil, eu tive o auxílio do advogado do espaço LGBT Luciano Bezerra, e eles encaminharam todas as declarações no cartório e resolveram tudo, foram comigo no cartório, foi muito tranquilo, mas o ruim foi todo o resto do processo, porque tem cartão de crédito, inscrição em um monte de coisa que você tem que mudar, muita burocracia, inclusive eu nem terminei de mudar todas as coisas”. (Matheus)

“Para mim considerando os aspectos que perpassam toda essa tramitação, percebi que na realidade se trata de uma gambiarra que não traz muito respaldo, pois o respaldo virá mesmo através da retificação, o nome social é só um truque. Até então quando eu tava na fase pré-transição eu ainda não reivindicava usar o nome social, só mais informalmente, mas ainda não tinha sentido o momento de fazer as alterações. Só que à medida que eu fui consolidando a minha identidade já de uns anos, eu passei a usá-la cotidianamente e buscar a coisa do uso do nome social na universidade. [...] E quando teve a questão da Pandemia, que iria começar um semestre novo e a gente precisa fazer um cadastro institucional, aí eu pensei na mesma hora que o e-mail institucional vai chegar com o nome morto e vai ser uma violência tremenda, porque eu vou tá sendo exposta constantemente nas aulas por um nome que a anos não me representa mais, que eu não uso mais, um nome morto mesmo. A UEPB tem uma política nesse sentido, porém que não se efetiva na prática. Então se eu já sabia que o nome social era uma gambiarra jurídica, eu tive a comprovação nessa experiência, porque as pessoas não estão preparadas e nem tem interesse em estar preparadas para estar lidando com essas especificidades. Fui atrás de incluir o nome social no CPF, para na realidade virar basicamente só um dado, porque o meu controle acadêmico é com o nome morto, o e-mail institucional foi gerado com o nome morto. Eu não assistia as aulas, porque eu não ia me expor, mas ainda assisti algumas usando o e-mail institucional de uma colega.[...] Então assim a percepção que eu tenho acerca do uso do nome social e da retificação vem disso, no sentido que eu fui com uma expectativa, porque querendo ou não o processo de retificação ele é um processo caro, é

um processo que não é acessível para todas as pessoas, então eu vou ter outras prioridades muitas vezes, do que fazer a retificação, apesar de saber que a retificação ela vai me dar um conforto, mas que acaba não sendo uma prioridade. Para mim por não ser uma prioridade na época pelas minhas condições socioeconômicas, quando eu passo a demandar urgentemente acessar uma política, que não é a da retificação, mas a do nome social que teoricamente vinha pra mediar esse processo, foi uma política fajuta. Já em relação a retificação eu confesso que na realidade eu não tinha muitas expectativas, porque como eu disse anteriormente não era um processo que eu tinha me planejado inicialmente pra fazer, mas depois que eu sofri essa violência na busca pelo nome social foi o que me deu a força para buscar e resolver o quanto antes o meu processo de retificação”. (Pepita)

As respostas acima revelam negativas cotidianas vivenciadas pelas pessoas trans, quando acessam os órgãos públicos e as instituições privadas, que vem a frustrá-las devido aos processos de socialização contornados por obstáculos burocráticos, desinformações, falta de preparo profissional e não formalização de políticas educativas internas, quando se discute a permissividade para o exercício dos seus direitos ao nome social e a retificação documental, reflexos esses provenientes de uma realidade que renega a experiência identitária não hétero-cisnormativa.

Sendo assim, o não autoreconhecimento ao gênero biológico vivido pelas pessoas trans as impõem uma série de discursos e ações, das mais sutis às explícitas, de exclusão nos espaços coletivos. Os processos de “heteroterrorismo” que as violentam institucionalmente, acabam por limitar a realidade de acesso aos direitos reivindicados, colidindo com a desinformação generalizada dos servidores públicos.

De tal modo, relegando suas existências aos espaços considerados “apropriados” com normativas específicas que não as permitam viver integralmente suas identidades, reavendo uma outrora em que eram apresentadas apenas nos compêndios do saber médico, com suas classificações e categorias que não poderiam de maneira alguma adequar-se socialmente. Corroborando assim com a visão hegemônica que confere garantias apenas a parcela que cumpre a “genitalização dos corpos” e terá o seu nome reconhecido de acordo com a sua identidade de gênero (BENTO, 2008).

Analisando isoladamente o nome social, fez-se consenso o seu caráter frágil e de baixa adesão por terceiros que dividem os espaços com seus/suas usuários(as), como no verificado em ambientes acadêmicos ou profissionais. A desinformação é a primeira

barreira a qual as pessoas se deparam, por causar estranheza ao diferente e tentar moldá-lo de forma discriminatória ao lugar de opressão, a exemplo do caso relatado sobre o nome social ser tratado apenas como um apelido, ignorando sua complexidade, efetividade e importância enquanto direito fundamental.

A equipe multidisciplinar do Centro LGBT Luciano Bezerra, em suas atribuições, foi uma considerável aliada na busca pela efetivação dos direitos de seus usuários cadastrados, que buscaram pelo atendimento e conseguiram alcançar o que demandaram. Entretanto, é importante frisar que o acesso ao direito por si só não se demonstrou suficiente, pois em ambientes coletivos, públicos e privados, tal como os descritos nas falas, a ausência de instruções normativas para os profissionais, que guiam o atendimento e a identificação de uma pessoa trans, foi um cenário recorrente.

Desse modo, as expectativas para com o nome social não se demonstraram minimamente atendidas na realidade vivida dos(as) entrevistados(as) em diversos núcleos da sociedade. Indicados pelas falas, desde as instituições de educação, no tocante ao acesso e a permanência, devido a estarem dentro de um ciclo de violência contínuo, como também no trabalho, fazendo com que as pessoas trans não se sintam bem-vindas, acabem desistindo de estar naquele espaço e se fechem aos seus ciclos pessoais, os únicos que irão reafirmar a legitimidade do seu nome.

Já a retificação teve uma resposta mais positiva nas experiências relatadas, pela segurança jurídica que os documentos civis completos proporcionam, com nome e gênero dos quais a pessoa se identifica, atenuando os constrangimentos e negações enfrentadas. Igualmente impedindo que o nome morto e o gênero registrado em seu nascimento sejam instrumentos de vilipêndio e sofrimento, como é o detectado nos momentos de apresentação da carteirinha do nome social na busca, por exemplo, de receber algum atendimento de saúde.

Para o entrevistado que não teve ainda acesso a esses direitos, suas expectativas de quando tiver a oportunidade de retificar seu nome, são positivas e o permitirá uma nova perspectiva de vida. É preciso também destacar que o processo de acesso ao nome social e de retificação variou segundo os indicadores descritos no quadro anterior, não tendo um padrão de uso, do nome social e da retificação, entre os(as) entrevistados(as).

Por fim, ainda são descritas outras adversidades não superadas que são constantemente pautadas pelos movimentos sociais que lutam pelos direitos das pessoas trans, de vulnerabilidade financeira em requerer a retificação, que para muitos(as) é um

fator excludente devido aos custos que são exigidos, nos casos de quem não sabe como recorrer a gratuidade. Referente a isso, Bento (2008, p. 172), indica que “a luta empreendida pelos movimentos sociais e por estudos desconstrucionistas que desnaturalizam as sexualidades e os gêneros que se organizam fora do binarismo, ainda tem um longo caminho a ser seguido”, tendo em vista que são numerosas as situações perpetradoras de violência que ilustram como tem sido a respeitabilidade e aceitabilidade dos direitos das pessoas trans, discussão englobada pelo quadro seguinte.

Quadro 3: Como você vê a aceitabilidade e a respeitabilidade por parte da sociedade no uso do nome social?

“Eu acho que não tem esse respeito, não tem essa aceitação infelizmente, eu não vejo. Possa ser que exista uma minoria que tenha, mas falando por mim, eu não vejo essa aceitação não. Sempre tem alguns lugares que aceitam, as vezes por conta da aparência, mas quando você não tem essa passabilidade é mais dificultoso ainda. Você chegar em uma escola, eu como homem trans se eu tiver uma aparência feminina é difícil essa questão de atender ao nome social, quando você tem uma passabilidade você ainda dá meio que uns três passinhos pra frente, mesmo assim eu não vejo essa aceitação do nome social. Principalmente falando de empregabilidade, que foi onde eu mais sofri, por causa dessa questão do nome social. Eu vi empresas não me aceitando por isso, de não querer aceitar porque ia ser um transtorno para as outras pessoas que iriam trabalhar no mesmo ambiente, para as pessoas que me procurassem e tivessem que chamar o nome social, até por conta da documentação que era outra. Eu não vejo esse respeito na sociedade ainda não, infelizmente, precisamos lutar ainda um bocadinho”.  
(Bob)

“Foi uma conquista muito grande, mas que ainda limitava os nossos direitos, porque, por exemplo, eu só entrei na faculdade quando eu tinha o meu registro com o gênero retificado, porque eu não queria mais dar satisfação sobre isso, eu já havia feito curso técnico antes e passei por alguns constrangimentos para falar com os professores, explicar o uso do nome social e eles não entendiam como era essa pessoa trans, então havia essa questão de negar o direito que dá dignidade e faz parte da personalidade da pessoa. [...] Por isso, o uso do nome social eu tenho uma série de ressalvas, apesar da legitimidade do decreto e de que algumas coisas melhoraram, pouquíssimas, só que o problema do Brasil não é instituir uma lei porque o Brasil em termos de leis ele já tem um aparato que é referência pro mundo, o problema é na prática. O respeito ao nome social vai muito do consenso de cada pessoa, vai muito da

sensibilidade individual. Nem todas as pessoas são sensíveis ao respeito do uso do nome social, então isso vai variar muito, porque vai que você tenha a sorte de um dia de encontrar em um departamento público ou privado uma pessoa que consiga entender o seu nome social enquanto um direito que legitima a sua própria identidade e respeite. Pode acontecer também que não, porque eu já passei isso quando eu usava só o nome social inúmeras vezes, e isso acaba te afastando de uma série de lugares, porque você não quer ir pra posto de saúde, você não quer ir pra hospital, você não quer ir pra canto nenhum, como é que você vai pra um canto que ninguém te respeita? Você não tá lá como Maria para a pessoa te chamar de João, e aí? É constrangimento, são situações vexatórias que se repetem na vida das pessoas trans que ainda só usam o nome social e não tem a retificação”. (Clara)

“A sociedade ela aceita, mas de uma forma que a gente percebe que aceita porque tá ali, a gente tá com o direito e não podem dizer o contrário. Mas, no meu caso particularmente em alguns órgãos públicos quando eu me identifico com a identidade feminina ainda fica aquela expectativa de olhar pra mim e buscar uma aparência feminina, de ver por conta da minha voz que é um pouco anasalada, ficar em dúvida e chegar ao ponto de perguntar se sou cirurgiada, de perguntar como foi o meu processo, tipo uma aceitação, mas da mesma forma ela desfaz aquela aceitação por causa das perguntas invasivas que eles fazem”. (Claudia Raia)

“Quando se trata das pessoas próximas que conhecem é algo mais tranquilo, de certa forma. Enquanto com os familiares é algo mais complicado porque sempre tem aquele processo que a gente chama de luto, que é essa negação enorme de que você sempre vai ser fulaninho e nunca fulano de tal, então acaba sendo mais complicado com os familiares. E para pessoas que não conhecem você ou, por exemplo, conheceu você antes de você iniciar o seu novo nome, e não são tão próximas a você, fica aquela coisa de dizer que nunca vai se acostumar. Pessoas mais próximas eu não vejo muitos problemas, mas pessoas que são mais distantes acabam entrando numa negação enorme e é um processo muito cansativo de certa forma. Em espaços públicos é como se o nome social nem existisse basicamente, mesmo que você peça que chame com esse nome ou ao menos coloque em parênteses para lembrar é sempre algo muito complicado, fingem que esquecem, é realmente bem desrespeitoso e acaba você ficando um pouco tímido com relação a tudo isso”. (Edgar)

“Hoje em dia está bem mais tranquilo. Em alguns locais que você vai, chega lá e informa, tem que mostrar o documento, mas tem que informar que você usa o nome social, porém ainda não retificou, aí eles aceitam. Mas, antes eles não aceitavam, por exemplo, em 2016 quando eu entrei na universidade, na UEPB, e fui atrás pra colocar o meu nome social nas listas e tudo mais, eles não aceitaram, aí eu tive que ir fazer um requerimento na diretoria e tudo mais, esperar um tempo, pra eles verem se podia colocar o nome social. Diferente de hoje em dia que

é bem mais tranquilo, no meu ponto de vista, em qualquer lugar que você chegar e disser que você usa o nome social, e mostrar os seus documentos, apesar de tudo isso, eles aceitam tranquilo”. (Harry)

“Eu acho que é mais difícil em meios familiares e com alguns amigos, porque as pessoas já estão acostumadas a te chamarem de um nome e aí de repente muda tudo e pra você se adaptar aquilo é um pouco difícil para algumas pessoas, eu vejo isso pelo meio que eu convivo, eu não contei para todas as pessoas, mas alguns amigos e pessoas próximas sabem, por exemplo, as minhas melhores amigas já se acostumaram a me chamar pelo nome social, outras erram o pronome e não é nem por maldade, mas acaba acontecendo porque você passou um tempo chamando e se habituou, aí pra se readaptar leva um tempo também. Eu acho que é mais fácil para pessoas estranhas porque elas não tem um parâmetro, de que você se chamava x e agora se chama y, elas só conhecem você por y. Quando você tem o conhecimento que a pessoa é uma pessoa trans eu acho que muda um pouco, por exemplo, voltando ao meio familiar, tem gente que se nega a chamar por preconceito mesmo, tem gente que é por dificuldade, mas outros por preconceito de não aceitar que filho, sobrinho, neto, é uma pessoa trans. É complicado, numa visão geral é mais fácil você ser respeitado e aceito quando está no meio de pessoas estranhas”. (Inacio)

“Assim, quando a gente muda o nosso nome, eu acho que algumas pessoas, não todas, nunca vão respeitar a gente mesmo. Mas, algumas pessoas ainda relevam, tratam a gente bem, eu vi que elas tratam mais a gente pelo nome feminino, porque quando a gente apresenta o nosso documento com o nome mesmo, elas tratavam a gente pelo masculino e a gente poderia tá como fosse, que ia ser o que chamasse ali. Tem umas pessoas que respeitam, que não ligam, que não se importam. Mas, sempre tem um que diz que você quer se encaixar em uma coisa que não é sua, essas picuinhas. Porque na verdade o preconceito nunca vai acabar, nós vamos ter que aprender a conviver com isso, lidar e saber enfrentar. A sociedade ela quer muito de nós, ela quer exigir muita coisa, que nós tenhamos uma beleza perfeita, um corpo perfeito que nem a mulher mesmo não tem. Então eu acho que isso vai de cada pessoa. Eu tiro na minha opinião, quando eu mudei o meu registro, agora eles têm que me chamar porque tá no meu registro o meu nome, eles vão ter que chamar, só isso. Mas se eles vão respeitar ou aceitar? Não, não vai na minha opinião”. (Isis)

“Depende muito do ambiente que você tá inserido e como você apresenta o seu nome social, porque eu acredito que isso faz a diferença. Eu cheguei lá na empresa onde eu trabalho hoje e já cheguei apresentando o meu currículo com o nome social e a dona da empresa que me contratou já sabia da minha situação, quando eu fui pro RH a moça do RH não sabia aí ela pediu o meu documento e me olhou sem entender, aí eu fui explicar, então assim, as pessoas

hoje em dia ainda não estão preparadas, então a gente que faz o uso do nome social tem que vir com muita explicação, tem que estar muito ciente das leis, de como se usa, como deve ser aplicado, pra poder passar, então a gente não pode simplesmente chegar e solicitar esse serviço, tem que chegar e informar como deve ser usado para poder depois solicitar, tem que vir pra explicar a situação e poder fazer uso daquilo. Porque eu posso chegar hoje num lugar e dizer olha o meu nome social é esse e a pessoa aceitar ou eu chegar com o nome social e a pessoa se questionar o que é o nome social, são duas realidades diferentes. Hoje em dia com a informação tá começando a melhorar, mas ainda tem muita coisa para se alcançar”. (Lucas)

“A maioria das pessoas respeitam, tipo na universidade os colegas, pessoas que eu chego e me apresento todo mundo respeita de boa, mas sempre tem aqueles momentos em que quando eu tava com a documentação anterior, que eu apresentava a documentação em lugares geralmente como consultórios, as pessoas acabavam só usando aquele nome e me tratando no feminino, não respeitavam nem um pouco a minha identidade. Tudo depende do espaço, inclusive eu já tive problema no Ambulatório de João Pessoa, não exatamente no ambulatório, mas era uma médica do hospital Clementino Fraga, ela era provavelmente uma dermatologista, e apesar de ter contato com as pessoas transexuais, acho que frequentemente por causa do ambulatório ser lá e ela atender a população, ela me tratou o tempo todo no feminino, não respeitou a minha identidade, sequer respeitou o meu nome, porque ela viu que estava lá na receita, no encaminhamento, ela só usou aquele nome que tava na identidade. Foi muito desconfortável, apesar de eu estar naquele ambiente em que todo mundo entenderia”. (Matheus)

“O nome social o que você vai fazer na realidade é concessões e acordos implícitos entre as partes. Então se você der a sorte de você chegar em um espaço que tem uma visão inclusiva ou que tenha uma pessoa que trabalhe nesse espaço, que frequente esse espaço, e que faça a ponte para você no sentido de garantir a sua legitimidade e a sua respeitabilidade através de ser quem você é, ótimo! Se não, você vai nadar e ficar rodando no vazio. Por exemplo, se a gente parar para pensar, uma das grandes dificuldades que a gente tem em relação ao nome social é no campo da saúde. Porque a gente tem a resolução de 2011 do nome social que é a nível nacional, para todos os órgãos das instâncias públicas e o SUS na maioria dos equipamentos ainda não dimensiona isso. E eu falo por experiência de buscar esse serviço e de não ter principalmente a área de que a pessoa usa o nome social. Então, para mim assim, não existe aceitabilidade, não existe respeitabilidade, salvo no caso de pessoas ou de alguma instituição que já tem essa política afirmativa, mas no geral da coisa não existe. Ou você é retificado e demanda isso de maneira muitas vezes incisiva, remetendo, por exemplo, ao aspecto legal da coisa mesmo, ainda assim muitas vezes sofrendo uma serie de rechaças, ou você vai ter que sempre está nesse processo mediando ali, barganhando. É uma barganha que você faz nos espaços”. (Pepita)

As percepções descritas acima revelam uma sociedade resistente no compreender e respeitar da identidade trans, permanecendo a deslegitimar seu direito ao nome social, durante a prestação de serviços essenciais a qualquer cidadã/o, na vivência profissional e no acesso à educação, ao asseverar sistematicamente e violentamente o apagamento daquela individualidade que está amparada juridicamente. O não aceitar dessa existência não só infringe a norma, como perpetua a discriminação e desumaniza o sujeito, o colocando em um status de inferioridade decorrente da diferença que se traduz na sua experiência identitária (HALL, 2009).

Muitos espaços apenas atendem a solicitação da pessoa trans de acordo com o grau de passabilidade que sua anatomia denota, resumindo a transexualidade a uma imagem que emule padrões físicos, instrumentos de expectativas das pessoas cisgêneras, no corresponder do ideal masculino ou feminino. Dessa forma, durante o processo de transição, em que ainda está sendo buscada a adequação da imagem dos corpos de acordo com o seu gênero, muitas(os) trans utilizam dos tratamentos hormonais, que não são fornecidos gratuitamente, e se submetem a procedimentos estéticos de risco, na busca pela libertação das violências e constrangimentos, que as encaixem nesse perfil de gênero “inquestionável” aos olhos de seus opressores (BENTO, 2008).

No que se refere ao mercado de trabalho, as falas mostram que a ausência de políticas inclusivas em sua estruturação e normativas de empregabilidade acabam por limitar o nome social a entendimentos regados de senso comum e muitas vezes, mesmo com o entendimento da lei, voluntariamente excluem as pessoas trans das oportunidades de trabalho.

Ademais, também são retratados como marcadores da narrativa de violência, os espaços educacionais traduzidos na escola e universidade. Mesmo que, em tese, sejam *locus* produtores do conhecimento e vetores de transformação das realidades, mas que se apresentam guiados pelo conservadorismo fomentador das negações identitárias e suas subjetividades (BENTO, 2008).

Para muitas pessoas trans só o fato de adentrarem aos espaços acadêmicos já revela uma considerável conquista, devido à alta incidência de evasão escolar nos primeiros anos da educação básica e as raras exceções em que encontram meios de garantir o ingressar no ensino superior.

Afora os obstáculos apontados, ainda terão de lidar com o sistema retrógrado e transfóbico predominante em sua vida de educando(a), desde a infância com as violências naturalizadas na escola, até o momento da vida adulta universitária, durante seu contato com profissionais despreparados e na relação exercida em sala de aula com outros discentes que não aceitem a permanência da pessoa trans e a desrespeite.

As insistentes e direcionadas perturbações, acabam terceirizando ao próprio sujeito a necessidade em educar o seu agressor, impelindo a ele explicar sobre do que se trata o nome social. Apesar desse processo exaustivo de coação e violência, ainda assim muitas vezes quem postula o direito será julgado e terá a sua explicação invalidada, quando o agressor permanece a chamá-lo(a) pelo seu nome morto.

Considerando isso, a inserção social será indicada de acordo com a breve respeitabilidade e aceitabilidade que uma pessoa trans consegue alcançar, sempre dependendo dos indicadores descritos no primeiro quadro, também o direito que está sendo utilizado pela pessoa trans, se é apenas o nome social ou tem a documentação retificada, quanto ao já alcançado, ou não, do padrão estético que a cultura cisgênera impõe.

Quadro 4: Caso você já faça anteriormente o uso do nome social, antes do processo de retificação, como você percebeu a diferença na inserção social antes e depois do uso dele?

“A diferença é muito grande. Você não precisa mais estar naquela peleja de tá explicando, porque quando você vai colocar o nome social, você tem que explicar toda a situação e que acaba sendo frustrante. Eu me lembro que fui fazer um exame de vista, que eu não tinha retificado, mas eu tinha o nome social e ninguém sabia dele. E aí pra mim foi algo frustrante porque eu tinha que explicar quem eu era, o porquê do nome social, porque assim, tem muitas pessoas que não entendem, tem uns que é pelo fato de não querer mesmo entender e outros por ignorância de não saber. Aí eu tinha que explicar o porquê do nome social e quem eu era. Então assim, a partir do momento que eu retifiquei isso já não existia mais, tanto em órgãos públicos quanto privados. Quando eu tinha o nome social e mudou pra retificação, que mudou toda a documentação não tinha isso mais. Acho que hoje em relação a essa questão do nome eu soufrô mais na família do que na sociedade. Do nome, porque infelizmente o que vale é o papel, não é o que você fala. Aí eu sou Bob, mas se Bob não tiver no papel, Bob não existe pra sociedade,

infelizmente é uma realidade. Mas assim, hoje eu não sofro tanto essa questão do nome, porque eu o tenho no meu registro e identidade”. (Bob)

“A inserção social para uma pessoa trans é até um paradoxo. Eu acho que a nossa inserção ela não é algo que se dá de maneira voluntária, ela é involuntária mesmo, a gente se insere porque tem que se inserir, porque se você for pedir para se inserir você não vai ser inserido. Então a nossa inserção ela é imposta mesmo, porque as pessoas tentam negar a todo custo o nosso direito, o nosso direito de existir que é o principal, então a gente tá ali a gente adentra os espaços, a gente se reivindica social-politicamente dessa maneira a partir dessa identidade, a partir desse reconhecimento social e político. Aí a gente quer que a sociedade e que as instituições de uma maneira geral legitimem isso porque nós temos esse direito”. (Clara)

“Antes eu usava o nome social, porém ele não era respeitado, por conta que ainda existia o nome anterior. Na qual, por exemplo, no ensino médio eu tinha o meu nome social, mas a professora insistia em chamar em alta voz pelo nome antigo, tipo um jeito de oprimir e quando eu ia lá reclamar, sempre colocavam aquele ponto de a gente tem que lhe tratar pelo nome no qual você é registrada e sempre havia esse tipo de incomodo, até o certo momento de eu retificar, que foi quando as coisas tiveram melhora, entre aspas. A retificação fez uma diferença maior porque é uma coisa mais segura, uma coisa que nos dá o direito, porque é no exato momento que uma mulher trans passa pela retificação do nome, ela consegue, ela está apta de todos os direitos de uma mulher, porque socialmente ela foi reconhecida como uma mulher. Necessariamente não precisa nascer biologicamente pra ser uma mulher”. (Claudia Raia)

“As diferenças de inserção eu sinto mais com pessoas mais próprias, porque é área de pessoas que mais respeitam. Com as questões familiares eu realmente fico um pouco travado com relação a isso, porque não teve tanta facilidade para aceitar o nome social. Teve uma aceitação melhor e maior, quando os ambientes e os ciclos sociais das pessoas se misturaram. No meu casamento, por exemplo, todos estavam me chamando de Edgar e no meu convite estava com o nome Edgar, e eu senti que a minha família começou a perceber que eram os únicos que estavam de fora, os únicos que não estavam seguindo essa linha de me chamar pelo nome mesmo, então perceber que os meus amigos e todos os próximos a mim que estavam ali comigo respeitaram o meu nome e o meu gênero, passou de certa forma a abrir a cabeça dos familiares. Mas ainda hoje, quando eu fico muito tempo afastado acaba saindo o meu nome de registro civil. De certa forma ainda é um processo longo, porque eu percebo que ainda algumas pessoas tem certa dificuldade, aquela negação mesmo, e para pessoas que são mais distantes aí é mais embaraçoso ainda porque não entendem e fica com toda aquela complicação de ter que explicar e a pessoa ir lá e continuar te chamando da mesma forma, então realmente tem todos esses lados que a gente começa a perceber, de todas as variantes, de pessoas, de ciclo sociais, que

acabam acontecendo a partir do momento que você inclui o seu nome social para todos”.

(Edgar)

“Eu não fiz a retificação ainda, eu estou esperando o processo e tudo mais para poder dar entrada na retificação. Mas eu sei bem como é, porque quando eu chego nos locais que precisam mostrar os documentos ou alguma coisa do tipo, eu percebo a forma como sou tratado, porque eu tenho que explicar o uso do nome social, é uma coisa meio chata, porque tem muita gente que ainda não entende e ficam aquelas perguntas todas. Já quando você fez a retificação é uma coisa mais prática, mostrar os seus documentos, já tá tudo alterado e não precisa explicar mais nada. Eu não tenho ainda nenhum documento que mostre que eu tenho o nome social, eu ainda preciso mostrar os meus documentos anteriores, mas ao explicar normalmente dá tudo certo”.

(Harry)

“Minhas expectativas em relação a inserção, são de que quando eu conseguir esses direitos vai ser como um sonho realizado, porque eu não me identifico mais com o meu nome, eu acho que o meu nome social vai mudar muitas coisas na minha vida, vai mudar a minha autoestima, só de pensar sobre já me dá uma certa euforia. A principal mudança que eu acho que vou ter vai ser no meu ambiente familiar, mas eu acho que a aceitação vai ser um pouco difícil porque a minha família é muito religiosa e muito mente fechada, não todos, mas a geração mais velha eu acho que vai ser um pouco mais complicado. No meio social eu já consigo ter uma noção de como vai ser por conta de alguns ciclos de amizade que eu tenho, e assim é uma sensação muito boa ouvirem me chamando de Inácio e eu não vejo a hora de poder realizar esse sonho da retificação”. (Inacio)

“Eu fiz direto a retificação com o advogado, com a secretária e a coordenadora do centro LGBT Luciano Bezerra, foram as pessoas que mais me ajudaram. Antes eu não participava, eu não sabia que realmente eram os meus direitos, quando sofresse preconceito que eu podia recorrer aos meus direitos. Hoje em dia como eu sei e eu mudei os meus documentos tudo direitinho, então eu me sinto melhor hoje em dia. As pessoas não me tratam super bem, mas também não me ofendem em nada. Eu sou uma pessoa bem mente aberta nisso, ninguém é obrigado a gostar de mim e nem eu sou obrigada a gostar de ninguém e eu vou ter que viver assim”. (Isis)

“São duas mudanças percebidas nessa inserção, tem uma mudança interna e uma mudança externa. A mudança interna é que assim, você escolheu o nome, você tá muito ciente, você quer ser chamado daquela forma, só que você sente uma trava muito grande quando você vai se apresentar com o seu nome social ou quando você não tá no processo de mudança é só um nome que não condiz com a sua aparência, mas internamente tem um processo seu de autoaceitação, você gosta muito do nome, você quer ele, só que você tem que se familiarizar com ele. Já a mudança externa é como se você reafirmasse quem você é, tendo uma questão de

bem-estar e saúde envolvidas, e as pessoas começam a respeitar mais a ideia. Por exemplo, antes eu chegava e falava o meu nome é fulano, e quando as pessoas começam a falar aquilo é como se cada vez que elas falassem elas acreditassem mais e dessem mais credibilidade a sua mudança, as suas ideias e a sua transição. Então são dois processos, o interno de se auto reafirmar e aceitar, e o externo que são quando as pessoas passam a dar voz e entender a mudança e o quanto o nome é importante para a construção do todo”. (Lucas)

“Sim, porque eu comecei a usar o meu nome social no meu grupo mais íntimo, onde eu me sentia mais confortável. Depois fui passando para outros ambientes, tipo a sala de aula, só que eu ficava pedindo toda vez que mudava de período e vinham novos professores, alguns eram ok com isso e outros achavam estranho, e eu tinha que explicar toda a minha história de vida pra eles. Mas aí naquele tempo quando eu entrei na UFCG teve todo aquele lance do nome social ser respeitado, aí eu pude mudar no controle acadêmico e mesmo antes da retificação eu tive o meu nome social respeitado na universidade”. (Matheus)

“Antes era uma coisa bem mais barganhada e agora não, é uma demanda que mesmo que o espaço ele não seja inclusivo, eu faço questão de frisar porque agora, digamos assim, eu tenho um amparo mais sólido. Não que o nome social não já me desse um amparo, mas é frágil. Já a retificação não, ela é um amparo sólido, eu tenho o documento que sustenta isso. Porque no nome social toda a sua documentação querendo ou não ainda vai ser a documentação morta. Então pra uma pessoa que, por exemplo, por mais que ela esteja em um espaço que aceite, mas se ela tiver na ideologia dela que aquilo ali não existe, ela vai nem que seja só uma vez, só pra sentir o gosto, tentar te machucar. Com a retificação não, ela que lide com isso, costure na sua cabeça, faça o seu movimento, mas a gata é isso e acabou”. (Pepita)

As respostas prenunciam uma considerável diferença no que cada um dos direitos, o nome social e a retificação, possibilitaram para a vivência particular de cada entrevistado(a), quando se discute sobre inserção e exclusão. Em relação ao nome social foi observada a necessidade de constantemente estar reivindicando-o e educando as pessoas quanto ao seu uso, considerando que o CPF e RG da pessoa trans, ou qualquer outro documento a ser apresentado, ainda consta o seu nome morto. O nome social por si só não dá a sensação de completude na experiência identitária auto declarativa, mesmo sendo um avanço para as demandas de seus postulantes, que nada obstante não livra o(a) usuário(a) de possíveis constrangimentos pela exposição de sua identidade transexual.

Ao mesmo tempo que a retificação dos documentos compreende o encerramento de uma série de obstáculos na socialização da pessoa trans, que não precisará contornar

situações vexatórias na mesma medida, devido a indicação de nome e gênero atualizada em toda a sua documentação. O que não significa a superação completa das violências sofridas, tendo em vista que quando se discute passabilidade, mesmo o documento retificado poderá ser questionado e, assim, retomar o processo de angústia e tormento que se desenrola desde o começo da vida de uma pessoa trans.

Pensar em inserção social é também entender que não só é só direito em si que fará a diferença, mas sim a forma como ele é legitimado em determinados espaços. A unidade familiar segue sendo reprodutora de preconceitos e opressões ao não assimilar e naturalizar a identidade retificada. Um outro processo de educar, que antes se efetivava no explicar do nome social, é transferido para o nome retificado que ainda deverá ser fixado pelas outras pessoas de um determinado lar, a partir da contraposição reiterada pelo(a) usuário(a).

Se a própria família nega aquela identidade, ela se torna muitas vezes mais violenta do que a própria sociedade, na interação com terceiros que não tenham a noção anterior de qual era a identidade daquele sujeito, e não terá que questioná-la (MISKOLCI, 2012). O oposto se adota entre grupos de amigos(as), pois mesmo antes da retificação essa identidade já se faz inserida, o garante ao ciclo social de amizades muitas vezes ser o primeiro, e até mesmo único, espaço de amparo.

De certo que, conforme discute Miskolci (2012), infelizmente para as pessoas Queers, especialmente para a realidade das pessoas trans, a família em sua estrutura patriarcal, conservadora, machista e transfóbica, segue banindo as identidades, muitas vezes expulsando aquele(a) familiar trans do convívio ou apenas o “tolerando” com constantes violências realizadas, tanto físicas, quanto psicológicas. As famílias que naturalizam a inserção da existência trans, que se apegam aos vínculos afetivos e buscam aprender para dar um espaço seguro a seu familiar, geram uma mínima condição de sobrevivência em meio a tudo que ainda precisa ser alcançado para de fato dignificar e humanizar a pessoa trans, a exemplo do que será indicado no quadro a seguir.

Quadro 5: Que conquistas legais ainda precisam ser alcançadas para melhorar a qualidade de vida do/da trans?

“Eu acho que sempre esse ponto de empregabilidade um ponto muito forte pra população trans, porque a gente tem várias pessoas trans qualificadas e outras também que não são qualificadas em relação a escola, por falta de oportunidade. Eu não tenho uma graduação ainda, mas já tenho o ensino médio, tenho um curso técnico e eu não fui aceito nas empresas pela questão do nome social. É um ponto muito forte essa questão da empregabilidade, é uma bengala muito grande que a gente perde muito. É muito difícil você encontrar uma pessoa trans em um ambiente de trabalho. Fora ter várias outras coisas que precisam sim ser melhoradas, mas eu acho que a questão de trabalho ainda é um ponto muito forte, trabalho e escola, porque hoje eu vejo que a maioria das pessoas trans precisam fazer uma escolha: ou trabalha ou estuda, infelizmente você percebe que os dois não dá. Algumas pessoas trans conseguem, mas é uma minoria que tem a possibilidade de estudar e trabalhar. A maioria nem vai estudar, porque precisa trabalhar em qualquer coisa e em empresas é muito difícil encontrar uma pessoa trans, parece que tá em extinção, não tem”. (Bob)

“Digamos que de 100% do que a gente precisa, o nome social seja 0,9%, porque em relação a saúde nós ainda temos o ambulatório de saúde integral para pessoas trans e travestis que fica em João Pessoa, mas ainda é pouco e pequeno para a demanda que a gente tem. E não é só isso, porque não é só você acessar o laboratório quando se fala de saúde, tem você não poder fazer os exames que são prescritos, você não poder comprar determinada medicação que o seu endocrinologista vai te prescrever, seja hormônio, seja um tratamento porque você teve efeitos decorrentes do uso de hormônio e do silicone no caso de mulheres trans e travestis, de homens trans que não tem acesso as receitas para compra da testosterona que é o hormônio masculino, de um médico para legitimar aquilo ali, pra garantir aquilo ali e não tem, fica muito limitado. E o governo sequer promove o mínimo de políticas públicas de saúde que dê conta das nossas necessidades, então demanda tem, nós somos demanda, eu sou uma prova disso, eu deixei de ir pra um laboratório porque não tinha condições de fazer os exames, no mínimo eram 400 reais para fazer, exames de hormônio são muito caros e fazê-los é necessário porque a gente faz uso de terapia hormonal constante, então assim é importante esse processo de investigação, mas que a gente ainda fica limitada. [...] Outra questão é o uso do banheiro, que ainda é uma discussão esdrúxula e vez ou outra passa um vereador aí que cria uma lei e tira o direito de pessoas trans de usarem o banheiro de acordo com o seu gênero, reconhecendo o corpo enquanto um sexo e não enquanto a constituição de uma identidade, e aí acaba que gerando mais conflito e colocando boa parcela da sociedade que tem um pensamento conservador, cissexista e transfóbico, contra e fazendo com que as pessoas trans sofram mais violência da sociedade civil. Também as escolas de uma maneira geral, não tem preparação ainda infelizmente para lidar com questões de gênero, identidade, sexo e sexualidade, e nem

precisaria porque a gente passa por um ensino superior pra entender questões históricas, sociais e culturais pra gente poder minimamente contornar aquelas situações fazendo com que sujeitos que nunca tiveram acesso ao direito tenham o mínimo de direito, aí culpam muito o ensino de base, mas não tá na base não, porque quem está trabalhando na base já esteve na universidade, pra estar hoje na docência passou pelo ensino superior, então o que é aprendido no ensino superior? [...] Está no topo, porque a professora que está aqui passou por um ensino universitário, passou por um mestrado, um doutorado, mas ela voltou pra cá. Então tem que começar a perceber essas assimetrias dentro da própria educação, pra se questionar o porquê, como e onde é que devemos pautar determinados assuntos, como é que vai resolver, como é que a gente vai organizar determinadas discussões, então é uma transferência de responsabilidades e é impossível isolar uma esfera da outra, pra quem vive uma dinâmica social, política e histórica avassaladora diariamente”. (Clara)

“Eu bato muito na pauta de cotas nas universidades para trans, porque muitas meninas elas acabam não terminando o ensino médio, acabam não entrando em uma faculdade, por motivo de se sentirem oprimidas. [...] Eu acho deveria ter essa aprimoração de cotas para trans e projetos de transcidadanias. Eu consegui terminar o meu ensino médio por programas do governo, eu fiz o Projovem, eu terminei o EJA com muita dificuldade porque eu sofri violência no colégio por parte dos alunos e outras coisas que vieram atacar o meu psicológico, ao ponto de eu querer desistir de tudo, mas eu fui forte e consegui terminar o meu ensino médio e fiz um curso técnico de enfermagem. Eu acho que se abrissem essas oportunidades, esses projetos de cotas para trans, esses programas pra inserir essa população na educação seria ótimo”. (Claudia Raia)

"Falando de forma Municipal mesmo daqui de Campina Grande, acredito que seria importante que em cada cidade tivesse o acesso, de você conseguir, por exemplo, ir a um ambulatório, porque o ambulatório ele existe aqui e há muitos anos eles prometem mas a gente não tem acesso, então tem pessoas que vem das cidades mais longes para ir pra João Pessoa, porque aqui não tem ou nas cidades em si não tem, então são coisas que deveriam ser direitos básicos para facilidade das nossas vivências e é descartado assim, é só empurrado para debaixo do tapete mesmo”. (Edgar)

“Primeiramente a geração de empregos para as pessoas trans, que não tem. Aqui em Campina eu acho que deveria ter em todas as lojas e empresas uma vaga ou duas vagas para pessoas trans, mas não tem. A dificuldade em arrumar emprego é muito grande para qualquer pessoa trans ou travesti. Eu acho que uma das coisas fundamentais seria isso, a geração de empregos. Deveriam ter mais abordagens sobre os temas das pessoas trans, mais reuniões, mais

divulgações, não só para as pessoas trans, mas para todos os públicos verem a realidade e entenderem melhor”. (Harry)

“Eu acho que seria necessário investir em direitos básicos, como o acesso a moradia, a educação, porque a gente sabe que é muito difícil principalmente para mulheres trans e travestis, que são muitas vezes expulsas de casa, a família não aceita e acaba negando os seus próprios filhos ou parentes, e aí essas pessoas recorrem a prostituição, porque a gente sabe que a oportunidade de emprego é difícil. Eu espero mais isso, direito a condições básicas, eu acho muito difícil ter acesso a esse tipo de coisa, é meio insano pensar isso, que coisas tão básicas não são permitidas”. (Inacio)

“Eu acho que vagas de empregos. Porque é uma coisa que eu vou dizer a você, por experiência própria, as pessoas elas acham que só porque é trans, travesti ou gay, tem que viver na prostituição e não! As vezes as pessoas não entendem que trans paga conta, trans precisa de remédio, de comida, paga impostos, paga tudo. Quantas e quantas portas não foram fechadas na cara pra mim?! Mesmo que você termine os estudos, hoje em dia uma trans pra trabalhar em um canto bom ela tem que ter uma pessoa que ajude ela lá dentro ou alguém que seja bem conhecido, porque as pessoas não dão oportunidade. Acaba tendo que, infelizmente, seguir essa vida de prostituição porque não tem de onde tirar dinheiro, é obrigada, porque não é uma vida fácil. Ninguém quer tá numa rua esquisita arriscando a sua vida, saindo com pessoas que não sabe nem quem é, sabe que vai sair e não sabe se volta. As pessoas hoje em dia elas precisam de mais Deus no coração e entender o lado do próximo e ninguém entende o lado do próximo, o povo só abre a boca pra julgar e dizer palavras que magoam, arrasar com a vida da pessoa, mas ninguém quer passar o que a pessoa passa. Ninguém entende que não é uma escolha, são as circunstâncias da vida que nos leva a isso por causa da dificuldade”. (Isis)

“Tem a questão dos banheiros, da adequação para as pessoas trans, porque, por exemplo, no banheiro masculino acontece de muita gente ir e só tem mictório, então fica meio que impossível, acho que muito dessa questão de espaço e respeito, das pessoas entenderem você. As pessoas ainda confundem muito identidade de gênero com orientação sexual, então quando elas confundem isso elas acabam misturando as caixinhas, eu acho que é muito mais essa questão da informação. Eu tenho muita noção de que sou privilegiado, porque eu tive oportunidade de estudar, eu tive a oportunidade de estar inserido, de ter tido uma boa educação, mas eu sei que tem muitas pessoas que não conseguem e muitas pessoas trans elas chegam a largar a escola por preconceito. Basicamente tudo gira em torno dessa questão da oportunidade, porque a transexualidade ela tá muito associada a termos negativos como prostituição, como o uso de drogas, e não é isso, vem de um preconceito de uma imagem criada na sociedade para nos representar dessa forma e tudo o que foge da curva é muito diferente para eles, a exceção,

a gente que é exceção é muito mais fácil das pessoas verem e entenderem, porque a gente é quase um ponto referencial, porque a partir do momento que a gente chega e diz eu tô aqui hoje mas tem outras pessoas que não estudarem e por isso são suscetíveis, a gente acaba explicando o outro lado da moeda que são o das pessoas que se prostituem e que não tem vez e que não tem voz”. (Lucas)

“Eu sei dizer do que eu usufruo da minha realidade, então até agora assim tirando pequenas coisas relacionadas a saúde que ainda é uma dificuldade, de resto a minha retificação eu consegui tranquilo, tudo o que preciso de acompanhamento tá tudo certo. Eu sou muito privilegiado, porque eu tenho uma passabilidade, então pra mim é bem tranquilo, eu tenho uma condição de vida boa, mas eu não sou a maioria das pessoas trans, essa minha situação é uma em um milhão e tem muitas pessoas que vivem em situações em que elas estão mais vulneráveis, isso inclui a violência, a transfobia, e eu acho que isso é uma parte que ainda não tá coberta legalmente, o preconceito, a transfobia e tal, se você não for passável, no meu caso eu passo como um cara cis, então eu não tenho problema com isso. Mas existe uma pessoa muito próxima a mim, a minha irmã, que se descobriu trans a pouco tempo, então ela está no início da transição e ela tem um medo absurdo da violência, por ser uma mulher trans, por ter toda aquela taxação, então eu acho que pelo que eu percebo isso é uma coisa que pesa muito ainda”. (Matheus)

“Basicamente quando a gente fala em qualidade de vida e melhoria de condições, a gente fala pensando em três eixos, que são: segurança, educação e visibilidade. Então uma coisa que é premente na realidade é o de dar condições para essas pessoas estarem em espaços educativos, condições financeiras, condições materiais, condições de dignidade humana. Eu acho na realidade que a política do nome social ela é um tamponamento, pois o certo mesmo seria baratear o custo da retificação per si, diminuir a burocracia e tornar uma coisa de acesso universal, então por exemplo a minha retificação foi em torno de 300 a uns 400 reais, e na época eu não trabalha, eu tava só como bolsista. Pra você se organizar é muito difícil, para as pessoas trans a maioria que tá em situação de precariedade, muitas vezes tendo a prostituição como única forma de subsistência, ela não vai ter como acessar isso, porque o montante que ela arrecada é para a subsistência, o arroz e feijão. Então assim, eu acho que no primeiro momento seria ampliar e facilitar o acesso a política de retificação definitiva, dar condições de acesso a saúde, educação, empregabilidade, segurança, efetivar os mecanismos que assegurem a proteção dessas pessoas, basicamente nesses eixos”. (Pepita)

São incontáveis as demandas presentes na vida de uma pessoa trans que permanecem menosprezadas pelos poderes públicos e postergadas das pautas sobre bem-

estar social, equidade e tratamento isonômico, mesmo que estejamos falando de sujeitos garantidos constitucionalmente a direitos como qualquer outro cidadão.

Quando questionado o que ainda precisaria ser alcançado para melhorar a qualidade de vida das pessoas trans, foram traçados certames primordiais promotores de uma mínima condição para se viver em sociedade, no mesmo patamar de acesso a direitos básicos que se garantem as pessoas cisgêneras, entretanto, obviamente seria apenas o ponto de partida para atenuar as discriminações, o sofrimento e exclusões cotidianas.

Entre as reivindicações mais citadas, transcorreu-se unanimemente a de empregabilidade. As pessoas trans seguem reduzidas a exercer apenas algumas funções no mercado de trabalho, por mais que tenham qualificação e condições para o exercício de qualquer profissão. Devido à ausência de conhecimento sobre a questão do nome social, assim como fortemente movidos pelo preconceito, muitos empregadores resistem a contratar pessoas trans, tratando suas identidades como um impedimento, o fato de ser trans como uma inaptidão.

Problemática essa que é maximizada pelos inexplicáveis estereótipos associados a prostituição e criminalidade, lugares que são delegados a qualquer sujeito que não tenha perspectiva profissional e necessite buscar subsistência no contexto violentador das ruas (BENTO, 2008). Algumas empresas, marcas e instituições direcionam ínfimas vagas para transexuais, porém sempre para cargos pouco remunerados, bastante explorados e de fácil substituição, obrigando o(a) trabalhador(a) silenciar perante a assédios.

Em relação a educação, já amplamente discutida anteriormente, as falas denotam-na como outra importante demanda. Ponderando que todo o processo de transfobia, de negativas e violências, além da falta de condições financeiras, incorre na carência de condições materiais, físicas e psicológicas, para a permanência nos espaços educacionais. Como previamente citado, são exceções os casos de pessoas trans que conseguem ingressar no ensino superior e cheguem a exercer a profissão que almejam, em razão de que mesmo com a capacitação, a discriminação ainda será um entrave.

Outras disposições aludidas são tocantes a saúde e a segurança. As notáveis irregularidades nos serviços de saúde são mais volumosas e brutais do que as percebidas na realidade de uma pessoa cis. De tal modo, quando uma pessoa trans tem a informação do atendimento que deve solicitar, somado a isso, ainda terá de custear uma série de aparatos médicos para que sua transição seja feita com segurança e qualidade, o que para muitas não é possível, convergente a carência de empregos e escolaridade. São poucos os

ambulatoriais estaduais direcionados para o atendimento de pacientes trans, igualmente adversidade para aqueles que venham de cidades distantes e precisem gastar com a locomoção.

Quanto a segurança, os indicadores falam por si só. Se uma pessoa cis tem a sensação de insegurança constante de sofrer alguma violência, tanto física quanto material, nos espaços públicos, o mapa da violência/homicídios assinala que para as pessoas trans o estado de incertezas quanto a sua segurança é ainda maior, justificada pelas violências sofridas puramente por serem quem são, algo que nunca será um atentado à vida de uma pessoa cis. Fica evidente, portanto, a exiguidade de direitos que protejam a integridade das pessoas trans, além da própria observância e aplicação das leis, perpetuando um cenário de horror e medo (ANTRA, 2021).

Esse cenário faz do Brasil o país onde mais se matam pessoas trans em todo o mundo, intermediador de um genocídio sistematizado, assentido e executado pelo seu próprio povo. Conjuntura que, como analisa Foucault (2019), revela a cultura sádica imersa no prazer do apagamento daqueles que não se permitiram ser “enquadrados”, banalizando suas vidas e as colocando na máxima desvalorização e marginalização. Dado esse que não deve ser ignorado, pois mesmo que venha a surgir novos olhares em termos normativos para as demandas transexuais, ainda existem os fatores estruturais que precisam ser reorganizados, para transformar o histórico de violações, mortes e desumanização, e que se possa falar concretamente sobre condições de sobrevivência.

Por fim, ainda foi citada a necessidade de política para acesso aos banheiros públicos, conforme o gênero autorreconhecido, direito este ainda não implementado, justificado por uma pauta contornada por inverdades e ignorância, sobrepujando outro aspecto dignificador, mesmo que os opositores não tenham dados que embasem sua contrariedade.

Todas essas discussões são basilares para que possamos compreender as pessoas trans enquanto cidadãs que gozem de uma realidade aproximada ao disposto por grande parte da população. O acesso à informações, analisados no quadro seguinte, é um importante aliado para que mais pessoas trans postulem por seus direitos, como também para educar a sociedade a não perpetrar a discriminação.

Quadro 6: Como você tem observado a divulgação de informações a respeito desses direitos para os/as transexuais que não sabem sobre a existência deles?

“Eu vejo muito pouca essa divulgação. Posso estar enganado, até porque eu não sou muito de redes sociais. Eu entro no Facebook, mas não é aquela coisa frequente, uso mais o WhatsApp, mas eu acho que precisa muito ainda de divulgação, pois ainda é pouco em relação aos direitos. Não vejo mostrarem que nós trans temos direito ao nome social, precisa ser mais divulgado. As mídias ainda são muito paradas, eu vejo mais essa questão de ser falado na mídia quando é uma coisa de data comemorativa, um exemplo, em janeiro dia da visibilidade trans, aí eles vão lá, um dia só e dão essa visibilidade, mas no outro dia é apagado. Eu não vejo assim as mídias falando dos direitos das pessoas trans, falando da retificação, onde procurar, os movimentos, eu não vejo infelizmente. O que vejo são outras pessoas trans, que vem e fazem uma live, uma divulgação, e que só aquelas pessoas que tão no ciclo da rede social que conseguem ver, mas a sociedade como um todo ela não consegue ver ainda, porque a gente necessita dessa mídia num geral que não tem”. (Bob)

“Tudo deveria ser mais publicizado, tudo deveria ser mais orientado, as instituições públicas que são responsáveis por um número de exclusão considerável e não tem acesso às informações, deveria ter acesso, mas não tem informação, então a gente fica tentando fazer um trabalho de formiguinha. Porque eles não conhecem e usam o discurso que não existe. Esperam muito em não ferir a Constituição, mas ferem um sujeito que é constitucionalmente, em tese, protegido pela Constituição. Então isso é uma divergência muito grande em relação ao que é o Direito e quem é de direito. [...] A publicidade que tem é feita por redes sociais, o meu Instagram, Facebook e WhatsApp são campos de ativismo político, porque a grande mídia não faz, as emissoras de televisão, quando um jornal vem referenciar é uma nota mínima que se você não prestar atenção você nem escuta, deveria passar o dia falando ali sobre os avanços da população trans, mas não falam, falam em uma notinha pequenininha em meio a muitas informações que se você não tiver atenta você nem pega, então a partir do que se é colocado do que passa no jornal você tem que ir na internet e pesquisar o teor daquilo ali, porque fica muito vago, fica muito inexplicado, então isso também é um agravante a gente não ter acesso às informações de maneira integral, sempre está fragmentada, muito limitada. [...] E nem todas as pessoas têm acesso a um computador ou a um celular e quando tem não tem internet, então é uma coisa que assim acaba se sobrepondo a outra e a pessoa fica a margem do direito de todo jeito. Então eu imagino que devesse acontecer uma difusão em massa, mais acirrada no que se refere a esses mínimos direitos que a população trans ainda está conseguindo, porque é mínimo diante de todas as nossas necessidades, mas que vem acontecendo, não é apenas isso que a

gente quer, porque tem outras demandas também tão importantes quanto, mas que a gente vai aos poucos construindo uma história e algumas outras possibilidades vão surgindo futuramente, ou ao menos eu imagino que possam surgir”. (Clara)

“Assim, essas divulgações acabam que muitas não sabem desses direitos, mas hoje nós temos dois centros de referência, que é o de João Pessoa e o daqui que é o Luciano Bezerra. Aí acaba que uma menina conhecendo o serviço acaba passando pra outra, isso faz com que muitas pessoas passem a ter esse conhecimento. A gente sempre tá tentando fazer trabalhos, divulgações, mas por conta da Pandemia a gente não pode fazer atividades externas. Tentamos fazer essa comunicação pelo Facebook e Instagram, justamente pra fazer essas divulgações, porque hoje já existe esse provimento, existe todos esses direitos que vai chegar em umas e a outras e elas vão sabendo como fazer. Hoje não tem mais aquele negócio de ser tão demorado, com um processo que você tinha que provar que realmente você é trans, era um absurdo antigamente quando era judicial, eu lembro que tinha que ter página no Facebook com o nome que você se identificava, tinha que ter duas testemunhas, tinha que ter o laudo psicológico, no qual eu cheguei a pegar mas não precisou usar porque foi logo quando teve o provimento e hoje tá tudo mais fácil por conta da divulgação das políticas públicas”. (Claudia Raia)

“Eu percebi isso até com pessoas trans que estão se auto aceitando agora e não sabem pra onde ir e não sabem o que fazer, por causa dessa escassez de informação, porque a mídia em si não publica tanto, não fala tanto sobre isso, tá começando a ter esse assunto agora, essas coisas de novela, coisas simples e básicas, mas que não acontecem com tanta frequência quanto deveriam. E eu percebo que as informações em si elas são passadas pelos próprios trans através das redes sociais e pelo governo, pela mídia que deveria ter mais impulso com relação a esse assunto, não existe tanto. Então uma pessoa trans que acaba de começar esse processo de aceitação, e ela fica perdida, sem saber aonde ir, muitas pessoas não sabem que existe o espaço LGBT aqui em Campina Grande, que eles conseguem o encaminhamento para o ambulatório de João Pessoa, conseguem o transporte gratuito para quem não tem condições, conseguem ter o apoio jurídico do nome social e tudo mais. Então muitos que estão começando agora ficam totalmente perdidos e acaba que cabe a gente pessoas trans que já está nesse meio, que vivencia, de repassar essas informações. Eu mesmo nunca vi nenhuma campanha na televisão falando sobre essas questões, daqui da própria Campina Grande em si, até porque Campina é muito conservadora, muito retrógrada de certa forma, então tem uma carência nisso. Fica tudo de informação entre a própria comunidade e na universidade, porque lá existe uma diversidade, uma gama de pessoas, então tem pessoas com informações, tem pessoas que estão falando sobre isso, que estão tentando trazer esse assunto, então nesse meio que existem os jovens, mas continua na mesma no geral, não existe campanha, não existe uma propaganda na televisão

falando sobre isso, quando teve a inauguração do espaço LGBT não teve quase ninguém falando sobre isso, então tem muita gente que não sabe. Então tem essa carência, é realmente só entre a comunidade e todas essas pessoas mais jovens que acabam tendo essa informação, mas pelos meios que deveriam ser mesmo não existe ainda”. (Edgar)

“A gente não tem muitas reuniões ou grupos de apoio, então essas informações são passadas de um para o outro, porque não tem nenhuma divulgação. Por que as pessoas são muito afastadas, entendeu? Por mais, por exemplo, junte uma galera e faça um grupo, faça um debate em algum local, mesmo você divulgando para as pessoas trans daqui nem todas vão. Então acho as informações bem precárias aqui, não tem muito apoio, nem informações, nem reuniões, nem nada. Por exemplo, o Espaço LGBT que tem aqui em Campina, não tem nenhuma informação ou divulgação de nada que vá ajudar as pessoas, é mais de boca a boca mesmo, você viu alguma coisa sobre o tema, você vai divulgando para as outras pessoas”. (Harry)

“Eu acho que tem que melhorado bastante, porque coisas que envolvem pessoas LGBTs se você não for atrás você não descobre. Assim, hoje em dia que tá sendo mais falado, mais divulgado, mas não é tanto assim, eu acho que precisa melhorar muito nesse quesito. Se eu não conhecesse meu amigo, eu acho que nunca teria acesso a essas informações, viveria em uma angústia sem explicação. Então precisa melhorar bastante, com políticas públicas, pelo motivo da Pandemia seria interessante mais webnários falando a respeito. Tem uma livraria aqui em Campina que ela promoveu antes da Pandemia uma palestra falando sobre, convidou pessoas trans para falar sobre o assunto, o que eu acho muito importante é que convide pessoas trans, porque já vi as vezes pessoas convidando Drag Queens pra falar sobre o assunto, só que é outra questão porque não é uma identidade de gênero, é uma expressão artística e as pessoas fazem muito essa confusão. Então é importante que tenha mais divulgações sobre o assunto, mais palestras pra sanar essas dúvidas e confusões na cabeça de algumas pessoas”. (Inacio)

“Eu acho que hoje em dia pelo que eu convivo, eu já falei sobre isso com muitas amigas minhas. Antes fulana não sabia sobre isso, ela não sabia que poderia mudar o nome dela e hoje em dia ela já sabe, eu já expliquei onde ela pode ir, que lá tem psicólogo que qualquer coisa que ela precisar de ajuda ela pode ir lá, que tem toda a equipe do Espaço do Espaço Luciano Bezerra que estará lá pra ajudar, então hoje eu acho que não tem quem não saiba não. Hoje em dia passa em televisão, nós mesmos passamos uma para a outra e vai se espalhando, eu digo aqui em Campina, todas as meninas que eu conheço elas sabem que existe”. (Isis)

“A comunidade trans ela acaba sendo uma comunidade muito pequena, onde quase todo mundo conhece todo mundo. E assim, antes tinha muito uma questão de cada um por si, principalmente no início quando era muito difícil a transição, de você procurar um médico, de você procurar terapia, só que hoje existe mais uma empatia e a gente consegue circular as informações. Então,

hoje tem muito a ser melhorado ainda, mas a gente já tá em um avanço bem positivo, eu vejo que hoje as pessoas que estão em transição a mais tempo estão se importando bem mais com as que estão se descobrindo agora, tão tendo mais uma questão de paciência. Porque antigamente como era uma coisa mais difícil, as pessoas não tinham paciência de tá explicando, porque como era difícil a pessoa acabava retornando pra você pra perguntar, aí acabava sendo um processo muito desgastante. Hoje tem muita informação e hoje tem muito acesso, tem muita gente que cria canal no Youtube e fala sobre, e hoje em dia quase todo mundo conhece alguém que é trans e com a divulgação dos meios de telecomunicação, as novelas, os vídeos, as redes sociais, hoje em dia está muito mais aberto”. (Lucas)

“Eu não acho que a divulgação tá sendo suficiente. Porque assim, você acaba só tendo contato se você conhecer outra pessoa, é tipo como se fosse um clubinho, se você conhece outra pessoa trans ela vai te falar se ela já souber, mas se você tá sozinho e se você não sabe como ir atrás, aonde ir atrás, é bem complicado. Eu conheço um cara que trabalha na Secretaria do Município, eu não lembro bem a função dele, mas ele distribui alguns panfletos indicando onde é o espaço LGBT e tal, mas ainda assim é pouco contato que eu tenho com isso. E eu só fiquei sabendo do espaço LGBT, do ambulatório, de tudo, quando eu comecei a conversar com outras pessoas trans que me disseram, mas antes não tinha ideia. E eu acho que pra muita gente ainda é assim, tanto que as pessoas vêm pra gente, quando descobrem que você é trans, que você tá a mais tempo, que você já usa hormônio, aí eles vêm pra gente e pergunta como fazer porque não tem acesso à informação. Em televisão eu não vejo quase nada basicamente e nas redes sociais só se você procurar, mas se você souber onde procurar”. (Matheus)

“Hoje em dia na realidade, a gente tem a facilidade da internet, porque a gente midiatiza isso aí circula bastante, existem muitos grupos de WhatsApp, de Facebook, para trans que compartilham as suas experiências com a retificação, com hormonização, enfim, é aquela coisa dá micropolítica mesmo no sentido de rearranjos, já que a gente não tem o respaldo institucional estatal, a gente vai se organizar em grupos de resistência mesmo, no sentido de grupos que vão tá ali mutuamente trocando experiências, trocando vivências, trocando facilidades de acesso e assim costurando essas formas de resistir. Então, por exemplo, muitas trans elas tecem esses contatos nesses grupos, elas descobrem quando vai ter mutirão de emissão de carteiras, e aí elas compartilham como é a tramitação do processo de retificação no caso de uma cidade específica. Porque na realidade não existe uma legislação que ampare, só existe o entendimento do STF, que funciona como uma lei, mas não é uma lei *per si*, então cada município, através dos seus cartórios, vai funcionar de uma forma. A minha retificação foi 270 reais, fora os outros documentos que o total deu entre 300 e 400 reais, mas tem um outro cartório que a retificação é 106, tem outro cartório que é 150, entende? Tem um cartório que uma menina pagou 41 reais,

é muito solto. Então vai ter cartório que vai querer praticamente um dossiê seu, vai ter cartório que vai dispensar alguns documentos, então elas vão e tão trocando naqueles grupos informações sobre como funciona na sua cidade, ou o lugar onde elas vivem, e assim a gente vai fazendo essas costuras. Na minha visão essa divulgação ela acontece mais no um a um, apesar que por exemplo, são os órgãos institucionais como o Centro de referência LGBT que tem essa função basicamente. Então elas muitas vezes sabem no um a um e buscam o serviço, ou muitas vezes através das próprias divulgações do serviço em si na internet, elas vêm e passam a demandar. Mas eu acho que no geral acontece através do um a um mesmo”. (Pepita)

Tais elocuições exprimem, majoritariamente, a insatisfação no sentido da publicização de informações a respeito de direitos para as pessoas trans. Fica evidente a carência de organização pública para expandir a instrução, do apoio governamental e privado nas solicitações da experiência transexual, tanto como norteadores para quem deseja acessar os seus direitos, como pensando no educar da sociedade sobre a existência, respeito e validação desses direitos.

Para além desse fato, algumas falas apontam uma melhora comparada ao anteriormente percebido por pessoas trans, de gerações passadas, em relação a ascensão dos debates sociais sobre suas demandas. Entretanto, a explícita ineficiência dos órgãos competentes na proliferação dos esclarecimentos de caráter normativo sobre o nome social e a retificação, incluindo quais espaços fazem os devidos atendimentos e encaminhamentos, culmina em precarizar e inviabilizar as trocas de informações disseminadas nos ciclos sociais dos(as) interessados(a) a adquirir o entendimento do que poderá vir a acessar.

No que concerne as mídias e meios de comunicação, a infrequência é ainda maior, mesmo considerando o tamanho alcance que possuem, ao integrarem a vivência trans de maneira muito caricata, como é a narrada em novelas e séries, prestando, assim, desserviço a causa e reforçando estereótipos regados de noções preconceituosas e que não condizem com a habitualidade tida por quem é trans e exerce sua cidadania como qualquer outro sujeito de direitos.

Dessa forma, os centros de atendimento a pessoas LGBTQIA+, as ONGs, ações autônomas e em cooperativa da sociedade civil, não tem seu trabalho assentado nas grandes mídias, avaliando o pouco que se discute nas emissoras, sobre violência contra pessoas trans, principalmente quando boa parte dessas fomentam a invisibilidade e os

estigmas, a exemplo das quais são aliadas do atual governo e ignoram a existência dos indicadores da violência.

Podemos tomar como exemplo o ocorrido no dia 24 de Junho de 2021, no centro de Recife, nas mediações do Terminal Rodoviário, quando Roberta da Silva foi queimada viva por um adolescente, tendo 40% do seu corpo comprometido, vindo posteriormente a falecer após duas semanas passando por procedimentos cirúrgicos e delicados. Durante seu processo de internação, a vítima teve que lidar com violência ao seu gênero ao ser internada na ala masculina do Hospital de Restauração (HR), e mesmo assim a grande mídia se calou sobre o ocorrido, necessitando que a pressão popular provocasse os meios de comunicação por uma mínima visibilidade ao caso. Da mesma maneira, o prefeito de Recife só veio a se pronunciar tardiamente e apenas devido as pressões nas redes sociais (JORNAL EXTRA, 2021).

Percebe-se que existe uma clara organização de interesses ideológicos em deixar os dados alarmantes sobre violência contra pessoas trans a margem dos noticiários, sem grandes divulgações, objetivando não trazer à tona uma realidade que escancare a cultura de genocídio aparada, assim como descreve Rodrigues (2020) 'pelos constantes linchamentos que vem sendo perpetrados'.

Ressalta-se que em 2021, no boletim mais recente divulgado pela ANTRA, foram assassinadas 80 pessoas trans, apenas no primeiro semestre do ano. Além, também, das mortes causadas por suicídios advindos da perseguição e cyberbullying, das tentativas de homicídio e das violações de forma geral que compõe um quadro preocupante na realidade das pessoas trans, ainda pouco difundida nos meios de comunicação como um todo, que reafirmam uma agenda cisgênera excludente da qual apenas organizações civis, como a ANTRA, inserem um outro olhar a narrativa, que no máximo será apenas replicada pelos grandes portais de notícias, mas jamais objeto de informação construída por eles (ANTRA, 2021).

Decerto que, as redes sociais são as maiores aliadas no tecer de apoio construído entre pessoas trans, de tal maneira muitos(as) que já tiveram acesso aos direitos usam de sua experiência e conhecimento para informar quem ainda está no processo de autorreconhecimento de sua identidade e não sabe quais meios e espaços deve procurar para garantir a efetividade de seus direitos, quais os ambulatórios que fazem atendimentos direcionados, entre outras questões básicas que deveriam ser amplamente divulgadas. Aqueles(as) que tem acesso a um computador, celular e a internet, tendem a pesquisar de

forma mais autônoma e encontram uma gama de informações articuladas em publicações, artigos, vídeos, blogs e sites diversos.

Todavia, as diferentes condições de acesso apresentam-se como um fator decisivo para o uso dos meios eletrônicos que alcancem o mundo virtual, denunciando a existência de um considerável déficit na realidade de quem não tem esses aparatos para procurar a informação, dessa forma, acabando por depender das ações de grupos de apoio e dos Centros LGBTQIA+ que, porventura, tenham em sua cidade, em caso da total ausência de políticas públicas.

O papel do Centro LGBT Luciano Bezerra é fundamental na propagação dessas informações, que são feitas através de campanhas, cartilhas, eventos e mutirões, direcionadas as pessoas em maior estado de vulnerabilidade, das quais ainda estão à mercê da boa vontade dos entes públicos em investir nessas atividades, entre outras garantias a exemplo das descritas no quadro a seguir, que propiciem mínima dignidade.

Esse cenário revela, segundo a ANTRA (2021), a necessidade e urgência em investir no trabalho de quem, com as mínimas condições de atuação, dedica-se a transformar o contexto de angústias, inseguranças e dúvidas da população trans, em uma realidade de conhecimentos estruturados, difundidos e fortalecidos pelo poder transformador da informação.

Quadro 7: O que, em sua opinião, poderia melhorar por parte da sociedade e dos poderes públicos para que mais pessoas trans exerçam esses e outros direitos?

“Eu acho que capacitação, o conhecimento no geral, porque eu percebo algumas pessoas tem o preconceito mesmo de não querer aceitar, mas outras que eu vejo que é a questão de não saber mesmo, de não ter essa informação. Eu acho que a qualificação dessas pessoas ajudaria a gente um pouco, em órgãos públicos. Essa questão de ir em busca, de saber o que é, de conhecer, de estudarem e saberem dos nossos direitos. Que hoje você chega em algum órgão público, e as vezes não é nem por preconceito da pessoa, mas realmente porque a pessoa não sabe. Se chegar ali no Trauma, se chegar na UPA, quando você fala do nome social muitas vezes você é repreendido. As vezes não é nem preconceito da pessoa que tá ali exercendo a função dela, é realmente a questão de não entender, porque também não tem divulgação, aí essas pessoas elas não têm uma capacitação, as vezes nem sabem o que é uma pessoa trans. Pra muitos uma pessoa trans é uma pessoa que é mulher e quer virar homem ou um homem que

quer virar mulher, porque é isso que as pessoas pensam. Então eu acho que realmente falta essa informação num geral mesmo, de entender e mostrar os nossos direitos. Pensar em uma política que eduque e informe a sociedade. Porque por mais que a pessoa no individual dela, ela não aceite, mas precisa dessa formação, mesmo ela não aceitando, ela precisa sim saber que existem políticas públicas, que existem direitos e tudo mais para as pessoas trans”. (Bob)

“Conscientização, respeito porque não há respeito, as pessoas entenderem que religião é uma coisa e política é outra, não misturarem, porque o discurso que a gente vem enfrentando nos últimos 3 ou 4 anos é um discurso muito conservador, muito sexista, muito transfóbico, um discurso de ódio e intolerância muito grande, as pessoas não sabem nem o que é estado laico, porque se soubessem jamais fariam o que fazem. Então eu não votei em político pra ir à tribuna e falar da religião e do Deus dele, eu não votei pra isso, tenha a sua filiação religiosa, tenha as suas crenças, mas deixe isso no particular, não levar pra um local onde nós é que pagamos aquilo ali, quem paga os salários dos servidores públicos e dos parlamentares de uma maneira geral somos nós, eles tem que trabalhar em prol da população e não contra a população. Porque o que acontece aí é um jogo de poder e quem tá em cima lógico que vai ter a superioridade de mandar e desmandar em quem tá em baixo, fica naquele joguete político, religioso e ideológico, e quem mais fala em ideologia é quem mais defende ideologia. [...] É até nojento você ouvir um discurso desse, é tão inconstitucional, tão brutal, tão violento, é um misto de sentimentos que dá na gente, como é que você vota em alguém que tá ali pra representar o povo e esse povo que ele representa é uma minoria, por que eles representam quem? Uma minoria da minoria, porque se a gente for considerar o conceito de minoria na nossa população, ela é minoritária ao não acesso de políticas públicas, se você juntar todas as minorias ela vai dar uma maioria, então somos minorias a partir de que ponto? Nós somos minoria nessa questão de acesso. Mas em questão de existir, em questão de política, em questão de reivindicação, nós somos maioria. Quando você junta todas as minorias torna-se uma maioria, porque praticamente acabam sendo todas as demandas que uma população em relação a outra acaba colocando e que não é resolvida”. (Clara)

“A sociedade deveria ter uma mente mais aberta, e ver que existe igualdade e equidade. E ver a transexual não como uma marginal, não como uma pessoa que tem que tá tipo fazendo programa, porque nós somos vistas como os corpos que tem que ser usados principalmente pelos homens, a sociedade acha que nós não podemos ocupar cargos públicos porque acham que não temos competência, mas nós temos sim competência. O que precisa aprimorar mais é abrir vagas, a empregabilidade, empresas privadas dar oportunidade para que essas trans tentem avançar, porque hoje nós já temos trans fazendo doutorado, com graduação, advogada, só que a sociedade fecha muito os espaços delas”. (Claudia Raia)

“Eu acho a atualização dos próprios profissionais em si é algo que deveria ser mais cobrado, não só com relação ao nome social, porque no Brasil não existe muito essa cultura, do que eu chamo de reciclagem, que é você tá se atualizando com as novidades, com a diversidade, de ter essa abertura. Você percebe muito psicólogos que tem muito entrave de usar aquele método tradicional, daquelas pessoas que acabam sendo antiéticas também, envolvendo religião com profissão. Então esse entrave do conservador acaba afetando muito, por isso essa busca de você ter esses conhecimentos novos é algo muito importante a ser cobrado de todos os profissionais, porque você sente que a partir do momento que essas pessoas não têm o conhecimento e não tem essa atualização, acabam tendo esses preconceitos reproduzidos, acabam se assustando sem saber como agir, batendo o pé de que aquela informação está incorreta. A falta do conhecimento leva a ignorância, a esses estranhamentos, aos discursos de ódio e tudo mais, então é muito necessário que sejam vinculadas mais informações sobre a comunidade LGBT, sobre todo esse acesso que a gente possui que não temos muita ciência, então a mídia é muito importante nesse sentido. [...] Que os profissionais tenham essas informações atualizadas para que não continuem reproduzindo preconceitos e diminuam cada vez mais esses constrangimentos que nós passamos por muitas vezes não termos o nosso nome social respeitado, para que a pessoas entendam que é algo natural e conseguir vivermos todos unidos, melhor, sem esse preconceito todo, esse preconceito atrasa muito, ele mata muito, ele destrói você de uma forma terrível por dentro. Muitos homens trans não vão ao ginecologista, muitos nunca foram por constrangimento mesmo, então ele afeta em tantos meios da nossa vida que eu acho que a solução é basicamente o conhecimento, as pessoas conhecerem e descobrirem que é natural e normal”. (Edgar)

“Acho que o respeito mesmo e a informação. Se tivessem mais diálogos e informações para todas as pessoas, não só as pessoas trans obviamente, teríamos mais oportunidades e quem sabe mais direitos. Deveriam pensar na educação já do início, porém a gente vê como nossa sociedade é bem conservadora, então é bem complicado as pessoas mudarem a forma de ensinar nas escolas e tudo mais”. (Harry)

“Informação! Se você parar pra observar alguns discursos você acaba percebendo que algumas coisas são por falta de informação ou informação errada que a pessoa tirou sei lá de onde, ou foi propagada por muito tempo. E eu acho que com a informação muitas coisas poderiam melhorar bastante, porque tem gente que não entende o que é uma pessoa trans ou cis, e aí com a informação a pessoa poderia até ajudar no processo de aceitação. Tem gente que luta contra alguns direitos da comunidade LGBTQ, não só da comunidade trans, como em um geral, as vezes por preconceito, mas por ignorância também, tem aquele kit gay da campanha de Bolsonaro, aquilo ali é uma desinformação que tomou uma proporção terrível. Eu parei pra dar

uma olhada na cartela e não tinha nada demais, era uma informação básica, que tipo assim se uma pessoa parasse pra ler em 5 minutos ela entenderia, mas já tomou uma proporção muito grande e negativa, com uma informação super equivocada do que era a cartela. Então assim eu acho que se as pessoas tivessem mais informações sobre, poderia melhorar bastante em vários quesitos.” (Inacio)

“A questão de saúde, porque eu vejo tanta trans que hoje em dia não tem dinheiro pra comprar hormônio, não tem dinheiro pra quase nada pra ficar mais feminina, eu acho que o governo devia liberar pras trans hormônio de graça. Também dar mais oportunidade de emprego, ter mais respeito, parar de olhar torto para as pessoas porque eu não vejo ninguém melhor do que ninguém, parar de criticar, se pôr no lugar do próximo, quando eu for fazer alguma coisa com alguém eu tenho que me pôr no lugar dela pra saber se eu ia gostar se ela fizesse isso comigo. Eu acho que devia botar uma lei pra quem ficasse mangando de trans, ficasse com gracinha essas coisas assim, hoje já tem processo, mas que piorasse mais, porque as pessoas parecem que não tem vergonha na cara e faz mesmo na cara de pau”. (Isis)

Eu acho que eles deveriam treinar melhor principalmente os servidores públicos, porque hoje em dia muitas dessas pessoas que tão em atendimento ao público elas não tem conhecimento, então não tem uma política de você chegar e explicar, por exemplo, a gente faz o tratamento no hospital em João Pessoa e quando cheguei lá pra procurar dentro do hospital já tem duas problematizações. Porque o hospital que faz o tratamento é o centro referencial no tratamento de HIV, então já fica uma imagem muito negativa de quando você chega lá, já tem um preconceito por você ser fora do padrão e as pessoas acharem que você tá doente ou alguma coisa assim do tipo. As próprias pessoas do hospital onde tem o centro de atendimento e acabam cruzando com as pessoas trans nos corredores diariamente, elas não têm esse preparo, falta esse olhar pra questão do treinamento de você chegar e simplesmente perguntar como você quer ser tratado e por qual nome eu te chamo. [...] E não tem uma política de punição pra isso, de falar que têm que tratar as pessoas no nome social porque existe uma lei, eles não explicam que isso é um direito nosso que somos assegurados judicialmente, eles simplesmente deixam isso acontecer e se a pessoa tiver um olhar mais bondoso ela vai ter esse cuidado, se não ela vai se agarrar ao seu nome civil, ao que tá escrito ali e vai ser fiel aquilo. [...] A partir do momento que a sociedade vê que você é uma pessoa que estuda, que trabalha, que consegue ter um relacionamento estável, que faz o uso da medicação corretamente, que mostra que a cirurgia vem como uma questão de saúde, então quando você mostra que não é um universo fantasioso, um bicho de sete cabeças, mostra que a realidade é totalmente diferente, isso faz com que as pessoas aceitem mais. A mídia quando vai tratar sobre trans, como por exemplo nessa última novela que eles trataram o personagem do Ivan como uma pessoa desequilibrada, uma potencial

suicida, uma pessoa que não se aceita, que faz o uso das substâncias de forma errada, eles não mostram a nossa realidade que é entrar em uma fila e esperar seis meses pra dar entrada, fazer acompanhamento com psicólogo, com o psiquiatra, com o endocrinologista, fazer exames a cada três meses, ver essas questões das taxas, entrar em uma fila de retificação e esperar um mês ou mais, fazer todas as mudanças de documentação, entrar em uma fila de espera no SUS e conseguir fazer uma cirurgia de forma segura para poder se adequar e diminuir a sua disforia, e conseqüentemente diminuir a sua ansiedade, depressão e pensamentos suicidas. Então assim, todas as decisões que a gente toma a partir do momento de transição não são um mero capricho, é uma questão de saúde mental, é pela busca da sua melhoria de você se encaixar, você conseguir se olhar no espelho e se encontrar como uma pessoa, o que as pessoas tem a vida toda a gente não tem, por exemplo a gente não consegue ficar na frente de um espelho e ficar se olhando, de se encarar, isso é motivo de crise, de choro, de desconforto, e é uma situação muito corriqueira que as pessoas cisgêneras podem ter no seu dia a dia, e a gente tá incomodado o tempo todo se a roupa tá marcando, em um calor enorme e a gente com uma faixa e uma camisa preta pra disfarçar, então as pessoas não tem esse olhar de ver o que a gente passa. Falta mais isso, comunicação e a real situação de explicar, de mostrar, de ver que existem formas saudáveis de se fazer e que as pessoas que fazem isso de forma não saudável são principalmente aquelas que não conseguem ter acesso e não tem oportunidades”. (Lucas)

“Acho que uma sensibilidade maior a causa. Nesse momento os poderes públicos estão complicando, é tanto que a gente fica com medo de perder os poucos direitos que a gente conquista, as vezes sai uma noticiuzinha assim, as vezes é até fake news, mas que deixa todo mundo apavorado. [...] Melhorar as informações, pelo menos na minha realidade eu nunca sofri uma transfobia muito direta, foram casos muito pontuais, um médico um dia, um babaca outro dia, mas tipo a maioria das pessoas que eu encontro elas nem sabem o que é, quando eu tenho um problema com alguém geralmente a pessoa não tem informação de nada, aí eu vou explicar, eu vou ter paciência e as vezes a pessoa não tá nem tendo má vontade de respeitar o nome, de respeitar a sua identidade, mas ela não sabe o que é, então o que falta é informação. Eu acho que o mais pesado tanto você ser trans, como ser LGBT no geral, é tipo em ambientes como a escola. Na faculdade são todos adultos, eu vejo as coisas de uma forma diferente, mas outras pessoas que eu conheço que ainda estão no ensino médio, que ainda estão na escola, é muito mais difícil pra elas e mais agora que você sequer pode falar nas escolas municipais sobre a questão trans, sobre ser LGBT, e se você não educa as crianças fica mais difícil de conviver em uma sociedade assim em que fingem que você não existe”. (Matheus)

“Se a gente tá falando na efetivação, já que o nome social é uma política ainda, além da retificação, então efetivar a respeitabilidade do nome social, chegando a punir mesmo, como

por exemplo, aqui na Paraíba funciona. Porque quando a gente fala no tratamento digno para as pessoas trans, a gente fala em acesso, em dar a voz. Então, por exemplo, se a pessoa trans precisa do acesso a saúde, que é uma demanda muito premente nas nossas vivências, mas se eu não você ser respeitada em um hospital, numa unidade básica de saúde, no CTA, eu não vou pra lá, então como é que eu vou garantir saúde se eu não garanto o respeito a identidade dessa pessoa? Como eu vou garantir educação, se na escola eu vou sofrer bullying, sofrer assédio moral, sofrer assédio institucional? Então primeiro é efetivar o que já tem, a política do nome social e das pessoas retificadas. As questões de saúde principalmente em relação ao processo transexualizador, a hormonoterapia, porque existe o ambulatório, mas ele não dispensa as medicações, as pessoas têm que comprar por fora. E se comprar por fora alguém vai dizer que uma injeção não tá mais fazendo efeito e ela vai tomar quinze injeções daquela, sendo que no máximo ela poderia tomar uma no mês buscando esse ideal, no caso de uma mulher trans ou travesti, da feminilidade e no do homem trans uma masculinidade. Também sobre a segurança buscando efetivar a proteção dessas pessoas, no sentido de que a nossa expectativa de vida ainda é de 35 anos, então o direito de existir ele está atrelado a esses eixos básicos. A empregabilidade que também é uma forma de eu conseguir acessar certos aspectos de ter uma qualidade de vida e não me sujeitar a certas formas de vida precária. Então tendo inserção no mercado de trabalho, que pode acontecer através do incentivo fiscal pra empresas criarem vagas para pessoas trans, isso pode acontecer de diversas formas, mas que precisa ser nesse olhar. Também formações, oficinas, atividades que realmente possam sensibilizar a população em geral sobre a realidade vivida pela população trans, no sentido de despertar empatia e tentar provocar através disso uma maior respeitabilidade mesmo nos espaços”. (Pepita)

Concluindo as entrevistas, a última questão abarca um universo de reivindicações basilares, cuja incorporação cotidiana, paralela ao respeito e a aceitação por parte da sociedade para com as pessoas transexuais, possibilitaria a formalização de um ideal social que prezasse pela igualdade e ao exercício de direitos daqueles que são em tese cidadãos, entretanto, na prática tem sua cidadania negada, tanto no espaço público, quanto no privado.

Destarte, as opiniões acerca das melhorias que poderiam ser concretizadas, por parte dos poderes públicos e da sociedade, convergem para as problemáticas já levantadas anteriormente, traduzidas em pontos sensíveis que aparelham as necessidades mínimas para a condição de vida digna. O aspecto mais registrado nas falas está relacionado a informação mediadora de conhecimentos, sendo um instrumento de educação ao difundir

as experiências trans, de forma que ela seja não só entendida, como naturalizada pelas pessoas cisgêneras.

Os relatos reafirmam os constrangimentos sofridos em instituições públicas e privadas, muitas vezes, pela falta de conhecimento das pessoas que estão trabalhando naquele determinado espaço. Além da inexistência de capacitações internas, provavelmente porque não há interesse na promoção da conscientização das pessoas, visto que a lógica que rege tais instituições é puramente capitalista, quando não ideológica, o que se traduz em impunidade, nos casos das violências, ou simplesmente na indiferença à questão, assim, não apenas se perpetua, mas se amplia os tratamentos discriminatórios e excludentes.

O ponto chave que a questão destaca gira em torno do educar social, pois através dele viria maiores possibilidades em efetivar, por intermédio dos poderes públicos, os direitos até aqui estabelecidos, permitindo o tratamento igualitário independente da identidade de gênero, ultrapassando a ideia forçada de apenas se adequar ou tolerar, mas sim oferecendo suporte coletivo para a expansão desses direitos. Considerando que essa comunicação entre as diferentes identidades, permitiria maior integração das pessoas trans em qualquer ambiente (MISKOLCI, 2012).

A educação institucional pela diferença, fomentada nas escolas e universidades, também atua conjuntamente no eixo de melhoria no acesso e permanência para pessoas trans, tendo em vista que a experiência de autorreconhecimento da identidade tende a ser um momento de muita violência e exclusão para uma criança ou adolescente que não se sentirá, em regra, acolhido no ambiente escolar.

Referente a essa discussão, Miskolci (2012) parte da premissa de repensar a educação, desde a sua forma até o que se pretende através do ato de educar, como seria possível atuar de forma dialógica entre educandos, considerando as experiências que até então estão esquecidas. O autor emerge com a ideia de rompimento a linearidade e simetria do ensino, representado pelo currículo escolar e as relações organizacionais da escola no topo da reprodução de discriminações.

Deixando de lado os modelos preestabelecidos e seguindo com uma educação que desconstrua a narrativa histórica de violências e desigualdades vividas pelo tido como abjeto. Fazendo, assim, com que a escola seja a base de uma nova sociedade que partilhe pelos interesses da coletividade em sua totalidade, não a coletividade forjada que ainda é

vivenciada pelos classificados como ‘sujeitos de direitos’ e os que estão à “margem dos direitos”.

A esse respeito, Berenice Bento (2006) discorre sobre o sistema de educação e a perpetuação da farsa de uma neutralidade acadêmica-científica em sala de aula, que valida a engenharia dos corpos, dos enquadramentos dos sujeitos e necessita ser urgentemente superada. Para tanto, o educador tem papel fundamental em enxergar além da sala de aula, entendendo processo educativo de maneira não simplista, percebendo que a reprodução social dos padrões de violência e a educação são partes de um mesmo projeto biopolítico.

Assim, quando o educador rompe com o ensino conteudista, com uma metodologia superficial de ensino em que o aluno se enxergará bem-sucedido e validado apenas a partir de uma nota, ele opera não somente para o refletir, questionar e pensar crítico sobre o que é visto em sala de aula, mas molda um novo sujeito que terá consciência sobre a importância em agir coletivamente.

Portanto, os discursos dos entrevistados revelam a urgente necessidade de uma educação escolar que dialogue com a realidade das famílias de cada estudante, considerando todas as particularidades que as diversas experiências identitárias possam trazer, visto que em muitos casos os abusos e violências se iniciam dentro das próprias casas e precisam ser banidos em todas as suas formas. E mesmo para aqueles que tem uma rede de apoio familiar, a importância do enxergar como essa família poderá superar a norma social e não mais preferir consonante a escola “uma criança problema do que um erro de gênero” (MISKOLCI, 2012).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Decerto que, do processo de projeção da pesquisa, com os aspectos idealizados para o seu conteúdo, até a finalização da Dissertação, transcorreu-se uma árdua jornada contornada por constantes superações pessoais, das quais muitas vezes motivadas por indisposições alheias à vontade do pesquisador e que se fizeram irrefreáveis, como é o caso da ainda vigente Pandemia da COVID-19, resultando assim, em dificuldades que necessitavam serem contornadas. Lidar com as inseguranças que macularam consideravelmente as condições de realização material e psicológica da pesquisa,

potencializou os estados de ansiedade, medo e desmotivação no processo acadêmico de produção.

Entretanto, era preciso reverter esse quadro de estagnação e improdutividade, devido à necessidade em apresentar resultados referentes a pesquisa de campo da temática trabalhada, a partir do comprometimento, acima de tudo, com os sujeitos da pesquisa, que precisam ter suas vozes ecoadas por aqueles que alcançam o privilégio de ingressar em um Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, e tem a responsabilidade social de gerar ações concretas que beneficiem quem se dispôs a contribuir com seu discurso de experiência de vida.

Consideram-se bem-sucedidos os pontos que nortearam a construção do estudo, desde sua idealização, em termos de como estava rascunhada a discussão teórica, assim como os autores, livros e dados pretensos ao desenvolvimento, também pela forma como a pesquisa de campo se concretizou, mesmo com as necessárias adaptações, contemplando integralmente os objetivos que foram elencados previamente, entre outras questões estruturais que desde 2019 vinham sendo planejadas e, felizmente, puderam ser alcançadas.

Em sinal de completude metodológica, foram revisitados os questionamentos dorsais da pesquisa, estabelecidos na identidade do tema e que, finalmente encontram uma resposta a partir dos significados atribuídos pelos(as) entrevistados(as), em consonância com o aparato bibliográfico apresentado.

Destarte, referente ao ideal de supressão das violências sofridas por pessoas transexuais, garantido pelo acesso ao nome social e a retificação documental, o cenário demonstra-se, justificadamente, pessimista. Os recortes de gênero, classe social e econômica, aceitação e respeito familiar, entre outros, são eixos reveladores de opiniões mistas dentro das vivências captadas. Considerando o grupo, a negativa sobre atenuação das violências apresenta-se predominante nas falas, tendo em visto que as pessoas trans seguem sendo expostas as mais diversas formas de ódio, um fator que não permite atribuir sequer razoáveis melhorias de vidas, por mais que existam mínimos direitos conquistados nos últimos anos.

Tal análise já determina as respostas das demais questões norteadoras da pesquisa, tendo em vista que a perpetuação, naturalização e a negação das identidades diferentes, por parte da sociedade, insere as pessoas transexuais em estado de ausência de equidade em prerrogativas legais e cidadania. Como também, indicam que a normativa por si não

transforma a realidade, ponderando a existência muito mais do que a ausência de aparato jurídico, mas, principalmente, a falta de interesse político, e das grandes elites detentoras do poder que se intitulam “cidadãos de bem”, em excluir a vida trans da coletividade, apagando-a, seja pela ausência de informações que eduquem e rompam com a ignorância humana, ou pela falta de acesso e permanência nos espaços públicos, também da inobservância na aplicação dos direitos e de não mudar os paradigmas culturais que perpetuam os estigmas identitários e impedem mínimas condições de vida para aqueles em abjeção.

Pensar nas principais diretrizes que contornam a subsistência humana, é entender a importância de garantir e preservar aspectos mínimos para que toda pessoa esteja em paridade no acesso aos direitos fundamentais. Entretanto, se para pessoas cisgêneras observam-se problemáticas existenciais e inadmissíveis, como por exemplo o cenário de miséria, desigualdades, insegurança alimentar que afeta mais de 660 milhões de pessoas pelo mundo, potencializado pelo contexto pandêmico, segundo os dados da UNICEF (2021), a precariedade na saúde, moradia, colocando o cidadão, especificamente o brasileiro, em espaços de marginalidade, podemos, assim, conceber que a realidade de alguém que tem de lidar todos esses entraves e ainda com a discriminação e exclusão, seja esmagadoramente mais perversa.

Dessa forma, as pessoas transexuais, estão em um *locus* de invisibilidade completo, de vulnerabilidade máxima, lidando além das questões universais, também com a falta de preparo nos atendimentos oportunos a elas, com a desinformação pela falta de educação quanto as identidades diversas ou por puro fomento discriminatório, com a falta de acesso à educação básica e empregabilidade dada paralelamente a ausência de tratamento digno, sem violências institucionalizadas e destrutivas. Ademais, as poucas políticas vinculadas, que não incluem apoio total ao processo de transição, sem pensar na importância da gratuidade, tanto nas questões documentais, quanto no fornecimento de medicações, tratamentos e exames de saúde, que exigem um custo além da realidade financeira da maioria das pessoa trans.

Consonante a isso, há necessidade de garantir a integridade física, emocional e social, com punições rígidas aos violentadores, para que o genocídio transfeminicida tenha um ponto final, em que, por simplesmente existirem em sociedade, coloca-as em risco de passarem por situações vexatórias, ofensas, absorverem toda a violência de uma sociedade doente e inserida no desejo punitivo para com os mais vulneráveis, chegando

até mesmo a apagá-los sem nenhum sentimento de culpa ou pesar, considerando que a impunidade é um caminho quase certo e o desumanizar do corpo transexual precede os genes da cultura do ódio.

Compreendendo que, a partir da atuação dos poderes públicos, enquanto entes protetores e fiscalizadores da experiência em sociedade, estes venham a trabalhar para o cumprimento das demandas que dignificam a pessoa trans em detrimento ao que se visualizasse por aqueles que não precisaram, no tempo em que são sujeitos cisgêneros, reivindicar espaços identitários e sobreviver a reiterados massacres que expurguem sua existência.

Medidas essas que, por consequência, colocariam as pessoas trans em estado de equidade, na aplicação dos direitos fundamentais taxativos segundo a Constituição Federal, dos direitos civis que legitimam a identidade autodeclarada, da proteção a dignidade da pessoa humana como princípio universal, para que o abismo, até então vigente, seja dissipado e o que se faz corriqueiro no dia a dia de pessoas cisgêneras, seja atributo comungado por todos(as) que clamam para que suas vozes sejam ouvidas e não mais banidas.

Cabe aqui, uma autocrítica enquanto pesquisador, em não atentar, inicialmente, a alguns aspectos sensíveis da pesquisa. Como, por exemplo, a formulação das questões que, ao serem aplicadas no instrumento de coleta de dados, soaram algumas vezes redundantes e ligeiramente superficiais, frente ao universo de demandas e narrativas que a experiência de uma pessoa transexual carrega. Fato esse que poderia ter vislumbrado uma gama de possibilidades a serem discutidas além da normativa, o que certamente, enriqueceria ainda mais a temática trabalhada.

Imerso em tal dilema, ponderou-se considerar a análise dos dados, da forma mais completa possível, atentando-se a preciosidade e sensibilidade dos detalhes descritos nas falas dos sujeitos da pesquisa, passando-se, portanto, para um olhar menos “técnico”, buscando-se afastar do lado “operador do Direito”, algo que com toda certeza, após essa experiência única, guiará na realização de futuras pesquisas.

Finalizando tais reflexões, é possível reafirmar o quão revolucionário foi todo esse processo dissertativo. Em vários momentos da minha vida busquei reconhecer os espaços de privilégio que ocupo, enquanto homem, cisgênero, em um contexto social favorável que me permitiu chegar até aqui. Por mais que surjam dificuldades na minha trajetória,

eu jamais terei como dimensionar a constante batalha pela sobrevivência que é ser transexual na nossa sociedade sexista, transfeminicida e arraigada de ódio.

Seguramente, os achados da pesquisa de campo possibilitaram enxergarmos que a realidade de violações cotidianas relativas as pessoas transexuais moradoras de Campina Grande – PB, está contornada por aspectos estruturais de uma sociedade segregadora que marginaliza o Outro tido como diferente, recusando-se a romper com a histórica e retrógrada cultura de banimento das identidades não cisnormativas.

Tais violações se revelam nas negativas que foram relatadas quanto ao acesso à direitos basilares para dignificar a identidade das pessoas trans, exemplificados nos que foram pautados neste estudo, também a partir da ausência de um processo transexualizador de qualidade que preze pelo bem-estar daqueles que o reivindicam, além do percebido na baixa inserção social nos espaços coletivos que seguem perpetuando, expressivos e incongruentes, discursos de desumanização àquele que rompe com a normatividade.

O que espero, até aqui, é de ter usado do meu espaço acadêmico privilegiado, da minha voz, que infelizmente é muito mais sonora ao mundo, para somar a outros aliados das pessoas trans em levar suas reivindicações da sala de aula até os espaços de diálogo na sociedade, repercutindo suas dores, seus clamores, jamais falando por estas pessoas ou as usando como objetos de pesquisa.

Aqui, ao final desse Mestrado, estabeleço o meu compromisso de toda uma vida, em ser um profissional que lute pela transformação social através da educação e acima de tudo como um aliado das pessoas trans, sirva humildemente como degrau da tão sonhada escadaria que trilhamos pelo fim da transfobia.

Encerro registrando aqui um desabafo, sobre a minha indignação com o momento de sucateamento e desmonte geral que a educação vem sofrendo no presente contexto. Enquanto aluno bolsista que fui durante determinado período do mestrado, enxergo mais do que nunca a importância em lutar por um sistema que sofre constantes ataques políticos, dos quais os fazem sobreviver com dificuldades e as custas de baixos investimentos.

Desejo que em um futuro breve as Universidades Públicas voltem a ter consideráveis investimentos, pensando aqui especialmente naqueles(as) que possuem menos oportunidades de acesso a educação, como é o percebido na experiência das pessoas transexuais.

## REFERÊNCIAS

- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019**. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Boletim nº 03/2020 assassinatos contra travestis e transexuais em 2020**. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.
- \_\_\_\_\_. **Alteração Registro Civil**. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/alteracao-registro-civil/>. Acesso em: 15 nov.2019
- \_\_\_\_\_. **Projeto eu existo**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/11/cartilha-alteracao-nome-e-genero2.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2019.
- ALBUQUERQUE, Durval Muniz Júnior. **Nordestino: uma invenção do falo**; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Editora Catavento, 2003.
- ALVES, José Augusto Lindgren. **Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª reimpressão. da 1ª edição de 2011. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELTRÃO, Sílvio Romero. **Direitos da personalidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BENEVIDES, Bruna. **Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos)**. Híbrida. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>. Acesso em: 04 set. 2020
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O que é transexualidade**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. 26. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dezembro 1948. UNICEF. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 19 nov. 2017.

BRASIL, UFPA. **CAMPANHA da ONU faz apelo pelos direitos da população trans brasileira**. 2017. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/noticias/ultimas/1461-campanha-da-onu-faz-apelo-pelos-direitos-da-populacao-trans-brasileira>. Acesso em: 19 nov. 2017.

BROICH, John. **Os nazistas e a destruição do primeiro movimento dos direitos LGBT**. Huffpostbrasil. 07 agosto 2017. LGBT. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/07/os-nazistas-e-a-destruicao-do-primeiro-movimento-dos-direitos-doa23068946/>. Acesso em: 10 set. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAMARGO, Eduardo Aidê Bueno de; RODRIGUES, João Mendes; SILVA, Anderson Santos da. **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Salvador: Juspodivm, 2018.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método**. In CARDOSO, Ruth Correa Leite (Org). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 95-106.

CARVALHO, Luiz Felipe Lago de. **Da velha eugenia ao ideal trans-humanista: problemas do melhoramento humano**. Brasília: UnB, 2019.

CÁSSIA, Sávia. **Na Paraíba, novo Centro de enfrentamento a LGBTfobia homenageia militante**. Brasil de Fato. 20 de agosto 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/20/novo-centro-de-enfrentamento-a-lgbtfobia-homenageia-militante>. Acesso em: 22 ago. 2021

CASTRO, Gabriel de Arruda. **Com Pandemia, cirurgias de mudança de sexo caem quase 60%**. Gazeta do Povo. 23 de fevereiro 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-pandemia-cirurgias-de-mudanca-de-sexo-caem-quase-60/>. Acesso em: 22 ago. 2021

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

EDITORS. **Nuremberg Trials**. History. 29 janeiro 2010. Disponível em: <https://www.history.com/topics/world-war-ii/nuremberg-trials>. Acesso em: 30 out. 2018.

ESPAÇO LGBT LUCIANO VIEIRA. **Centro Estadual de Referência dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais (LGBT) e Enfrentamento à Lgbtfobia da Paraíba** – Espaço LGBT Luciano Bezerra Vieira em Campina Grande\PB. 2021. Acesso em: 10 de jul. 2021.

FIGUEIREDO, Ivanilda; QUINTANA, Carol. **Da perseguição às pessoas LGBTIS nos regimes fascistas europeus no Século XX à atual ameaça bolsonarista à vida e existência de brasileiras e brasileiros**. Esquerda Online. 28 de agosto 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/28/da-perseguiacao-as-pessoas-lgbtis-nos-regimes-fascistas-europeus-no-seculo-xx-a-atual-ameaca-bolsonarista-a-vida-e-existencia-de-brasileiras-e-brasileiros-nazismo/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

\_\_\_\_\_. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **A produção cultural do corpo**. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. p. 30-47.

GOÉS, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. Marília, UNESP, 2015.

GONÇALVES, Antônio Baptista. **STF e a criminalização da homofobia**. Migalhas. 3 de fevereiro 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/319644/stf-e-a-criminalizacao-da-homofobia>. Acesso em: 20. ago. 2020.

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos**. Curso Complementar. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio, 2016.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 103-133.

JOHAN. **Magnus Hirschfeld**: o médico gay alemão que defendeu a comunidade LGBT durante o nazismo. Rev. Lado A. 18 de Maio 2018. Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2018/05/cultura/magnus-hirschfeld-o-medico-gay-alemao-que-de-fendeu-comunidade-lgbt-durante-o-nazismo/>. Acesso em: 10 set. 2018.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. 8. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2015.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Unicamp, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012.

MONTEIRO, Anielle Oliveira. **Corpos trans-tornados: um estudo sobre a(s) transexualidade(s) e o Projeto de Lei 5002/2013 (Lei João W. Nery)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

OLIVEIRA, Samuel Antônio Merbach de. **Noberto Bobbio**: teoria política e direitos humanos. Revista Filos, São Paulo, v. 19, n. 25, p. 361-372, 2007.

ONU BR. **VIOLÊNCIA contra pessoas trans é extremamente alta nas Américas**. 15 abril 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-pessoas-trans-e-extremamente-alta-nas-americas-apontam-onu-e-parceiros/>. Acesso em: 19 nov. 2017.

O POVO ONLINE. **Morte de Dandara**: Foram pelo menos três sessões de tortura. 19 março 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/03/morte-de-dandara-foram-pelo-menos-tres-sessoes-de-tortura.html>. Acesso em: 19 nov. 2017.

PB, SECOM. Governo do Estado inaugura Espaço LGBT de Campina Grande. **Paraíba Online**. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/2018/08/governo-do-estado-inaugura-espaco-lgbt-de-campina-grande/>. Acesso em: 05 maio. 2018.

PINI, Mariana. **Breves considerações sobre os conceitos de ethos e de persona poética na antiguidade clássica**. Número 7. São Paulo: Contra Corrente: revista de estudos literários e da cultura, p. 84-97, 2015.

PINTO, Tales dos Santos. **"República de Weimar e a ascensão do nazismo"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/republica-weimar-ascensao-nazismo.htm>. Acesso em 19 de agosto de 2021

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Nova Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHTER, André. STF autoriza transexual a alterar registro civil sem cirurgia de mudança de sexo. **Agência Brasil**. 01 março 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-03/stf-autoriza-transexual-alterar-registro-civil-sem-cirurgia-de>. Acesso em: 09 mar. 2018.

RODRIGUES, José Welhington Cavalcante. **“O que foi que esse menino fez, meu Deus?”**: reflexões sobre linchamentos na Região Metropolitana de Fortaleza (2010-2018). João Pessoa. UFPB - PPGDH, 2020.

SÁ, Giulianna. **A transexualidade e o direito a identidade e dignidade sexual**. Jusbrasil. Disponível em: <https://giulisa.jusbrasil.com.br/artigos/186912015/a-transexualidade-e-o-direito-a-identidade-e-dignidade-sexual/>. Acesso em: 19 nov. 2017.

SALIN, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 85.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Poderá o direito ser emancipatório?** Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, p. 3-76, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 73-102.

SPARGO, Tamsin. **Focault e a Teoria Queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 11.

STJ; RITCHER. **Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia.** Disponível em: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunicação/noticias/Notícias/Transexuais-têm-direito-à-alteração-do-registro-civil-sem-realização-de-cirurgia](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunicação/noticias/Notícias/Transexuais-têm-direito-à-alteração-do-registro-civil-sem-realização-de-cirurgia). Acesso em: 06 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Travestis e transexuais podem incluir nome social no CPF.** Consultor Jurídico. 20 julho 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-jul-20/travestis-transexuais-incluir-nome-social-cpf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

UNFE. **O Direito Internacional dos Direitos Humanos e a Orientação Sexual e Identidade de Gênero.** Un Free & Equal. Disponível em: [https://unfe.org/system/unfe-39-sm\\_direito\\_internacional.pdf](https://unfe.org/system/unfe-39-sm_direito_internacional.pdf). Acesso em: 29 out. 2018.

UNICEF. **Relatório da ONU:** ano pandêmico marcado por aumento da fome no mundo. 12 de julho 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo>. Acesso em: 20 agosto 2021.

VIEIRA, Teresa Rodrigues; PAIVA, Luiz Airton Saavedra de. **Identidade sexual e transexualidade.** 1. ed. São Paulo: Roca, 2009.

VILELA; LORRAINE. Cisgênero e Transgênero. **Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/cisgenero-transgenero.htm>. Acesso em: 20 fev.2020

ZALUAR, Alba. **Teoria e prática do trabalho de campo:** alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth Correa Leite (Org). **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 107-126.

### Apêndice A: Instrumento de coleta de dados (Roteiro de entrevista)

a) Idade:

b) Profissão:

c) Data e hora:

d) Duração:

e) Permitiu gravar a entrevista?

Sim Não

f) Foi utilizado algum meio remoto para a realização da entrevista?

Sim Não

f.1) Caso sim. Qual?

#### Procedimentos:

1. Apresentação do pesquisador
2. Explicação dos objetivos da pesquisa e da entrevista
3. Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE
4. Realização das perguntas
5. Conclusão e agradecimentos.

#### Observações:

Como está detalhado na metodologia proposta no projeto de pesquisa, a entrevista será realizada no **Centro Estadual dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia (Espaço LGBT – Luciano Bezerra Vieira)**, localizado no município de Campina Grande, Paraíba. **Os sujeitos entrevistados serão os/as transexuais atendidos pelo Espaço, que busquem a realização dos procedimentos de retificação e/ou de documentação do nome social.** Considerando isso, abaixo estão elencadas perguntas que serão feitas levando em consideração os objetivos da pesquisa. Também, devido à Pandemia da COVID-19 que atinge o país, o(a) voluntário(a) poderá optar pela realização da entrevista por meio remoto, caso aceite.

**Questões a serem respondidas pelo(a) voluntário(a) da pesquisa:**

1. De que forma você soube do direito ao uso do nome social e da retificação?
2. Qual a percepção que você tem acerca do uso do nome social e da retificação, em relação as suas expectativas e à realidade concretizada?
3. Como você vê a aceitabilidade e a respeitabilidade por parte da sociedade no uso do nome social?
4. Caso você já faça anteriormente o uso do nome social, antes do processo de retificação, como você percebeu a diferença na inserção social antes e depois do uso dele?
5. Que conquistas legais ainda precisam ser alcançadas para melhorar a qualidade de vida do/da trans?
6. Como você tem observado a divulgação de informações a respeito desses direitos para os/as transexuais que não sabem sobre a existência deles?
7. O que, em sua opinião, poderia melhorar por parte da sociedade e dos poderes públicos para que mais pessoas trans exerçam esses e outros direitos?

**Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANOS, LETRAS E ARTES - CCHLA  
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS,  
CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
RESOLUÇÕES CNS Nº 466/12 e 510/16**

**Dados de identificação:**

Título do projeto: **IDENTIDADES (TRANS)VIADAS: EXISTÊNCIAS BANIDAS PELO ETHOS E A LUTA CONTRA AS VIOLAÇÕES NATURALIZADAS**

Pesquisador responsável: **Matheus Rodrigues**

Orientadora da pesquisa: **Luziana Ramalho Ribeiro**

Nome do(a) participante:

Data de nascimento:

/ /

R.G.:

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa **IDENTIDADES (TRANS)VIADAS: EXISTÊNCIAS BANIDAS PELO ETHOS E A LUTA CONTRA AS VIOLAÇÕES NATURALIZADAS**, de responsabilidade do pesquisador Matheus Rodrigues. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Depois de ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você, e a outra, ao pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não sofrerá nenhuma penalidade.

**Declaro ter sido esclarecido(a) sobre os seguintes pontos:**

**1. Objetivos da pesquisa:** Analisar as repercussões do direito ao nome social e da retificação de nome e de gênero para o/a transexual sob a ótica dos Direitos Humanos, como mecanismos atenuadores dos processos discriminatórios; Compreender as distinções terminológicas sobre normatização do gênero, identidade e diferença, visando desconstruir estereótipos estabelecidos socialmente; Discorrer sobre o papel dos direitos humanos e dos meios protetivos direcionados a essa minoria no âmbito nacional, afetada pela violência; Investigar se os direitos constitucionais garantidos à pessoa transexual, referentes à incorporação de um nome social e o de uma nova certidão retificada, contribuem para a inclusão na sociedade; Constatar como se dão a aplicabilidade e a respeitabilidade do uso do nome social e da retificação de nome e de gênero, a partir de entrevistas realizadas com transexuais no Espaço LGBT – Luciano Bezerra Vieira. Para tal, é muito importante sua participação.

**2. Participação como voluntário(a) na pesquisa:** O local em que a entrevista será realizada é o Espaço LGBT – Luciano Bezerra Vieira, com prévio combinado sobre o horário e turno mais adequado para as partes, e consistirá em responder as questões propostas na entrevista, que envolvem unicamente o conteúdo descrito nos objetivos. Apenas o responsável pela pesquisa e o(a) voluntário(a) dialogarão sobre o conteúdo, sem interferências de terceiros. Para analisar as respostas coletadas na entrevista, será feita a sua gravação, a fim de posteriormente transcrevê-la, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

**3. Riscos da pesquisa:** Não haverá riscos e serão respeitadas todas as questões éticas, conforme as Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, sendo resguardada a identidade do participante e garantido livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, durante e depois da participação voluntária. Nenhuma despesa será gerada para o(a) voluntário(a), e seu pedido para deixar de participar poderá ser requisitado a qualquer momento, sem precisar justificar e sem qualquer tipo de prejuízo. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar pela participação voluntária.

**4. Contribuição:** Ao participar do trabalho proposto, o(a) voluntário(a) contribuirá para a construção da análise teórica e acadêmica sobre a importância do uso do nome social e/ou da retificação de nome e gênero na realidade do(a) transexual, beneficiando diretamente as discussões tecidas pela comunidade LGBTQIA+, que se traduzam em resultados concretos na sociedade.

5. Se tiver alguma dúvida, entre em contato com Matheus Rodrigues, pesquisador responsável, pelo telefone: (83)998920650, e-mail: matheusrod15@gmail.com e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba, localizado no Centro de Ciências da Saúde - 1º andar/Campus I/ Cidade Universitária, CEP: 58.051-900 - João Pessoa-PB, telefone: (83)32167791, e-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br, horário de funcionamento: 07:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00.

Eu, \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado(a) e concordo em participar, como voluntário(a), da pesquisa acima referida.

Campina Grande, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

Assinatura do(a) participante voluntário(a)

### **Apêndice C: Conhecendo um pouco mais sobre os sujeitos da pesquisa**

**Pseudônimo:** Bob

**Idade:** 27 anos

**Profissão:** Servidor Público

**Data da realização da entrevista:** 08/03/2021

**Como se estabeleceu o contato entre pesquisador e pesquisado:** Em parceria com a coordenação do Centro LGBT Luciano Bezerra Vieira foi possível estabelecer o contato com o entrevistado. A realização da entrevista ocorreu presencialmente em uma sala disponibilizada no Centro.

**Pseudônimo:** Claudia Raia

**Idade:** 30 anos

**Profissão:** Recepcionista

**Data da realização da entrevista:** 08/03/2021

**Como se estabeleceu o contato entre pesquisador e pesquisado:** Em parceria com a coordenação do Centro LGBT Luciano Bezerra Vieira foi possível estabelecer o contato com a entrevistada. A realização da entrevista ocorreu presencialmente em uma sala disponibilizada no Centro.

**Pseudônimo:** Clara

**Idade:** 32 anos

**Profissão:** Estudante

**Data da realização da entrevista:** 04/04/2021

**Como se estabeleceu o contato entre pesquisador e pesquisado:** Através de indicação da coordenação do Centro LGBT Luciano Bezerra Vieira, o contato foi estabelecido pelo Facebook. A realização da entrevista ocorreu remotamente por meio da plataforma Google Meet.

**Pseudônimo:** Edgar

**Idade:** 23 anos

**Profissão:** Freelancer

**Data da realização da entrevista:** 15/04/2021

**Como se estabeleceu o contato entre pesquisador e pesquisado:** A partir da indicação de uma amiga, com anuência do participante o contato foi estabelecido via WhatsApp. A realização da entrevista ocorreu remotamente através da plataforma Google Meet.

**Pseudônimo:** Harry

**Idade:** 23 anos

**Profissão:** Tatuador

**Data da realização da entrevista:** 20/03/2021

**Como se estabeleceu o contato entre pesquisador e pesquisado:** Por meio da indicação de outro participante da pesquisa, com anuência do novo participante o contato foi estabelecido via WhatsApp. A realização da entrevista ocorreu remotamente através da plataforma Google Meet.

**Pseudônimo:** Inácio

**Idade:** 20 anos

**Profissão:** Artesão

**Data da realização da entrevista:** 24/03/2021

**Como se estabeleceu o contato entre pesquisador e pesquisado:** Através da indicação de outro participante da pesquisa, com anuência do novo participante o contato foi estabelecido via WhatsApp. A realização da entrevista ocorreu remotamente por meio da plataforma Google Meet.

**Pseudônimo:** Isis

**Idade:** 30 anos

**Profissão:** Vendedora

**Data da realização da entrevista:** 31/03/2021

**Como se estabeleceu o contato entre pesquisador e pesquisado:** Por intermédio de indicação da coordenação do Centro LGBT Luciano Bezerra Vieira. A realização da entrevista ocorreu remotamente através da plataforma Google Meet.

**Pseudônimo:** Lucas

**Idade:** 24 anos

**Profissão:** Técnico em automação industrial

**Data da realização da entrevista:** 25/03/2021

**Como se estabeleceu o contato entre pesquisador e pesquisado:** A partir da indicação de uma amiga, com anuência do participante o contato foi estabelecido via WhatsApp. A realização da entrevista ocorreu remotamente através da plataforma Google Meet.

**Pseudônimo:** Matheus

**Idade:** 25 anos

**Profissão:** Estudante

**Data da realização da entrevista:** 27/03/2021

**Como se estabeleceu o contato entre pesquisador e pesquisado:** Por meio da indicação de uma amiga, com anuência do participante o contato foi estabelecido via WhatsApp. A realização da entrevista ocorreu remotamente através da plataforma Google Meet.

**Pseudônimo:** Pepita

**Idade:** 25 anos

**Profissão:** Servidora Pública

**Data da realização da entrevista:** 08/03/2021

**Como se estabeleceu o contato entre pesquisador e pesquisado:** Em parceria com a coordenação do Centro LGBT Luciano Bezerra Vieira foi possível estabelecer o contato com a entrevistada. A realização da entrevista ocorreu presencialmente em uma sala disponibilizada no Centro.